

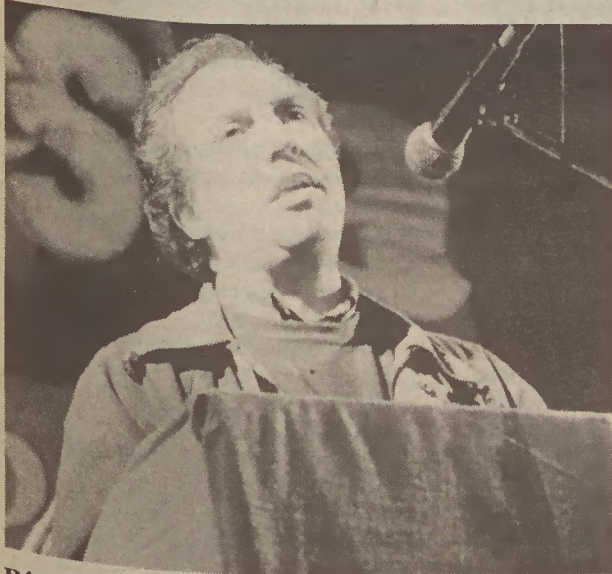
PCP propõe na Assembleia da República

Observatório do mundo rural

Para estancar o despovoamento e revitalizar os campos

Pág. 11

Carlos Carvalho em Lisboa



Págs. 3 e 4

Intensificar a luta social Reforçar o Partido

Álvaro Cunhal em Braga

A força poderosa dos trabalhadores



Págs. 5, 6 e 7

Fevereiro, mês de lutas Centrais

PS, a moral política e o «socialismo democrático»

● Artigo de Domingos Abrantes

Pág. 18



Multinacionais desactivam metalomecânica portuguesa

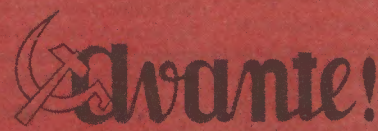
● Carlos Nabais

Págs. 20 e 21

Os direitos dos trabalhadores e os Serviços de Informação

● Artigo de João Amaral

Pág. 24

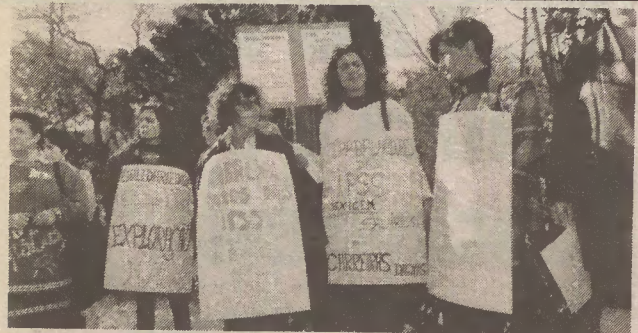


Aumento de preço

A partir de hoje, o «Avante!» passa a custar 150 escudos, justificando-se esta medida pela subida de custos da sua produção e distribuição. Desde 1992 que o nosso jornal não sofria nenhum aumento de preço continuando ainda a ser um dos menos caros semanários de expansão nacional.

EDITORIAL

O caldo de cultura da corrupção



Trabalhadores da Administração Pública realizam uma greve geral em defesa do emprego e em protesto contra a redução dos salários

RESUMO

26
Quarta-feira

Segundo números divulgados pelas organizações sindicais da administração pública, a greve nacional do dia 11 (considerada «histórica» pelas mesmas organizações) atingiu a percentagem média de 85 por cento. O secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) prevê em Lisboa que a CGTP integrará, ainda este ano, aquela organização sindical. Chega a Lisboa o avião da TAP que, no domingo, sofreu um acidente ao aterrar em S. Domingos (República Dominicana). Segundo um relatório francês, hoje divulgado, não existe ainda data certa para a entrada em vigor do Acordo de Schengen, que prevê a supressão dos controlos das fronteiras. O Conselho Executivo de Transição (CET), da África do Sul, anuncia, em definitivo, que o primeiro acto eleitoral que encerra um ciclo de domínio da minoria branca de três séculos decorrerá de 27 a 29 do próximo mês de Abril.

27
Quinta-feira

Num «tribunal da opinião pública», constituído para o efeito, a Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas de Portugal coloca a EDP no «banco dos réus», face à decisão do Governo e da administração de procederem ao desmembramento da empresa. Segundo um estudo hoje divulgado pela União de Sindicatos do Porto, mais de 20 mil pessoas perderam o seu emprego no distrito entre os meses de Junho de 1992 e 1993. Os sindicatos da administração pública recusam a proposta de meio por cento de aumento apresentada, em reunião, pelo secretário de Estado do Orçamento. No Congresso do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) é aprovada uma moção que repudia a proposta do Governo de revisão salarial para 1994. Com forte adesão dos trabalhadores, realiza-se em Espanha uma greve geral que paralisa a indústria, os transportes, o ensino e a agricultura.

28
Sexta-feira

Durante as comemorações de mais um aniversário da Associação Industrial Portuguesa, o ministro das Finanças, Eduardo Catroga, afirma que «a recuperação (económica) poderá ser lenta e difícil», acrescentando que «não existem milagres a curto prazo, apenas sinais». O ministro da Saúde, Paulo Mendo, demite a administração do Hospital Distrital de Aveiro. Na sequência da absolvição de Francisco Sousa Tavares e do «Público», o almirante Sousa Cerejeiro, presidente do Supremo Tribunal Militar, apresenta a sua demissão ao Presidente da República, que a aceita. A Grã-Bretanha suspende a sua participação nos comboios de ajuda humanitária na Bósnia. O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, apela aos Doze para uma reflexão profunda sobre o Leste e a «grande Europa». O democrata-cristão Giovanni Goria, antigo primeiro-ministro italiano, vai ser julgado por corrupção.

29
Sábado

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, considera «absurdas» as «pretensões socialistas em relação à Área Metropolitana de Lisboa, onde a CDU tem 11 câmaras». No último dia de trabalhos do 28º Congresso do Partido Comunista Francês, Robert Hue é eleito secretário nacional daquele partido. Com um grandioso comício realizado em Soweto, o ANC dá início à campanha eleitoral para as próximas eleições na África do Sul. O Parlamento japonês aprova o programa de reformas do primeiro-ministro Morihiro Hosokawa, assegurando uma sobrevivência precária do actual governo de coligação. Duas deputadas do Partido do Centro apresentam no Parlamento sueco uma moção em que consideram que o Governo do seu país deve defender o direito de Timor-Leste à autodeterminação.

30
Domingo

Intensificam-se, no norte de Angola, os combates entre as forças governamentais e a UNITA. O dirigente do Congresso Nacional Africano (ANC) admite que os Afrikanders possam exprimir através do voto, nas eleições de Abril, a sua pretensão em relação a um território autónomo. Pelo seu lado, o Partido Inkahta reafirma, durante um congresso especial, a sua disposição de boicotar as eleições sul-africanas. Continuam a verificar-se, na região de Los Angeles, novas réplicas do violento sismo de 17 de Janeiro.

31
Segunda-feira

Após uma reunião das estruturas sindicais da administração pública, é decidida por unanimidade a marcação de nova greve geral do sector para 11 de Fevereiro. Para contactos com órgãos de soberania portugueses, chega a Lisboa em visita oficial o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano. Por iniciativa de três deputadas portuguesas do Parlamento Europeu, realiza-se na sala do Senado da Assembleia da República o primeiro dia do Parlamento Paritário. O governo angolano e a UNITA aprovam, nas negociações de Lusaca, um documento sobre a constituição da Polícia Nacional. É anunciada a compra, pela BMW, da Rover, empresa britânica de construção de automóveis. Ytzhak Rabin considera «positivo» o projecto de acordo estabelecido entre Israel e a OLP na recente reunião cimeira de Davos.

1
Terça-feira

O PCP apresenta no Parlamento Paritário uma alternativa ao documento oficial sobre cidadania. A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública coloca a hipótese de uma greve de quatro dias no Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o que põe em risco a realização dos sorteios da Lotaria, Totobola e Totoloto. O tribunal de Coimbra condena a 23 anos e meio de prisão três dos 16 acusados de agressão sobre prostitutas. O Governo angolano e a Unita iniciam em Lusaca a discussão da reconciliação nacional. O líder ultranacionalista russo, Vladimir Jirinovski, afirma que existe uma arma secreta russa na Bósnia que irá ser testada em território restrito.

Sob a governação do PSD, a corrupção alastra avassaladora. É a impressão que se colhe da simples leitura dos jornais, mas sabe-se ou pressente-se que a realidade é muitas vezes pior.

O fenómeno conheceu nos últimos dias novos e significativos episódios que merecem grandes destaques de toda a comunicação social.

As pesadas condenações dos dois principais réus do processo do Ministério da Saúde, as revelações sobre as fraudes e ilegalidades verificadas na privatização do banco Totta e os desenvolvimentos vindos a público do escândalo das facturas falsas salientam-se, mas não são as únicas peças, num requisiatório que aponta como alvo o próprio poder cavaquista.

A prova feita em Tribunal das condutas criminosas, de burla e prevaricação que se verificaram no Ministério da Saúde, não condenam apenas os réus a quem foram aplicadas as pesadas penas: 7 anos ao ex-Secretário de Estado da Saúde, Costa Freire; e 4 anos ao irmão da ex-ministra Leonor, José Bezeza.

A própria ex-ministra, que teve artes de se furtar ao banco dos réus, foi, também, condenada política e moralmente e assim aparece aos olhos da opinião pública.

Mas não foi menos condenado o Grupo Parlamentar do PSD, que em 1991 impôs, como conclusão de um inquérito parlamentar aos crimes e irregularidades agora provados em Tribunal, a absolvição dos implicados.

Foi esta «lógica de fidelidade partidária como único critério de actuação da maioria» que o deputado João Amaral pôs em evidência ao anunciar que o PCP apresentará uma proposta formal para ser reaberto o «caso do Ministério da Saúde», na Assembleia da República.

Ninguém esperaria, que mesmo depois da decisão judicial, o mesmo critério voltasse a imperar nas hostes laranja, passados dias.

Desta vez, foi o Conselho Nacional do PSD, que aprovou por «unanimidade e aclamação», com a presença do Primeiro-Ministro, de muitos outros membros do Governo e numerosos deputados, uma moção de solidariedade à ex-ministra da Saúde.

Não pode, evidentemente, falar-se de um acto insensato, tratando-se de uma instância tão «responsável».

Deve chamar-se-lhe um desafio aos Tribunais, à Assembleia da República, à própria opinião pública.

Esta moção do Conselho Nacional do PSD de solidariedade a

Leonor Bezeza é, no entanto, acima de tudo, uma ilustração de como o poder cavaquista destila o caldo de cultura em que a corrupção floresce.

Um outro exemplo de como funciona a cultura da corrupção é o processo de privatização do Totta.

Já se sabia que as privatizações, com o desmantelamento e a liquidação à viva força do sector empresarial do Estado e a restauração a todo o vapor do capitalismo monopolista, têm constituído um verdadeiro pantanal onde vale tudo, fraudes, irregularidades e ilegalidades e onde os interesses públicos são permanentemente espezinhados.

Não é por acaso que o Partido do Governo sempre rejeitou todos os pedidos de inquérito parlamentar às privatizações.

O caso do Totta, que configura, entre outras ilegalidades, a flagrante e chocante violação da lei

Esta moção do Conselho Nacional do PSD de solidariedade a Leonor Bezeza é, no entanto, acima de tudo, uma ilustração de como o poder cavaquista destila o caldo de cultura em que a corrupção floresce

portuguesa por um grupo capitalista espanhol, na apropriação de um dos principais bancos comerciais do nosso país, é especialmente esclarecedor sobre a cumplicidade do Governo de Cavaco Silva nestes processos atentatórios dos interesses nacionais.

Como se salienta no requerimento do PCP para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a cumplicidade do Governo vai ao ponto de publicar «um decreto-lei assinado pelo Primeiro-Ministro e pelo ministro das Finanças, visando legalizar com efeitos retroactivos a detenção por entidades estrangeiras de participações directas no capital do BTA até 25% e permite num determinado prazo o aumento desse limite até 45%!»

Apesar destas provas de cumplicidade que contra eles se acumulam, o Primeiro-Ministro e outros governantes continuam a recusar qualquer explicação ao país.

Por isso mesmo, o requerimento de Inquérito Parlamentar à

privatização do Totta apresentada pelo PCP reveste uma grande importância e oportunidade políticas e será muito esclarecedora a arrumação das forças na sua votação.

Tornam-se, também, cada vez mais consistentes as provas do envolvimento do PSD no escândalo das facturas falsas.

A avaliar pelas notícias vindas a público este envolvimento do PSD reveste um duplo aspecto: o de ser o grande beneficiário e naturalmente o mais ardoroso encobridor.

Muitos observadores notaram oportunamente que o entusiasmo do PSD pela alteração da legislação sobre o financiamento dos partidos surgiu precisamente quando as primeiras revelações sobre o escândalo das facturas falsas vieram a público.

A pretexto de que continha matéria relevante para as eleições autárquicas, o que era verdadeiro, a nova lei foi aprovada em tempo recorde. Levava, no entanto, no seu bojo (e não só por iniciativa e responsabilidade do PSD, mas também por iguais responsabilidades do PS e do CDS) disposições que passaram a permitir o financiamento dos partidos pelas empresas privadas.

Só que para além de outras complexas ramificações destas escandalosas facturas, como as que encobrem fraudes relacionadas com o Fundo Social Europeu, as novas disposições sobre o financiamento dos partidos não têm efeitos retroactivos...

Não há-de então o partido do Governo voltar a pensar em amnistias?

Há cerca de um ano atrás Cavaco Silva foi à Assembleia da República garantir o seu empenhamento no combate à corrupção.

Duvidámos dos propósitos e garantimos que o que ele pretendia era controlar e silenciar melhor a denúncia da corrupção.

Quase um ano passado, os resultados estão à vista: o combate à corrupção foi nulo, mas ela assumiu também tais proporções que não há medidas que possam silenciar a sua denúncia.

A corrupção é um fenómeno intrínseco à política de privatizações, de opaca distribuição de fundos comunitários de sacos azuis eleitorais, de centralização e concentração de capitais, numa palavra, à política de direita seguida pelo Governo de Cavaco Silva e pela maioria parlamentar do PSD. Só com uma nova política se pode combater eficazmente a corrupção.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ª-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa — Av. Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Tel. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Tel. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfoes, 4450 Matosinhos Tel. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Organização Regional de Lisboa debateu tarefas para 1994

Meio milhar de quadros comunistas do distrito de Lisboa estiveram reunidos no passado sábado para analisar as grandes linhas de actuação do PCP nos próximos meses. Ao abrir o encontro, o camarada José Casanova lançou algumas pistas de debate, sublinhando a importância do Partido na região, reafirmada pelos resultados das últimas eleições autárquicas e pela intervenção no dia-a-dia contra a política do Governo. O responsável da DORL e membro da Comissão Política do PCP adiantou algumas medidas e propostas para o reforço orgânico do Partido como caminho essencial para o reforço da ligação do PCP às massas - em particular, para a intensificação da intervenção da ORL junto dos trabalhadores, das populações, da juventude, dos intelectuais e quadros técnicos e científicos -, chamando a atenção para a importância de ligar o debate sobre as questões de organização à actividade concreta dos organismos e dos militantes. Destacou, como grandes tarefas da Organização Regional de Lisboa para 1994, as comemorações dos aniversários do Partido (6 de Março) e do «Avante!» (15 de Fevereiro), bem como dos 20 anos do 25 de Abril, as eleições para o Parlamento Europeu e a Festa do «Avante!».

Na iniciativa - que teve por objectivo «unificar o pensamento e a acção do colectivo partidário na ORL no início de um ano de sucessivas, exigentes e continuadas batalhas políticas», como se referia na convocatória - participou o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas (de cuja intervenção reproduzimos extractos nestas páginas).



No final do encontro de quadros da Organização Regional de Lisboa, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez uma intervenção sobre a actual situação e as linhas de actuação do Partido. Publicamos de seguida extractos dessa intervenção.

A política anti-social do PSD

Neste Encontro de Quadros da ORL, uma grande preocupação dominou as diversas intervenções e a reflexão conjunta que foi aqui feita e que se pode sintetizar nesta questão essencial: como dar resposta ao agravamento da situação social do distrito? Como responder à ofensiva global do Governo contra os salários reais e direitos dos trabalhadores, as condições de trabalho e a protecção social? Como aprofundar a nossa intervenção sindical, nas colectividades, nas autarquias, no sentido de melhorar a vida das populações e minorar as malfetorias do Governo?

É uma evidência que não se esconde com cortinas semânticas, nem com o reforço do marketing político, nem com as «viajatas» dos senhores deputados do PSD em competição com os deputados do PS para distraírem a atenção dos problemas do país, que a acção do Governo está centrada e orientada para fazer passar os custos da política de «concentração da riqueza», do «escudo forte» e de subordinação à convergência de Maastricht, para os trabalhadores e para as camadas médias. Todas as disposições vão no sentido de diminuir, amputar ou suprimir conquistas sociais, serviços públicos, direitos democráticos, direitos dos trabalhadores.

De facto qual é a justificação para se manter a **degradação do salário mínimo**, para se manter o **bloqueamento da contratação colectiva**, para se manter o «cutelo» da Lei dos disponíveis sobre os trabalhadores da Função Pública e para lhes diminuir os salários reais? Não é possível, diz o Governo angelicamente desculpando-se com as obrigações mastrichianas do limite do défice público.

Não há dinheiro, mas então como se compreende que continue de ouvidos surdos face às injustiças tributárias e ao total descontrolo da máquina fiscal e como é que se compreende que se tenha entregue mais de 45 milhões de contos aos Melos, a pretexto de um Decreto de Salazar, por terrenos de valia duvidosa e que vão ficar ainda por cima retidos por aqueles, pelo menos por mais três anos? **Mais de 45 milhões que já permitiram aos Melos comprar a Soponata, ameaçar os trabalhadores da Lisnave e, quem sabe, numa negociação de bastidores (acto patriótico, dirá Cavaco Silva), vir a comprar a parte do Totta nas mãos do Banesto! É um escândalo!**

No objectivo de centralização e concentração de capitais a ofensiva governamental quer liquidar e pôr em causa con-

Intensificar a luta social reforçar o PCP aumentar a votação da CDU

quistas sociais que foram duramente conquistadas e que fazem parte do património de Abril e do Portugal democrático.

Em nome de uma pseudocompetitividade, e hipocritamente até em nome do emprego, mas na realidade em nome dos privilégios e do interesse do grande capital nacional e estrangeiro, em nome da **especulação financeira e da economia de Casino, em nome de Maastricht, toda a política económica se concentra numa única palavra de ordem: reduzir os «custos» do trabalho!** Flexibilizar os salários, diminuir as protecções e os direitos dos trabalhadores, facilitar os despedimentos e fazer vista grossa em relação ao trabalho infantil. A lógica é a da acumulação, da reconstituição dos monopólios, da rentabilidade financeira e da multiplicação dos lucros especulativos, à custa do aparelho produtivo e do emprego.

Assim, em plena recessão económica e sem qualquer correspondência com a actividade produtiva os lucros bancários, continuam em alta e a Bolsa progride em euforia, como o atestam os títulos triunfalistas da imprensa: «Record atrás Record» ou «A Bolsa não pára de subir», ou de uma maneira mais cautelosa: «É perigoso subir assim», certamente a pensarem no *crash* de 87! Em resumo: austeridade para os assalariados, os desempregados e os reformados, destruição e desmantelamento das suas conquistas sociais, e benesses e facilidades para as actividades especulativas e parasitárias e para as clientelas do poder.

É necessário elevar a parada na resposta a esta ofensiva global. A luta é o caminho a seguir para os trabalhadores e as populações. O Governo é o responsável pela conflitualidade social. Daqui saudamos os trabalhadores em luta e a greve dos trabalhadores da Função Pública. Daqui saudamos a luta dos trabalhadores dos sectores dos transportes, dos carteiros, dos têxteis e vestuário, das indústrias eléctricas, dos metalúrgicos, do sector químico, do sector de hotelaria, do sector gráfico e de muitos outros com acções de protesto já calendarizadas.

Por isso apelamos à mobilização e a uma presença massiva na manifestação de 26 de Fevereiro da CGTP-IN.

Mas é também necessário trabalhar e intervir para fazer amadurecer, num número cada vez maior de portugueses, a exigência de uma nova política. É inaceitável que se prossiga com uma política de desindustrialização e de destruição do aparelho produtivo. Só no distrito de Lisboa e no sector da metalurgia estão a ser liquidadas dezenas de empresas, muitas das quais com um elevado potencial tecnológico e com grande interesse para a economia nacional e para o desenvolvimento das regiões. A Casa Hipólito, em Torres Vedras; a FOC, em Mafra; a Sorefame/Hidrosorefame, na Amadora e a Mague em Alverca, são disso exemplos significativos. Mas a destruição e a regressão é geral numa economia cada vez mais fragilizada, subcontrolada e dependente.

A quebra da produção agrícola e dos rendimentos dos agricultores, a diminuição contínua desde 1990 da produção da indústria transformadora, a ruína da indústria mineira, a queda do nível de actividade na construção civil e as crescentes dificuldades no Turismo e no comércio, a par da penetração do capital estrangeiro, que se vai assenhoreando de alavancas fundamentais da economia portuguesa, são elementos que caracterizam o quadro de recessão a que nos tem conduzido a política do Governo.

No entanto, e com toda a demagogia o Primeiro-Ministro, continua a afirmar que «vai prosseguir o objectivo de colocar o nosso país no pelotão da frente dos países mais

desenvolvidos», quando se sabe que no ano passado o produto foi negativo em pelo menos 1%, que em 1993 regredimos e nos afastámos da média das economias comunitárias!

O Bloco Central pró-Maastricht

Não nos podemos esquecer que o Tratado de Maastricht foi aprovado pelo PSD e pelo PS. É bom recordar os argumentos destes dois partidos asseguravam que era preciso mais Europa para resistir aos americanos e aos japoneses. Os abandonos em cascata dos Doze, no quadro das negociações comerciais internacionais e do GATT, com o sacrifício dos têxteis, mostram precisamente o contrário. Ambos os partidos diziam que era preciso Maastricht para dinamizar a economia e o emprego, via União Económica e Monetária. No entanto, o que temos é a recessão e o caminho para mais uns largos milhões de desempregados e de pobres no fim deste ano.

Para assegurar uma ilha de estabilidade graças à moeda única, diziam em coro. Mas a estabilidade tem-se traduzido na mais desenfreada especulação, que inclusivamente estorrou com o Sistema Monetário Europeu. A especulação monetária nunca foi tão florescente, especulação que custou milhões aos «Bancos Centrais» e que levou a que o Banco de Portugal tenha apresentado pela primeira vez na sua história recente um balanço negativo!

Para abrir uma nova era de cooperações, dizia o PSD, logo seguido pelo PS. Mas o que conhecemos é uma guerra implacável pela conquista de partes de mercado e pela atracção de capitais e da poupança com a dominação das economias mais débeis.

Para se construir a «Europa social, e para a harmonização no progresso» enfatizava o PS. Ora o que vemos é que os salários estão cada vez mais distantes da média europeia, que a carta social foi metida na gaveta, que por toda a parte se vê a prática da regressão social e o progresso da lei da selva, que a harmonia se faz pelo mais baixo e que até a Comissão Europeia se sente estimulada a preparar uma directiva sobre a «protecção dos jovens no trabalho», que a própria Organização Internacional do Trabalho denuncia por «oferecer menos protecção aos jovens do que a assinada há 75 anos pela OIT. Um recuo a antes de 1919!

Então Maastricht é um fiasco, perguntarão?

Para os grandes negócios e para as multinacionais não o é totalmente. O «mercado livre» avança e com ele o domínio dos grandes, onde todo o entrave à «lei do mais forte» é dinamitado.

Por isso é que os homens do marketing do grupo parlamentar Socialista Europeu os aconselham em documento interno preparatório para as eleições a «não se identificarem muito com esta construção europeia», vaticinando mais dificuldades «para aqueles que têm estado no poder»...

Por isso, também vemos a direcção do PS a afirmar a necessidade deste partido se distinguir do PSD em relação à integração europeia! A distinguir em palavras.

Mas nem o talento propagandístico do sr. Jacques Seguela, que preparou a campanha publicitária de Mitterrand em 81 e que realizou agora um filme de propaganda para o grupo socialista europeu, conseguirá disfarçar as responsabilidades do PS e dos PSs europeus!



Pela nossa parte apresentamo-nos às eleições para o Parlamento Europeu com um largo e inigualável património da luta e de intervenção do Partido e dos deputados ao PE, em defesa de Portugal e dos interesses nacionais, em defesa de uma construção europeia de efectiva cooperação, com efectiva dimensão social do desenvolvimento, com efectiva «coesão económica e social».

As provas dadas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República e em todas as esferas da vida nacional são uma garantia de que os futuros eleitos da CDU continuarão a desenvolver uma actividade firmemente empenhada na defesa dos interesses e da soberania nacionais, dos trabalhadores e do povo, e do aprofundamento da democracia em Portugal e na Europa.

Mas o reforço da CDU nestas eleições será também um grande contributo para uma alternativa democrática e para a conquista de uma nova política em Portugal.

A arrogância do PS

Os resultados das eleições autárquicas não estão a ser bons conselheiros para o PS. As suas crescentes manifestações de arrogância e de hegemonia e de recusa de entendimentos com as forças democráticas não são aceites com bons olhos, nem colhem a simpatia dos trabalhadores, das populações e dos cidadãos em geral. Também não se pode deixar sem reparo as notícias postas a circular sobre as absurdas pretensões do PS em relação à Área Metropolitana de Lisboa, onde a CDU tem 11 em 18 Câmaras e tem todo o direito à sua presidência, que como se sabe tem sido e continuará a ser exercida pelo nosso camarada Daniel Branco. O PS sabe isto muito bem e sabe também que mesmo o município de Lisboa é governado em coligação. Por isso pensamos que um pouco mais de modéstia não lhes ficaria mal. Mas ainda esta semana a imprensa revelou o projecto de moção de estratégia do PS, que é também um monumento de demagogia e de sofismas.

Se há alguma coisa que as eleições autárquicas mostraram é que comunistas e socialistas tiveram 52,5%. Mas o PS sabe muito bem que para se entender com as forças democráticas não pode continuar com os seus compromissos com a direita, não pode ter um discurso na Assembleia da República e uma outra prática nos bastidores, não pode continuar a oferecer ao povo português, como defende o seu "ministro sombra" das Finanças, uma ementa muito semelhante à do PSD, não pode continuar a abraçar a ortodoxia financeira de Maastricht e simultaneamente, para trabalhador ver, eleger o desemprego como grande preocupação, não pode imitar a arrogância, a sobrançeria e a política clientelar do PSD.

A direcção do PS não pode continuar a criticar demagogicamente os efeitos de uma política quando absolveu as causas ou foi conivente com elas.

Não basta dizer que se está chocado com o desemprego e que se defende o pleno emprego, quando se aprovou Maastricht e as políticas de convergência nominal que conduzem inevitavelmente a estes resultados. Não basta dizer que se está contra as taxas moderadoras e contra o aumento das propinas, quando se fez a revisão constitucional com o PSD e se abriu a porta à sua concretização. Não basta denunciar e mostrar-se indignado com a posse do Totta pelo Banesto, quando nunca levantou um dedo contra as privatizações, mas somente e pudicamente contra "alguma" falta de transparência, ou pelo facto do Totta estar em mãos espanholas. Mas então o PS não sabia que, com as privatizações, empresas fundamentais da economia ficariam nas mãos do estrangeiro. Mostra-se agora indignado com o Totta e então com a Centralcer, com a Petrogal, com a Siderurgia. O farisaísmo tem limites.

Não é sério dizer-se contra a reforma da PAC na Assembleia da República e estar a favor no Parlamento Europeu, nem repudiar o federalismo em Portugal e defendê-lo em Estrasburgo...

Não é sério verter lágrimas quando se está com os emigrantes, e nas suas costas aprovar os Acordos de Schengen e a Convenção de Viena!

Estas é que são posições e "propostas esclerosadas", as mesmas posições que levaram os socialistas franceses (que há poucos meses também realizaram uns "estados gerais" que terão inspirado o PS) a serem corridos em França; as mesmas posições que levaram os trabalhadores a levantarem-se em greve geral contra o governo socialista em Espanha; as mesmas falsas e esclarecedoras posições, que levam agora a imprensa internacional a escrever que a «Grécia adia socialismo» e que o «tom socializante do discurso pré-eleitoral do 1º Ministro da Grécia, Andreas Papandreu, foi trocado por uma austera política fiscal»...

É a mesma credibilidade que têm agora as promessas do PS de «pleno emprego».

Com tal moção de estratégia e com tais propostas, Cavaço não pode deixar de sorrir.

Mas, mais do que as "moções de estratégia" e posições de "quero, posso e mando" contra a crescente vontade e aspiração do povo português, não de uma alternância, mas de uma alternativa democrática que corresponda aos interesses populares e nacionais, é preciso ter em conta que para a construção dessa alternativa pesa naturalmente o posicionamento das direcções das forças políticas, mas pesam também a opinião, as aspirações e a vontade dos cidadãos, cuja expressão pública e eleitoral desempenhará um papel determinante.

Nas legislativas o que está em causa não é quem vai ser o partido mais votado, mas sim a maioria que se forma, isto é, se o número de deputados do PCP, do PS e de outras forças democráticas é superior ao do PSD e CDS. Não são eleições para escolher o Primeiro-Ministro ou o partido mais votado, mas para se saber qual a maioria que a forma. E, naturalmente que o PCP contará sempre para uma maioria democrática, e contará tanto mais, numérica e qualitativamente, quanto mais se reforçar. O reforço do PCP e dos seus aliados da CDU é, pois, um elemento essencial para uma nova política em Portugal.

É que na luta por uma alternativa democrática, tão importante como derrotar o PSD e reduzi-lo a uma posição minoritária na Assembleia da República, é a exigência e a definição de uma nova política capaz de dar solução aos grandes problemas do país. É preciso, pois, uma grande acção pedagógica e de intervenção democrática para desmontar as artificiosas e demagógicas construções e engenharias bipolizadoras, a que tanto o PS como o PSD se têm dedicado, e ganhar para a compreensão do que está em jogo: um amplo apoio popular.

Por uma nova política

O que está em causa não é a construção de uma alternância, mas a construção de uma alternativa e para essa alternativa não basta sequer uma nova maioria. É preciso uma nova política.

Como já afirmámos o nosso país não pode continuar a obedecer docilmente, sem projecto próprio, ao fundamentalismo capitalista neoliberal, aos ditames e condicionamentos que lhe são impostos pelas instâncias de Bruxelas e as transnacionais comunitárias. Não se pode continuar a penalizar a actividade produtiva e a promover as actividades especulativas ou meramente financeiras e a deixar banalizar a corrupção e o compadrio.

Portugal não precisa da restauração do poder económico e político dos senhores do 24 de Abril, precisa sim de uma estratégia própria de desenvolvimento compreendendo uma especialização produtiva, que lhe permita ter uma participação não subalternizada na divisão internacional de trabalho, uma estratégia própria de desenvolvimento assente numa repartição mais justa do produto, no respeito pelos direitos laborais e sociais constitucionalmente consagrados e no melhoramento das condições de vida das populações; assente numa política de educação, ciência e cultura que eleve a preparação da formação da população portuguesa e que corresponda de forma integrada às necessidades políticas, económicas, sociais e culturais do país.

Uma política que tenha por objectivo central os homens, a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e dos portugueses.

A experiência de muitos anos da vida do nosso país, que conheceu sucessivamente governos PS, PSD/CDS, PS/PSD e PSD, mostra que uma estratégia própria com estes pressupostos e objectivos só pode ser realizada no quadro de uma solução política onde o PCP tenha forte influência. Por isso também as questões de organização, estruturação, nucleos activos e medidas para o reforço de ligação do Partido às massas, estiveram no centro das atenções deste nosso Encontro.

Somos um Partido com experiência, com uma intervenção marcante na vida nacional, um Partido que honra a palavra dada, um Partido que se orgulha da sua postura em defesa dos trabalhadores, dos agricultores, das populações, um Partido com projecto político próprio empenhado na derrota da política da direita, empenhado em abrir um horizonte de esperança na vida do País, que serenamente continuará a buscar o diálogo das forças democráticas, a energia da luta dos trabalhadores e das massas, a criatividade e os anseios de futuro da juventude, para a defesa da liberdade, da democracia, dos direitos e interesses do povo português, numa pátria soberana, livre e independente.

(...)

Almada Vitória celebrada e mãos à obra

A vitória autárquica da CDU em Almada foi assinalada na passada sexta-feira com um espectáculo na Incrível Almadense, em que participaram mais de uma dezena de artistas do concelho. A iniciativa pertenceu à organização concelhia de Almada e contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, Jorge Pires, membro do CC e da DORS, Emília Sousa, presidente reeleita do Município, José Maia, vice-presidente da AR e presidente da Assembleia Municipal, entre outros.

Após o espectáculo, montado ao estilo de um café-concerto - por onde passaram nomes como Luísa Basto, João Fernando, Samuel, Nuno Gomes dos Santos, Mané, Ana Alves, Alberto Albuquerque, Ana Isabel, Marta, Felipe Santos e Mário Gramaço & Banda - foi dada a palavra a Jorge Pires e a Carlos Carvalhas.

Jorge Pires começou por realçar a vitória eleitoral da CDU em Almada como «um dos mais significativos resultados da Coligação no País», salientando, por outro lado, como motivo de alegria, a vitória da lista unitária nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da Lisnave, ocorrida naquele mesmo dia.

Quanto ao próximo mandato, o dirigente comunista anotou que «o caminho a percorrer não vai ser fácil: os meios materiais não abundam, a política do Governo para as autarquias é cada vez mais restritiva; a oposição, sobretudo da parte do Partido Socialista, como já ficou demonstrado na instalação dos órgãos, vai continuar na linha do que foi a sua prática ao longo dos últimos quatro anos».

Contudo, Jorge Pires manifestou-se confiante: «com a nossa grande vontade de vencer, com a nossa experiência e capacidade de realização, sempre ligados à população e com ela procurarmos ultrapassar os obstáculos, vamos conseguir levar por diante o nosso projecto que é definitivamente fazer de Almada uma terra de progresso moderna e solidária».

«Apesar da maioria absoluta vamos intervir sem arrogância, respeitando os eleitos das outras forças políticas, chamando-os ao trabalho, ouvindo as suas sugestões e críticas. Temos como princípio, enriquecido com a experiência da vida, de nos órgãos autárquicos trabalharmos com todos sem privilegiar ninguém, mas exigimos dos outros lealdade, respeito e que estejam disponíveis para em cada momento colocarem em primeiro lugar os interesses da população, e não os seus próprios interesses ou de grupos».

«Foi nesta linha que os nossos eleitos procuraram os entendimentos necessários para viabilizar o funcionamento dos órgãos autárquicos onde as as forças vencedoras não obtiveram maioria absoluta. Procurámos falar com eleitos do PS e do PSD. Do PS, as respostas que ouvimos foi de que seguiam a orientação concelhia de não chegarem a entendimentos com a CDU e, noutro caso, que os levariam à Comissão de Conflitos se chegassem a esses entendimentos».

«Da parte dos eleitos do Partido Socialista não existiu uma iniciativa de conversarem com eleitos da CDU, mesmo na Charneca onde obtiveram a presidência da Junta».

«Da parte dos eleitos do PSD, não só procuraram conversar com eleitos da CDU como, quando abordados, mostraram desde logo disponibilidade para viabilizar os órgãos sempre em conformidade com os resultados eleitorais».

«Sabemos igualmente que, da parte do Partido Socialista, propuseram ao PSD nas três freguesias em onde a CDU obteve maioria relativa, um acordo para isolar o presidente da CDU, só sendo tendo sido possível porque o bom senso reinou entre os eleitos do PSD».

«Mas o exemplo mais expressivo da postura dos eleitos das várias forças políticas e das substanciais diferenças de comportamento está na eleição da Junta de freguesia do Feijó, onde chegou a ser votada uma proposta apontada por nós como compromisso tripartido em que o PS ficava numa posição privilegiada, já que dos quatro nomes dois eram eleitos pelo PS, apesar da CDU ter ganho a Junta. Mesmo assim acabaram por sair da lista apresentando uma proposta com quatro nomes todos do seu partido».

«É inqualificável a atitude deste PS que, tendo feito no distrito de Setúbal acordos com o PSD em seis freguesias de maioria CDU para nos isolar a presidência, venha agora para a comunicação social, e esta faça eco sem se preocupar em conhecer a verdade dos factos, dizer que existe um acordo PCP/PSD para isolar o PS nas freguesias».

«Em Almada foi o PS que se auto-excluiu dos órgãos autárquicos, a partir do momento em que tentou fazer do Poder Local democrático um trampolim para projectos pessoais como aconteceu no mandato anterior com alguns dos seus eleitos».



«Que não fiquem dúvidas: sabemos para onde queremos ir, o caminho que temos que percorrer e em cada momento definiremos de acordo com os nossos princípios como percorrer esse caminho, mas sempre colocando em primeiro lugar a defesa dos interesses da população, interesses esses que sentem na nossa acção no poder local democrático, mas também inserindo-a numa perspectiva mais global de transformação da sociedade.

Carlos Carvalhas, cuja intervenção encerrou a sessão, disse:

«Hoje é dia de festa, festa de celebração da vitória de Almada, da vitória dos trabalhadores e do povo de Almada nas eleições autárquicas de Dezembro. Por isso apenas duas palavras: a primeira é para vos saudar a todos vós, a todos os activistas, aos eleitos, à Maria Emília, às forças que conosco trabalham, agem e intervêm na Coligação Democrática Unitária, aos artistas, à juventude, às mulheres, a todos os que construíram este magnífico resultado em Almada com esforço, firmeza e convicção.

«A segunda palavra é para sublinhar que agora se impõe meter mãos à obra e tudo fazer. Primeiro, para minorar a nível do poder autárquico, naturalmente dentro dos seus limites e responsabilidades, as consequências das mafeitorias do Governo. Segundo, para intensificar a resistência e a luta popular contra a política do PSD, e isto é um imperativo democrático nacional, com vista à sua interrupção e derrota.

«Mas no quadro actual, impõe-se também denunciar as orientações e atitudes sobranceiras e arrogantes do Partido e as suas pretensões de hegemonia sobre o campo democrático e as suas hipócras acusações de alegadas alianças preferenciais com o PSD.

«Os democratas e as populações não pareciam nem a arrogância nem a sobranceira, nem a hipocrisia.

«Quero reafirmar que continuaremos a empenhar todas as nossas energias para resolver a nível do poder autárquico os problemas da população de Almada e para continuar a luta por uma nova política que é uma componente decisiva que é uma componente decisiva da luta pela alternativa.

«E como a luta mostra a alternativa passa pelo reforço do Partido Comunista Português e dos seus aliados na CDU - a força que será determinante para a transformação. O que está em causa não é a construção de uma alternativa em que mudam as figuras e permanecem as políticas, mas a construção de uma alternativa democrática que responda às aspirações e aos interesses populares e nacionais. E é preciso ter em conta que para a construção dessa alternativa pesa naturalmente o posicionamento das direcções partidárias, mas pesam também e decisivamente as aspirações e a vontade dos cidadãos e a sua expressão pública e eleitoral».

Carlos Carvalhas aproveitou ainda a oportunidade para ainda saudar os trabalhadores da Lisnave, que obtiveram uma grande vitória na eleição da Comissão de Trabalhadores, bem como «todos os trabalhadores em luta contra a política de concentração de riqueza contra a política do grande capital», acrescentando de seguida:

«Portugal não pode continuar a oferecer-se docilmente sem projecto próprio ao fundamentalismo capitalista e neoliberal e aos ditames e condicionamentos que são impostos pelas instâncias de Bruxelas e pelas transnacionais comunitárias.

«O que Portugal precisa não é da reconstituição do poder económico e político dos senhores do 24 de Abril e do seu domínio pelos centros de decisão do Estado, mas de uma verdadeira estratégia nacional que sirva o povo português; uma política de industrialização e não de desindustrialização; uma política de condução da agricultura e das pescas e não da sua ruína; uma política de educação, formação científica e de cultura que eleve a preparação da população portuguesa e não uma política elitista e segregacionista; uma política de emprego e não uma política de desemprego; uma política de justiça social e não uma situação das desigualdades e das exclusões; o povo de Almada, o povo português pode contar conosco, na luta por estes objectivos.

«Somos um partido com experiência, com intervenção, marcante na vida nacional, um Partido que honra a palavra dada, um Partido que se orgulha da sua postura em defesa dos trabalhadores, dos agricultores, das populações, uma Partido com um projecto político próprio empenhado na derrota da política de direita, empenhado em abrir o horizonte de esperança no futuro do País, continuará a buscar o diálogo das forças democráticas, a energia da luta dos trabalhadores e das massas, a criatividade dos anseios do futuro da juventude, para a defesa liberdade da democracia dos direitos e interesses do povo português numa pátria soberana livre e independente».

4.ª Assembleia da Organização do Sector Metalúrgico do Distrito de Braga do PCP

Convocada, como a Ordem de trabalhos indicava, para apresentação e discussão do Relatório da Actividade desenvolvida, perspectivas de trabalho para os próximos dois anos e eleição do Comité do Sector, a 4ª Assembleia do Sector Metalúrgico do Distrito de Braga decorreu em ambiente de empenhamento, confiança e discussão viva e fraternal.

A mesa que dirigiu os trabalhos era constituída pelos camaradas Manuel Fernandes (Bandeira), Celestino Gonçalves, José Manuel Pereira e Jorge Simões, membros do Comité Metalúrgico; José Antunes, responsável da DORBraga, e, convidado pelos camaradas para a Assembleia, Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Foi aprovado o Relatório da Actividade e o Plano de Trabalho ou Perspectivas para os próximos 2 anos que, no plano da Organização do Partido, inclui:

- pugnar pela consolidação da Organização a nível distrital e realizar reuniões plenárias do Sector mensalmente;
- adaptar o funcionamento do Comité às necessidades do trabalho partidário, tornando-o mais operacional e com reuniões regulares (quinzenalmente);
- promover a campanha de novas adesões ao Partido e participar nas campanhas de recolha de fundos que venham a realizar-se;
- considerar a organização de núcleos por zona para fazer face à transferência de muitas empresas para os parques industriais e ao aumento da repressão e perseguição, por parte do patronato;
- sensibilizar os militantes do Partido para a importância da compra, leitura e divulgação da imprensa do Partido (Avante, Militante e propaganda política);

Álvaro Cunhal

A força poderosa dos trabalhadores quando unidos, organizados e em luta

No encerramento da Assembleia, o camarada Álvaro Cunhal, que saudou os participantes e os felicitou pelo êxito dos trabalhos realizados, proferiu um discurso de que hoje publicamos as mais significativas passagens.

PCP - partido da classe operária e de todos os trabalhadores

A vossa Assembleia tem um significado muito particular no momento histórico que vivemos.

Significado particular porque se trata de uma organização do PCP e o PCP é e se afirma como o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Significado particular porque se trata da assembleia de uma organização operária, e de um sector operário - os metalúrgicos - com grandes tradições de consciência de classe, de consciência política, de espírito de organização e de combatividade.

Na luta dos trabalhadores me defeso dos seus interesses. E na luta política. Um bom exemplo foi aqui dado pelo camarada Monteiro: a activa participação dos metalúrgicos na campanha da CDU em Guimarães.

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores se criou o PCP, se desenvolveu, se tornou um grande partido nacional. Ao longo da sua já longa história, o PCP confirmou-se sempre como defensor coerente dos interesses e direitos dos trabalhadores, apoiou, promoveu, organizou as suas lutas e por seu lado recebeu da classe operária e dos trabalhadores em geral em todas as circunstâncias mesmo as mais difíceis, apoio, forças, energias, inspiração, recursos e quadros que constituíram e constituem elementos fundamentais da sua força, influência, prestígio e capacidade de intervenção na vida nacional.

Foi muito justa a observação do camarada Lopes Pereira, que o camarada Antunes confirmou, sublinhando que além da acção das estruturas unitárias, o Partido deve também intervir directamente na análise dos problemas e na orientação da luta dos trabalhadores, mesmo por vezes ao nível das empresas.

Não é exagero dizer-se que o PCP se conta entre as grandes realizações e conquistas dos trabalhadores portugueses. Não é exagero dizer-se que em Portugal desde os anos 20

• organizar a Excursão às Festas do «Avante!» de 94 e 95; realizar o 2º Encontro sobre «A Situação Económica e Social do Sector» e promover debates temáticos.

Durante o debate deste Plano, vários delegados se referiram ao recrutamento orientado para os jovens, no sentido do rejuvenescimento da organização e à necessidade de o organismo de direcção (Comité Metalúrgico) tomar posições públicas mais regulares, sobre os problemas que afectam o sector e as empresas do ramo no Distrito.

Do mesmo Plano de Trabalho, constam decisões no sentido de reforçar a actividade e defender a unidade das organizações representativas dos trabalhadores, nas empresas e do Movimento Sindical Unitário em geral; participar e incentivar a luta contra a política do Governo de PSD/Cavaco Silva e do patronato, contra a destruição do sector metalúrgico, pela redução do horário de trabalho e pela defesa dos direitos contratuais; criar um amplo movimento social pela revogação da actual Lei anti-Greve.

No que respeita às próximas batalhas políticas, chama-se a atenção para as eleições para o Parlamento Europeu, às quais os camaradas metalúrgicos decidiram dar particular atenção para o esclarecimento das posições do Partido, a fim de contribuirem para que a CDU alcance, de novo, um excelente resultado e refere o seu grupo de deputados no Parlamento Europeu; e ainda para as eleições para a Assembleia da República, previstas para 1995, como grande oportunidade para interromper a política de maioria absoluta PSD e, no Distrito, a CDU recuperar o seu deputado, perdido em 1991.

até hoje o movimento operário e o PCP têm desenvolvimentos inseparáveis. A natureza de classe do PCP revela-se na ideologia, nos objectivos da luta, na orientação política e mesmo na composição social dos seus efectivos.

Estas considerações mostram a importância e o significado da vossa Assembleia. Mostram também o alcance das decisões que a Assembleia tomou e da legítima confiança em que os comunistas da organização do metalúrgicos do distrito de Braga estão firmemente dispostos a dar a sua contribuição militante para o reforço do Partido, para que o PCP realize as tarefas que se propõe e possa continuar a afirmar-se e a ser o partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

A luta dos trabalhadores, a frente social e a alternativa democrática

Justifica-se a atenção prioritária que a 4ª Assembleia dedicou à situação dos trabalhadores metalúrgicos e dos trabalhadores em geral.

Na realidade, a situação dos trabalhadores agrava-se dia a dia no quadro de uma grave crise económica e social como resultado directo da política do Governo do PSD de Cavaco Silva, ao serviço do grande capital e da restauração dos grupos monopolistas, do capitalismo monopolista.

Centenas de milhares de desempregados, dezenas de milhares de despedimentos, tentativa de redução de salários reais, salários em atraso, a negação da contratação colectiva, liquidação brutal de direitos e regalias, repressão nas empresas, sinistra chantagem do patronato reaccionário em torno de falsas alternativas defendidas tecnicamente por certos senhores que se dizem de esquerda (ou emprego/ou redução do salário, ou emprego/ou partilha da jornada de trabalho), são marcas da intensificação da exploração desenfreada dos trabalhadores. Saúde, habitação, ensino, ambiente, são problemas cuja gravidade se acentua velozmente.

Muitos exemplos esclarecedores foram apresentados na Assembleia. O camarada Manuel Fernandes referiu a gravidade da situação no sector. O camarada Monteiro abordou os despedimentos. O camarada José Manuel citou um caso bem significativo de redução do horário de trabalho com redução dos salários.



Intervenção de Álvaro Cunhal

A política do Governo do PSD não atinge porém somente os trabalhadores. Atinge também outras classes e camadas sociais que com os trabalhadores constituem uma vasta frente social de oposição à direita. O nosso Partido toma decididamente a defesa dos interesses dessas classes e camadas e apoia activamente as suas reclamações e as suas lutas.

Nesta Assembleia de uma organização operária do Partido, é oportuno lembrar esta nossa posição, com a consciência ao mesmo tempo de que a luta dos trabalhadores constitui um elemento propulsor do desenvolvimento da luta de toda a frente social e da tomada de consciência do povo português de objectivos a médio e mesmo a longo prazo para além dos objectivos imediatos de cada luta.

A luta dos trabalhadores conhece no momento actual um notável ascenso. Nos últimos dias a greve dos trabalhadores da Administração Pública seguida a 85% segundo as organizações sindicais, assim como as greves dos trabalhadores da Siderurgia (a 90%), da Portucel e gráficos (a 90%), da Carris de Lisboa, da indústria química e outros sectores constituem novas afirmações da força poderosa dos trabalhadores, quando unidos, organizados e em luta.

É também oportuno aqui referir a recusa da União dos Sindicatos de Braga a participar na visita demagógica de Ministros e deputados do PSD ao Vale do Ave, onde a crise da têxtil tem como directos responsáveis o Governo do PSD, Cavaço Silva, os seus Ministros e deputados. Os trabalhadores não podem colaborar nas operações de branqueamento da política do Governo de direita. Daqui saudamos a União dos Sindicatos de Braga pela sua atitude que a define e a dignifica.

Louvando nesta Assembleia de metalúrgicos a atitude justa e corajosa dos sindicatos, é de sublinhar o **incalculável valor para os trabalhadores de terem criado, manterem viva, actuante e em luta, a sua grande central sindical - a CGTP-IN.** E na CGTP, o valor dos sindicatos dos metalúrgicos e dos sindicalistas metalúrgicos na Central, não só pela força dos seus sindicatos como pelo destacada participação dos seus militantes em órgãos superiores.

A vossa Assembleia foi em si mesma uma comprovação desta realidade pois nela intervieram, tendo grandes responsabilidades na organização do Partido dos metalúrgicos e eleitos para a nova Direcção do sector, destacados dirigentes sindicais como os camaradas Bandeira, Celestino, Jorge Simões, Vicente e outros.

A CGTP-IN é a grande central que hoje é, porque não cede às pressões do capital e dos seus poderosos meios de propaganda para que abandone as suas características fundamentais, para que deixe de ser aquele obstáculo firme nas suas posições de classe, para que se converta a uma política de colaboração de classes e a um instrumento dócil de uma concertação social comandada pelo grande capital e pelo Governo ao seu serviço.

Pela sua política de classe, as suas firmes posições, a sua unidade, a sua democracia, a sua autonomia, a sua influência determinante nas classes trabalhadoras, a CGTP é uma força poderosa que os trabalhadores tem mostrado estar decididos a manter, reforçar e desenvolver. Estamos certo de que assim continuará a ser no futuro.

As lutas em curso e as grandes jornadas de luta que se aproximam - como, em relação ao distrito, foi referido na saudação à vossa Assembleia do coordenador da União dos Sindicatos -, a perspectiva de uma movimentação geral dos trabalhadores, mesmo de uma greve geral, não só poderão alcançar importantes êxitos nas reclamações concretas imediatas, como poderão dinamizar a luta nos múltiplos sectores da ampla frente social e assim constituir assim também um elemento favorável ao desenvolvimento geral da luta contra o Governo do PSD e por uma alternativa democrática.

O colectivo e a democracia interna

Creio ser justo afirmar que a 4ª Assembleia foi uma realização colectiva do colectivo dos comunistas metalúrgicos de Braga.

Trata-se de um dos elementos fundamentais da democracia interna do Partido: o trabalho colectivo, o Partido como um grande colectivo militante.

A expressão livre da opinião e da crítica, a participação nas decisões, o direito de eleger e de ser eleito, a prestação de contas, a par do carácter vinculativo para todos os organismos das decisões dos organismos de responsabilidade superior - são, entre outros, importantes elementos da democracia interna.

A direcção colectiva e o trabalho colectivo não desvalorizam, antes valorizam a necessidade e os méritos, por vezes grandes méritos, do trabalho individual, da iniciativa, da criatividade, da contribuição individual. Contribuição individual mas não individualismo. Não imposição da vontade do indivíduo à vontade do colectivo. Não autoritarismo e des-



respeito pelos direitos e pela opinião dos outros militantes. Não falta de atenção pelos quadros e falta de apreço pelas suas qualidades e esforço. Não um falso conceito de autonomia que contrarie orientações fundamentais do Partido.

A direcção colectiva, o trabalho colectivo, a concepção do Partido como um grande colectivo militante é uma grande riqueza da nossa democracia interna, verdadeiro tesouro teórico e prático ganho através dos anos. Exige por um lado que seja assumido na consciência e na actuação de cada comunista e exige por outro lado a sua constante confirmação na vida partidária.

A unidade do Partido elemento da sua força

A Assembleia foi um exemplo da unidade existente na organização.

O camarada Manuel Cunha referiu a situação numa empresa em que se verificam dificuldades e falta de unidade entre camaradas da Comissão de Trabalhadores e das estruturas sindicais. É um problema que merece toda a atenção, e não só no caso citado. Foi oportuno que o camarada Raul tenha trazido à Assembleia um belo exemplo de como tal unidade pode ser e foi assegurada noutra empresa.

Só os detractores do PCP podem afirmar que a unidade dos comunistas revelaria falta de democracia. Alguém ousará dizer com o mínimo de respeito pela verdade que aos militantes é recusado o direito de defender as suas opiniões quando discordantes das opiniões dos outros? De criticar? De votar livremente segundo a sua própria opinião? Quando sucede que uma resolução é aprovada por unanimidade, como sucedeu há pouco na vossa 4ª Assembleia, alguém ousará dizer que tal votação indica falta de democracia?

No PCP, a unidade nas suas várias expressões, incluindo as votações por grande maioria ou mesmo por unanimidade, resulta em parte fundamental de que os militantes participam, com inteira liberdade no trabalho do Partido, dão a sua contribuição para as decisões que, sendo o resultado da participação de todos os que querem participar, traduzem a opinião, a vontade e a decisão do colectivo.

Nenhum outro partido tem uma vida interna tão democrática como o PCP. Não se pode considerar exemplo de democracia o que se verifica noutros partidos: chefes que dirigem individualmente os partidos (eu decido, eu quero, eu posso, eu mando), combates de galos entre os candidatos a chefes e, quanto aos militantes são reduzidos a simples apoiantes ou discordantes, quase só por sim ou não, das candidaturas, das propostas, das ordens dos chefes.

Houve há tempos quem no Partido tentasse seguir e impor tais práticas. E não só criaram e quiseram impor a admissão e o reconhecimento da sua fracção, como, em campanhas públicas inseridas nas campanhas anticomunistas da direita e do PS, queriam, reclamavam e exigiam que o Partido abandonasse e renegasse a sua natureza e a sua independência de classe, o seu passado de luta, os seus objectivos, a sua ideologia - em resumo, que deixasse de ser um partido comunista.

Pelo que agora alguns dizem e fazem - defensores da política do PS, peões de brega nos ataques do PS ao PCP, membros, candidatos e eleitos do PS, sob cuja asa protectora albergam o seu fracasso político e a sua fraqueza e conseguem uma certa promoção publicitária e lugares públicos - esses senhores mostram bem o que queriam fazer do PCP.

Há mesmo um caso em que a pessoa se entregou não ao regaço do PS, mas ao regaço talvez na altura mais certo do PSD. Que se limpem a um guardanapo aqueles que contra o Partido tanto gabaram tal pessoa.

E já agora pergunta-se, camaradas: será legítimo esperar que essa gente possa ser eleita ou promovida para mais altos cargos públicos com os votos dos comunistas?

A vida está mostrando que as decisões que a este respeito foram tomadas foram justas e foram a tempo.

Rejeitando tais actividades o partido reforçou, aprofundou e continua a reforçar e a aprofundar a sua democracia interna. Democracia interna que é raiz fundamental da unidade do Partido. Unidade do Partido que, por sua vez, é um elemento de capital importância para a força e a intervenção do PCP na vida nacional.



O reforço da organização

Na reunião plenária realizada no fim-de-semana passada, o Comité Central deu particular relevo à necessidade do reforço orgânico do Partido. Definiu como tarefa o reforço e renovação das organizações e organismos dos locais de trabalho assim como relativos às frentes de trabalho. Sublinhou ao mesmo tempo que, havendo como há ricas e válidas experiências, não há soluções e modelos válidos para todo o país. Daí a necessidade de encontrar soluções orgânicas que respondam às diferentes situações e condições regionais, locais e sectoriais. Vencer os numerosos obstáculos de natureza objectiva ao progresso orgânico do Partido, romper rotinas, ter sentido das realidades, mostrar criatividade e audácia nas soluções orgânicas - constituem um imperativo da situação actual.

Não podemos esquecer (e a vossa 4ª Assembleia não esqueceu) tarefas tão importantes como a leitura e divulgação do "Avante!" e "Militante" e a obtenção de fundos. Mas a importância da organização - além do mais pelas próximas grandes batalhas políticas como salientou o camarada Celestino e pela ligação às massas e a dinamização das lutas como salientou o camarada Antunes - justifica que lhe dedique mais algumas palavras.

A vossa 4ª Assembleia inscreveu o reforço orgânico como uma das prioridades, com a consciência de que o reforço da organização partidária dos metalúrgicos (que aqui no distrito, além de outras dificuldades, defronta a pequena dimensão das empresas) constituirá um elemento de grande valor para o reforço da organização do Partido em geral e da luta dos trabalhadores em particular.

Algumas tarefas são de sublinhar.

A primeira refere-se ao número de membros do Partido. O PCP conta com um número de membros sem paralelo em qualquer outro partido português. E as condições estão criadas para recrutar novos membros do Partido, para chamar ao Partido milhares de homens, mulheres e jovens que estão ao lado do Partido, que já participam convicta e dedicadamente no nosso trabalho e nas nossas lutas, ou que as apoiam ou se identificam com elas. A recente campanha eleitoral e muitos outros factos revelam com clareza uma tal possibilidade.

Estão aqui nesta sala muitas dezenas de convidados entre os quais certamente se contam alguns que não são membros do Partido. E eu pergunto, camaradas: quantos desses convidados, quantos outros simpatizantes do nosso Partido estão tão próximos que só falta darem o passo para se inscreverem?

Mesmo sem se lançar uma campanha nacional, o recrutamento de novos membros do Partido está na ordem do dia. Assim o entendeu e bem a vossa 4ª Assembleia, sem esquecer a observação do camarada Paulo, que foi aprovada na Resolução, reativa à necessidade de no recrutamento ser feito particular esforço para trazer jovens ao Partido.

Outra tarefa respeita à estruturação. É indispensável aperfeiçoá-la e desenvolvê-la. Há também experiências válidas, mas não há receitas.

O Partido necessita de reforçar as suas organizações de base e os seus organismos intermédios. Milhares e milhares de membros do Partido não pertencem a qualquer organismo, não participam em formas de vida colectiva do Partido. Devemos trabalhar para garantir que os militantes tenham um colectivo em que integrar-se, seja uma célula de empresa, sejam outras formas de constituir colectivos, realizando encontros e reuniões mais ou menos regulares. É uma importante tarefa que temos por diante e que também na organização dos metalúrgicos de Braga terá certamente concretização.

Ainda outra questão: a importância dos quadros operários. Não estabelecemos discriminações por razão da origem social dos militantes. Resulta porém da natureza e identidade do Partido a necessidade de, em todos os níveis da organização, incluindo na direcção central, reforçar os quadros operários, com experiência directa e viva da exploração capitalista e da organização e luta para lhe fazer frente.

A experiência do movimento comunista mundial dá numerosos exemplos da importância por vezes decisiva deste critério para assegurar, sobretudo em situações mais complexas e perigosas, a natureza de classe da política, da ideologia e da acção de um partido que, como o nosso, é e quer continuar a ser um partido comunista.

O reforço do PCP — interesse do povo e do país

É uma realidade objectiva da situação portuguesa e não uma expressão propagandística que o PCP é um partido

Álvaro Cunhal no jantar-convívio Três questões quentes

O camarada Álvaro Cunhal participou nessa mesma noite, em Braga, num jantar-convívio que reuniu cerca de 300 pessoas, militantes e simpatizantes do Partido. Continuando o entusiasmo que veio da Assembleia, o jantar encerrou com nova intervenção do Presidente do Conselho Nacional do PCP, de que também aqui publicamos extractos:

Falando da situação política justificam-se algumas breves palavras sobre três questões quentes que têm dado lugar a grandes campanhas contra o nosso Partido.

Uma é relativa à constituição após as eleições dos órgãos das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia e das mesas das Assembleias Municipais e de Freguesia.

Como se sabe, o sistema português de constituição das Câmaras é por sufrágio directo e representação proporcional. Isto significa que além do Presidente que é o cabeça da lista mais votada, os executivos municipais, quando são eleitos candidatos de vários partidos, têm uma composição pluripartidária. O sistema e a prática tornaram regra que, depois das eleições, se estabeleçam acordos entre os eleitos para a distribuição dos pelouros.

Ao longo dos anos, sempre houve acordos dessa natureza. Pela nossa parte, quando em maioria, sempre atribuímos pelouros aos eleitos dos outros partidos (nomeadamente do PS e do PSD) e tem sido também regra os nossos eleitos aceitarem pelouros em Câmaras em que o PS e o PSD obtiveram a maioria.

A furibunda campanha do PS sobre os pretensos acordos entre o PCP e o PSD (indo alguns dirigentes ao ponto de falar em termos insultuosos e caceteiros de uma aliança a nível nacional dos dois partidos) constitui uma cortina de fumo para ocultar duas realidades: uma, as coincidências e os acordos efectivos entre o PS e o PSD em muitos casos para isolar o PCP e mesmo para paralisar a gestão onde a CDU teve maioria relativa; outra, os conflitos que os eleitos do PS provocam em órgãos autárquicos onde a CDU ganhou as eleições, fazendo exigências de pelouros e de responsabilidades tão desmedidas que são completamente inaceitáveis e procurando assim paralisar, bloquear e sabotar a gestão municipal.

Pelo que conheço, o número de acordos de eleitos do PCP com eleitos do PSD no quadro normal de constituição dos órgãos autárquicos (em alguns casos pela recusa dos eleitos do PS a entendimentos) é menor que o número de acordos do PS com o PSD e com fins menos lícitos: para afastar a CDU da Presidência e da Mesa da Assembleia Municipal, para isolar Presidentes de Junta eleitos pela CDU e partilhar os lugares entre PS e PSD, para afastar a CDU dos órgãos autárquicos, etc.

Nós mantemos com firmeza e serenidade a nossa orientação favorável ao diálogo, ao respeito pelo pluralismo nos órgãos autárquicos resultante do voto do eleitorado, a acordos relativos à gestão sempre que possíveis e sempre para solução dos problemas das populações. Este objectivo é a base dos acordos que os nossos eleitos propõem. Prioritariamente com os elementos do PS, mas nunca excluimos nem pensamos em excluir acordos com os eleitos de outros partidos, incluindo os do PSD.

Outra questão quente respeita à eleição dos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa. Como se sabe, das 18 Câmaras da Área, a CDU confirmou a maioria em 11, o PS em 4 (ganhou 2) e o PSD em 2 (perdeu 2). Lisboa, ao contrário do que certa imprensa diz constantemente, não é uma Câmara Municipal do PS mas de uma coligação do PS com o PCP e outros partidos. Por lei são os 18 Presidentes de Câmara que elegem o Presidente e os outros membros da Junta. Já então os socialistas pretendiam que fosse eleito Presidente um socialista, concretamente o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio. Mas o cumprimento da lei e a regra democrática acabaram por ser aceites e foi eleito Presidente o camarada Daniel Branco, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, cuja experiência e competente exercício do cargo ninguém contesta.

Na recente campanha para as eleições autárquicas, o PS declarou ser seu objectivo conquistar a maioria na Área Metropolitana de Lisboa. Com esse objectivo, usou na sua propaganda e acção todos os meios para tirar à CDU em benefício do PS a maioria em Câmaras como as de Loures, Amadora, Almada, Montijo, Barreiro e outras. Ganhou ao PSD duas Câmaras mas perdeu a batalha contra a CDU, cuja grande maioria de Câmaras na Área Metropolitana de Lisboa o eleitorado confirmou.

Apesar disso, agora nas vésperas das eleições para os órgãos da Área Metropolitana ressurgiu a pretensão do PS de ter o Presidente.

Estais certamente de acordo, camaradas, com a posição do nosso Partido: Estivemos e estamos prontos a encontrar uma solução com o melhor espírito de cooperação. Mas, fundados na lei e princípios democráticos que todos deveriam respeitar, os nossos 11 Presidentes de Câmara da Área Metropolitana elegerão de novo como Presidente o camarada Daniel Branco.

Uma terceira questão quente: o lançamento do Congresso "Portugal, que futuro?"

Os promotores anunciaram como objectivo a realização de um largo debate sem discriminações sobre a situação, os graves problemas nacionais e as possíveis solu-



ções para eles. Alguns dos mais destacados dirigentes do nosso Partido foram convidados a participar e participaram num primeiro acto público.

Esta iniciativa perfeitamente natural provocou um coro de exaltação, de fúria, de impropérios, de insultos, de acusações, de grosserias do PSD, da direita em geral e de conhecidos plumitivos do PS ou da sua área.

Para tal fúria podem atribuir-se vários motivos. Um: o facto de se contarem entre os promotores vários amigos e colaboradores próximos do Presidente da República.

Outro: ter sido aberta a iniciativa a todos os democratas.

Outro: não coincidir com as declarações da Direcção do PS pretendendo que o PS sozinho deve liderar a Oposição e ser também sozinho a alternativa.

Outro ainda: ter participado no lançamento um grupo significativo de dirigentes do PCP.

Outro finalmente: ter sido anunciado como ponto de partida para o debate um "Manifesto" que encerra uma análise crítica à grave situação nacional tendo implícita uma forte crítica ao Governo.

O motivo dos motivos que engloba todos estes foi porém que surgiu finalmente uma iniciativa aberta a todos os democratas sem excepção, e com a participação à partida tanto de comunistas como de socialistas, ou seja dos dois partidos cuja reflexão e entendimento comum é um elemento fundamental para a derrota do PSD e para uma alternativa democrática.

Põem-se entretanto e com razão acerca desta iniciativa muitas interrogações, reforçadas aliás por diversas intervenções públicas muito pouco unitárias e mesmo anticomunistas de membros da Comissão Organizadora.

É pois necessário acompanhar atentamente o andamento da iniciativa, com interesse, com disposição favorável à participação, mas condicionada naturalmente ao que vier a ser no concreto.

Uma coisa é certa e estareis de acordo com ela: o PCP tem a sua opinião própria, a sua acção própria, não será em nenhum caso uma muleta nem do PS nem de ninguém. E mantém concretamente a defesa de uma realidade cada vez menos contestável: que sem o PCP não é possível uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

necessário, indispensável e insubstituível. Para a classe operária e para todos os trabalhadores. Para o povo em geral. Para a democracia. Para o país.

O enfraquecimento do Partido, como muitos desejariam, significaria que os trabalhadores, o povo, o país, a democracia, perderiam a sua força mais coerente e mais dedicada na defesa dos seus interesses e direitos. O reforço do PCP é um interesse vital do povo e do país. Não dizemos só que é necessário. Dizemos que é possível e que se está a verificar.

Está bem vivo na memória de todos como tempos atrás, perante a desagregação na URSS e noutros países do leste da Europa de um modelo que se afastava do ideal comunista, se ergueu um coro quase universal anunciando como fatal que "o comunismo morreu", que o PCP estava condenado a "um declínio irreversível" e ao desaparecimento a curto prazo.

Esperavam ou que o Partido, ideologicamente dogmatizado e estagnado, fosse incapaz de dar resposta às novas situações e problemas neste findar do século, ou que a resposta fosse a capitulação, o renegar do passado e dos objectivos, a conversão ao oportunismo socialdemocrata. A realidade é que o Partido atento à vida e à mudança, deu e continua a dar respostas criativas à evolução do mundo e do país.

Já proclamavam que o Partido era como que uma seita isolada, de que os trabalhadores e o povo se estariam afastando. A realidade é que os acontecimentos confirmam as profundas e indestrutíveis raízes populares do nosso Partido.

Já sonhavam com a perda pelo Partido da sua grande influência nas autarquias ganha pela obra notável realizada pelos nossos eleitos em benefício das populações, já anunciavam que perderíamos a maioria em numerosas câmaras e freguesias, já sondagens encomendadas nos atribuíam 6,5 e mesmo 4%, já anunciavam uma grande derrota nas eleições autárquicas. Afinal, obtivemos um êxito eleitoral que ninguém ousa contestar. Aqui em Braga com novos êxitos incluindo a eleição para a Câmara Municipal do camarada Casais Batista. No total nacional (não incluindo Lisboa) alcançámos mais de 13% nas eleições e não só no fundamental mantivemos como em casos muito significativos reforçámos as nossas posições.

Já sonhavam com a perda pelo Partido da sua influência no movimento sindical, já alguns exigiam e faziam campanha para que, por decisões de bastidores, fosse desrespeitada a vontade dos trabalhadores que elegeram comunistas em tão grande número para a direcção dos seus sindicatos, das suas Uniões e Federações, e que com a diminuição da influência dos comunistas nos sindicatos, o movimento sindical se vergasse às imposições do grande capital, do governo e das correntes oportunistas. Mas essa grande ofensiva foi contida e ninguém negará que nenhuma outra força política mais que os comunistas tem a confiança dos trabalhadores no movimento sindical.

Proclamavam que qualquer coligação ou aliança do PS com o PCP não só era inviável como conduziria a um maior apoio do eleitorado à direita. O caso de Lisboa mostrou o contrário. Não só tem sido possível uma boa gestão municipal como a votação na coligação subiu de 49,1%, nas eleições de 1989, para 56,7% nas recentes eleições. E nas Juntas de Freguesia da cidade, a direita, que tinha antes da coligação 40 maiorias no total de 52, ficou apenas com maioria numa freguesia em resultado das últimas eleições, sendo agora 25 de presidência comunista.

Já anunciavam que o Partido estava cada vez mais isolado, condenado a um ghetto, marginalizado na vida política, social e cultural do país. E o que se observa é que não só se alarga a influência nas diversas classes e camadas sociais, não só se mantém uma sólida base eleitoral, como o Partido é mais geralmente respeitado, se alarga o campo dos contactos políticos do que é exemplo a participação, porque convidado, no lançamento da iniciativa "Portugal, que futuro?" - amplo e diversificado encontro com vista ao exame dos problemas nacionais e da sua solução. Apesar do fogo de baragem da comunicação social instrumentalizada são cada vez mais numerosas as vozes dos que tomam consciência de que sem o PCP não há alternativa democrática possível à política, ao governo e à maioria de direita.

Anunciavam que a juventude se afastava definitivamente do Partido e passava a constituir uma força de apoio e de militância da direita. O que vemos é a juventude em luta contra a política do Governo, a juventude do PSD a ser arredada de direcções das Associações de Estudantes, um grande movimento da juventude CDU e um número crescente de jovens a virem ao Partido e à JCP.

Já anunciavam que o Partido estava a definhando, a sangrar pelo abandono em massa dos seus militantes e que dentro em pouco seria um pequeno grupo sem qualquer peso na vida nacional. Afinal saem poucos e em algumas organizações estão a entrar muitos.

Já anunciavam que não acompanhando as mudanças que se deram noutros partidos comunistas da Europa, o PCP estava condenado à morte próxima enquanto que esses outros tinham o futuro à sua frente. A verdade é que em contraste com o desastre a que foram conduzidos alguns outros partidos, o PCP dá exemplo de como a coerência e a convicção são também uma força política que reforça a capacidade de intervenção, tem amplas relações internacionais e conta com inegável prestígio nos outros países.

Já sonhavam em que, até por leis da natureza, a renovação de quadros e da direcção no Partido conduziria à perda da sua identidade. E a verdade é que a renovação se deu e continua a dar, incluindo nos órgãos e funções da mais alta responsabilidade, não para que o Partido deixe de ser o Partido Comunista que se orgulha de ser, mas para assegurar que no futuro continuará a sê-lo.

Plenário da DORAL

Analisa resultados eleitorais e aprova Plano de Actividades

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP reuniu em plenário a 30 de Janeiro, tendo procedido a uma análise mais detalhada dos resultados eleitorais de Dezembro último. Apreciou os principais traços que caracterizam a evolução da situação económica e social, aprovou o Plano de Actividades e o Orçamento para 1994 e tomou a decisão de realizar este ano a 3.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve.

Em relação aos resultados obtidos no Algarve pela CDU nas eleições autárquicas de Dezembro de 1993, assim como a todo o complexo processo de instalação dos órgãos que se lhe seguiu, a DORAL sublinha a importância da vitória obtida, através de uma subida global de votos e percentagem. Daqui resultou a conquista de novas maiorias em Câmaras e Juntas de Freguesia, no aumento de mandatos em Câmaras e em algumas Assembleias Municipais, no aumento de Presidências em Assembleias Municipais e de Freguesia, num total próximo dos 200 eleitos nos vários órgãos autárquicos da região.

Estes resultados são tanto mais importantes quando obtidos num quadro de extrema dificuldade para a CDU, em eleições marcadas pela criação de uma falsa bipolarização entre o PS e o PSD, de silenciamentos e deformações em relação às posições dos eleitos e candidatos da CDU, da fabricação e publicitação de sondagens com resultados que em

nada tinha a ver com a real disposição da maioria do eleitorado. As eleições foram ainda dominadas pela enorme desproporção de meio empregues entre as várias candidaturas.

É contra todo este quadro que a CDU obtém tão expressivo resultado eleitoral, continuando a afirmar-se na região como uma importante força autárquica.

No processo de instalação dos órgãos, como a correspondente distribuição de responsabilidades que se lhe seguiu, os eleitos da CDU assumiram, mais uma vez, a posição que desde sempre temos defendido em relação ao funcionamento dos órgãos autárquicos. Os eleitos da CDU estão eleitos para contribuir com o seu trabalho para resolver os problemas da população, para defenderem a implementação dos programas das suas candidaturas, para contribuir para uma gestão democrática, participada, eficaz e transparente, aceitando e distribuindo responsabilidades de acordo com esta postura.

Os resultados das eleições autárquicas confirmaram, mais uma vez, na região, a existência de uma confortável maioria democrática. Desta importante realidade era indispensável retirar alguns ensinamentos. De entre outros destacamos a disponibilidade do PCP para, a curto prazo, discutir com PS uma base de entendimento que permita dinamizar a acticidade da Associação dos Municípios do Algarve e da própria Assembleia Distrital, devolvendo-lhe o prestígio, o respeito e a autoridade necessária, de forma a que estes dois importantes órgãos finalmente possam desempenhar o papel que lhes está reservado na coordenação de acções do Poder Local em defesa do Algarve, em matéria de fundos estruturais, em acções promotoras de desenvolvimento económico e na luta contra as sucessivas medidas do Poder Central para pôr em causa a autonomia e democraticidade do Poder Local e nesse sentido serem impulsionadores de um forte movimento para a instituição da Região Administrativa do Algarve.

Dificuldades crescentes na actividade produtiva

Em relação à situação económica e social da

região, a DORAL assinala, com extrema preocupação, as dificuldades crescentes que se verificam na actividade produtiva, em resultado directo da política seguida por este Governo.

A actividade agrícola, apesar de algumas melhorias conjunturais nos preços pagos à produção, designadamente em relação aos citrinos, permanece numa situação de extremo endividamento, regista uma quebra global na produção, sem mecanismos de defesa que lhe garantam o escoamento, a preços justos, dos seus produtos. Perde competitividade pelo contínuo aumento dos preços dos factores de produção e das altas taxas de juro, factores que, entre outros aspectos, constituem forte desincentivo à actividade e à atracção de camadas mais jovens para a agricultura.

As pescas no Algarve apresentaram um dos piores resultados do país em 1993, através da queda vertical, em praticamente todos os portos, dos valores das descargas e sobretudo dos preços pagos na primeira venda.

O turismo permanece sem orientação e sem política, numa «navegação à vista», ao sabor de interesses instalados, fragilizando e descaracterizando a oferta, numa crescente economia paralela, com o patronato mais interessado em aproveitar os maus resultados obtidos em 93 para acentuar uma política de ataque a direitos dos trabalhadores, a privilegiar a mão-de-obra barata e desqualificada profissionalmente, a reivindicar mais fundos perdidos do Governo, do que a investir na modernização das suas unidades, a melhorar serviços prestados, a conquistar novos mercados, a cumprir obrigações para com o Estado e os trabalhadores.

No plano social, o Algarve regista em finais do passado ano uma das maiores taxas de crescimento do desemprego do país, com os Centros de Emprego a atingirem mais de 14 000 inscritos, números que não se verificavam há mais de uma década. A par do crescente desemprego, aumentam os salários em atraso e generaliza-se uma extrema degradação das relações de trabalho. As iniciativas que o Governo tem na forja para condicionar o acesso ao subsídio de desemprego vão constituir mais uma machadada nas condições de vida de milhares de trabalhadores e suas famílias.

A luta dos trabalhadores

Numa situação marcada por uma extrema conflitualidade, resultante da degradação das condições de vida e de trabalho e da justa luta que, em resposta, tem sido movida por milhares de trabalhadores em defesa dos seus legítimos direitos, a DORAL do PCP saúda a luta dos trabalhadores da administração pública pelos resultados obtidos na recente greve e exprime-lhes a sua inteira solidariedade e apoio.

Perante a arrogância do patronato e do Governo, através de uma actuação política tendente a fazer pagar, sobretudo aos trabalhadores, os efeitos da ruína governação que tem sido seguida, só a continuidade da luta e da resistência constitui o caminho para lhe fazer frente e inverter o seu curso. Nesse sentido, a DORAL do PCP apela a todos os seus militantes e simpatizantes, aos trabalhadores no seu conjunto, para reforçarem a sua unidade e encontrarem as melhores formas de intervenção para dar continuidade à luta em torno dos seus legítimos direitos.

A 3.ª Assembleia

A DORAL do PCP aprovou o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano em curso. São preocupações e linhas de trabalho dominantes no Plano de Actividades para 1994: o reforço do PCP, dos seus efectivos e da sua actividade, como elemento fundamental para dar combate à política do actual Governo e criar condições reais a uma política e a um Governo alternativos; uma maior

atenção ao desenvolvimento da luta social; uma maior preocupação em articular a acção dos eleitos da CDU nos órgãos autárquicos.

A DORAL do PCP aprovou uma resolução que marca a realização da 3.ª Assembleia da Organização Regional para o dia 15 de Maio, definindo a base de eleição dos delegados e aprovando a estrutura dos principais documentos a colocar à discussão nas diversas organizações do Partido. No quadro da realização da 3.ª Assembleia foi ainda decidido promover uma campanha de recrutamento de forma a que até à sua realização sejam convidados a inscrever-se no PCP 50 novos membros e a aproveitar as comemorações do Aniversário do PCP para a promoção de um largo conjunto de iniciativas que conduzam à reafirmação da importância e do papel insubstituível do PCP na sociedade portuguesa.

Dada a importância que justamente se atribui ao facto de no corrente ano se comemorarem 20 anos da data histórica do 25 de Abril, a DORAL do PCP aprovou um conjunto de linhas de trabalho de forma a contribuir para que esta data seja comemorada condecoradamente em toda a região.

Por último, a DORAL do PCP apreciou o quadro em que este ano se vão realizar as eleições para o Parlamento Europeu, tendo definido critérios para a organização da sua intervenção eleitoral na região, agendando um calendário de debates dirigidos para aprofundar o conhecimento das consequências, que nos vários sectores da economia regional, teve a adesão às Comunidades.

Guarda

Agrava-se a situação social

«A política económica e social do Governo PSD tem também no distrito da Guarda os seus reflexos negativos, criando situações sociais muito graves para os trabalhadores e para a população em geral, contribuindo para uma maior desertificação do Distrito», assinala a Direcção da Organização Regional da Guarda do PCP, em documento divulgado após a sua reunião de 30 de Janeiro passado.

Analisando a situação política e social no distrito, a DORG concluiu ainda:

«Na agricultura, aumenta a asfixia económica dos produtores e consequentes destruição do sector produtivo. Várias Cooperativas agrícolas não conseguem pagar aos seus associados os produtos recolhidos, como é o caso do Vinho, do Leite e da Fruta. Também é moroso o pagamento dos abates sanitários impostos pelos Serviços do Ministério da Agricultura, a que se junta os baixos preços pagos, o que torna difícil a reposição dos efectivos pecuários.

«Na indústria, continuam os processos de falências e o encerramento de empresas, como, por exemplo, o fecho da Têxteis do Mileu na cidade da Guarda, onde perderam o emprego mais de 50 trabalhadores. Persistem os salários em atraso em algumas empresas como por exemplo, a Fisel e a Textilana. Aumenta o número dos desempregados, confirmados pelos números oficiais dos Centros de Emprego e pela realidade conhecida des-

pedimentos e rescisões de contratos como por exemplo na Reicab, na Fisel, Vodratex, Textilana.

«Na área dos Serviços Sociais continuam e agravam-se os problemas. O Hospital de Seia e o Hospital da Guarda esperam por obras de ampliação e dotação de novos meios, promessas feitas por diversos ministros aquando de visitas eleitorais encapotadas ao nosso Distrito. O utente, cada vez mais mal servido vai passando a pagar serviços antes gratuitos. Situação que se prevê agravar-se com o respectivo ministro a ameaçar acabar com a gratuitidade dos serviços de saúde, em clara violação da Constituição da República. Nesta mesma linha de pensamento e acção do Governo, também se degrada a situação do Ensino Público.

«Degrada-se o ambiente. As sistemáticas descargas de esgotos fabris para os rios e ribeiras, poluem as linhas de água e os pastos em vários pontos do Distrito, como por exemplo o rio Távora em Trancoso e o rio Cobre em Várzea de Meruge, Seia. As lixeiras, sem o mínimo de condições, são focos de doença em potência, chegando a albergar resíduos hospitalares. A falta de medidas alternativas para as lixeiras, mostra incapacidade do poder central e das Câmaras Municipais (do PSD e do PS) para resolver este grave problema.

CAMARADAS FALECIDOS

HORTENSE CARIA LUCAS

Faleceu em Macau a camarada Hortense Caria Lucas, com 77 anos de idade. Membro do Partido desde a década de 60, desempenhou com coragem e generosidade um importante papel na solidariedade aos presos políticos e suas famílias e foi fundadora e membro da direcção da URAP.

ANTÓNIO COSTA LOUÇÃO

Vítima de doença, faleceu com 72 anos o camarada António Costa Loução. Membro do Partido desde 1976, exercia a sua actividade militante na Organização de Azeitão, onde era muito estimado.

GERMANO PEREIRA DA FONSECA

Faleceu, no passado dia 29 de Janeiro, o camarada Germano da Fonseca. Membro activo do Partido na Freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa, era presidente eleito da Mesa da Assembleia de Freguesia. Era muito estimado pela população.

TRABALHADORES

LISTAS UNITÁRIAS VENCEM NA LISNAVE E BANCO DE PORTUGAL

Pela primeira vez uma lista unitária venceu as eleições para a comissão de trabalhadores do Banco de Portugal. Apurados os resultados da votação que teve lugar dia 26 de Janeiro, a lista C somou 336 votos, conquistando 4 mandatos. A lista D (de tendência socialista), que era até aqui a primeira força, obteve 294 votos e 3 mandatos (menos um mandato que nas anteriores eleições). A lista A (de tendência social-democrata), que tinha 3 mandatos, ficou agora em segundo lugar, com 307 votos e 4 mandatos.

Estas eleições tiveram lugar após um período em que, devido à política de reformas antecipadas, deixou o Banco de Portugal um elevado número de trabalhadores activistas e apoiantes da corrente unitária.

Num momento particularmente difícil para os trabalhadores, tiveram lugar também as eleições para a CT da Lisnave. Dos 2922 votantes, 1614 optaram pela lista A, identificada com o PCP e as estruturas unitárias. A lista B, afecta ao PS e que até agora detinha a maioria, obteve 1175 votos.

Num comunicado que fez chegar à nossa Redacção, a lista A afirma que este resultado é «uma grande vitória dos trabalhadores» e representa «o voto da resistência e naqueles em que acreditam» para travar o passo à administração e ao plano dos Mellos, que prevê o encerramento do estaleiro da Margueira e o despedimento de 4 mil pessoas.

MULHERES

A Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN enviou segunda-feira uma saudação à organização do Parlamento Paritário, iniciativa que considera importante para promover a participação e a intervenção das mulheres no dia-a-dia da vida política, quer nos partidos, quer nos órgãos do poder, quer nas instituições, quer no Governo. «A intervenção e participação das mulheres em igualdade na vida social e política do nosso País é um imperativo do verdadeiro desenvolvimento e da democracia participativa», afirma-se na mensagem, citada numa nota do departamento de informação da central.

CES

O secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos esteve na semana passada em Lisboa e, pela primeira vez, visitou a CGTP-IN e reuniu com uma delegação de dirigentes da central. No encontro, adiantou o departamento de informação da Intersindical Nacional, foram tratados diversos aspectos relacionados com o pedido de adesão da CGTP à CES.

DYRUP

A multinacional Dyrup tem uma conduta «lesiva da economia nacional e dos interesses dos trabalhadores portugueses», acusa a comissão de freguesia de Sacavém do PCP. Numa nota que tornou pública na semana passada, aquele organismo acusa: «a pretensão de uma alegada modernização e reestruturação de que se não vêem expressões concretas, a não ser a contínua sangria de pessoal efectivo, a Dyrup tem vindo a criar um clima interno de grande instabilidade e coacção psicológica sobre os seus trabalhadores, de modo a permitir-se conduzir um processo de substituição de trabalhadores (por intermédio das mistificadas rescisões por mútuo acordo) com ligação efectiva à empresa, por trabalhadores contratados a prazo e à tare-

fa, sem vínculos ou com vínculos mínimos à Dyrup».

INFLAÇÃO

A taxa de inflação anual fixou-se em 1993 em 6,8 por cento, ficando a inflação sem rendas em 6,5 por cento, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. A inflação homóloga (sobre igual mês do ano precedente) desacelerou em Dezembro para 6,4 por cento, depois de ter conhecido um período de aumento entre o mínimo de 5,6 por cento em Junho e 6,6 por cento em Novembro. Em 1992 a inflação anual situara-se em 9,5 por cento (sem rendas 8,9 por cento).

Em comparação com igual período do ano precedente, os preços aumentaram 7,9 por cento no primeiro trimestre de 1993, 5,8 por cento no segundo, 5,9 por cento no terceiro e 6,5 por cento no último trimestre do ano passado.

As despesas de saúde cresceram 12,6 por cento (16,8 por cento os cuidados médicos e paramédicos; 8,7 por cento os meios auxiliares de diagnóstico; 6,4 por cento os medicamentos), subiram 11,4 por cento os transportes e 6,5 por cento as comunicações. O ensino, cultura e recreação ficou 9,0 por cento mais caro (com aumentos de 21,9 por cento no ensino e de 4,2 por cento na cultura e recreação) e os preços do vestuário e calçado e do conforto da habitação subiram em 7,0 por cento. As rendas de casa aumentaram 9,2 por cento.

AÇORES

A CGTP vai reforçar o seu aparelho nos Açores, criando, pela primeira vez, uma comissão coordenadora para toda a região, anunciou o coordenador nacional da central, no final de um encontro que teve dia 19 de Janeiro em Lisboa com o Ministro da República para os Açores. Carvalho da Silva chefiou uma delegação da CGTP que esteve, entre 12 a 16 de Janeiro, nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, tendo visitado diversos hospitais, unidades industriais, cooperativas de leite e estruturas representativas dos sectores do tabaco, agricultura e pescas.

Denuncia a União dos Sindicatos do Porto Há mais 30 mil desempregados no distrito desde Junho de 1992

Mais de 20 mil pessoas perderam o seu emprego no distrito do Porto entre os meses de Junho de 1992 e 93, e entre Junho de 1993 e o fim do mesmo ano terão perdido o emprego na região mais cerca de nove mil trabalhadores - revela um estudo da União dos Sindicatos do Porto, divulgado na semana passada, a poucos dias do 4º Congresso da USP/CGTP, que se realiza amanhã e depois no centro de formação profissional do Cerco.

A maioria das perdas de emprego resultou de despedimentos, encerramento de empresas, falências e paralisações totais, parciais ou temporárias com ameaça de se tornarem definitivas. As indústrias têxtil, do vestuário e metalúrgica foram responsáveis pela maior parte das perdas de emprego registadas naquele período, afectando, respectivamente, 9 mil e 5685 trabalhadores.

Os autores do estudo - citado pela Lusa - salientam que o desemprego no distrito, e especialmente na Área Metropolitana do Porto, começou a aumentar em meados de 1992, após sete anos em que foram criados na região cerca de 42 mil empregos, dos quais 8 mil na indústria transformadora. Simultaneamente, «não

surgiram investimentos significativos, nacionais ou estrangeiros», os quais ficaram na sua quase totalidade na zona de Lisboa e Setúbal. «Aliás, o Governo reconhece-o quando afirma no documento "Preparar Portugal para o século XXI" que a região de Lisboa e Vale do Tejo foi ao longo dos anos 80 o principal destino do investimento estrangeiro», destaca a USP.

No mesmo ano, a região Norte recebeu apenas oito por cento do total do investimento estrangeiro, o que, na opinião do Gabinete de Estudos da USP, se reflectiu na perda de peso da AMP na riqueza produzida em Portugal. Entre 1985 e 91, o número de empresas do distrito do Porto com menos de 10 trabalhadores aumentou de cerca de 18 mil para 27 mil, tendo diminuído de 87 para 85 o número de empresas com mais de 500 trabalhadores.

No documento, é destacado que o distrito do Porto «apresenta dos piores índices do País em infra-estruturas de saneamento básico, comunicações e transportes e em áreas fundamentais para a qualificação dos recursos humanos, como a educação infantil, os ensinos básico e secundário e a

formação profissional». Para a USP, as carências em infra-estruturas resultam do «atraso da região quando surgiu o 25 de Abril, pouca atenção de vários municípios à construção dessas infra-estruturas e escasso investimento da Administração Central».

Os autores do estudo realçam que a aplicação do primeiro Quadro Comunitário de Apoio «não teve em conta o necessário combate às assimetrias regionais e o desenvolvimento equilibrado do País». O atraso na criação das regiões administrativas é apontado como um pretexto que tem sido utilizado pelo Governo para manter a centralização de todo o processo de elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento Regional.

Alentejo

O desemprego registado nos centros de emprego do Alentejo decresceu cinco por cento em Dezembro de 1993, comparativamente ao mês homólogo de 1992, revelou o Instituto do Emprego e Formação Profissional. Uma nota da delegação regional do Alentejo do IIEFP, citada pela agência Lusa, recorda que o desemprego sofreu no

Alentejo uma «subida acentuada», atingindo o valor mais elevado em Março de 1993, altura em que foram registados 39 105 desempregados.

«Há uma alteração favorável da problemática do emprego no Alentejo», afirma o IIEFP, adiantando que se regista uma «redução de 13,9 por cento» quando se compara o desemprego observado em Dezembro com o registado em Março do mesmo ano.

A diminuição do desemprego no Alentejo fica a dever-se, segundo o mesmo organismo, à aplicação do Plano de Emergência contra a seca e a outras medidas do âmbito das atribuições do IIEFP. A nota do IIEFP adianta que as medidas de intervenção do fomento do emprego e da formação profissional proporcionaram, em 1993, a ocupação de 18 039 trabalhadores, a maioria dos quais em programas de ocupação em actividades sazonais e de interesse para a comunidade. No último ano, foram também criados mais 6725 postos de trabalho resultantes de apoios directos à criação de emprego e na sequência de ofertas de emprego apresentadas pelas entidades empregadoras.

Desmembramento da EDP condenado em tribunal de opinião pública

A política que os governos do PSD e as administrações por eles nomeadas têm vindo a aplicar na EDP - desde a «reestruturação económica e financeira» de 1988, até à passagem a sociedade anónima em 1991 e as medidas para o desmembramento da empresa e a privatização, pelo menos, das suas partes mais rentáveis - foi claramente condenada no tribunal de opinião pública promovido na semana passada, em Lisboa, pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal.

A iniciativa teve a participação de personalidades e representantes de autarquias, associações de consumidores e de agricultores, juristas, quadros da empresa e membros da estrutura sindical e da comissão de trabalhadores da empresa.

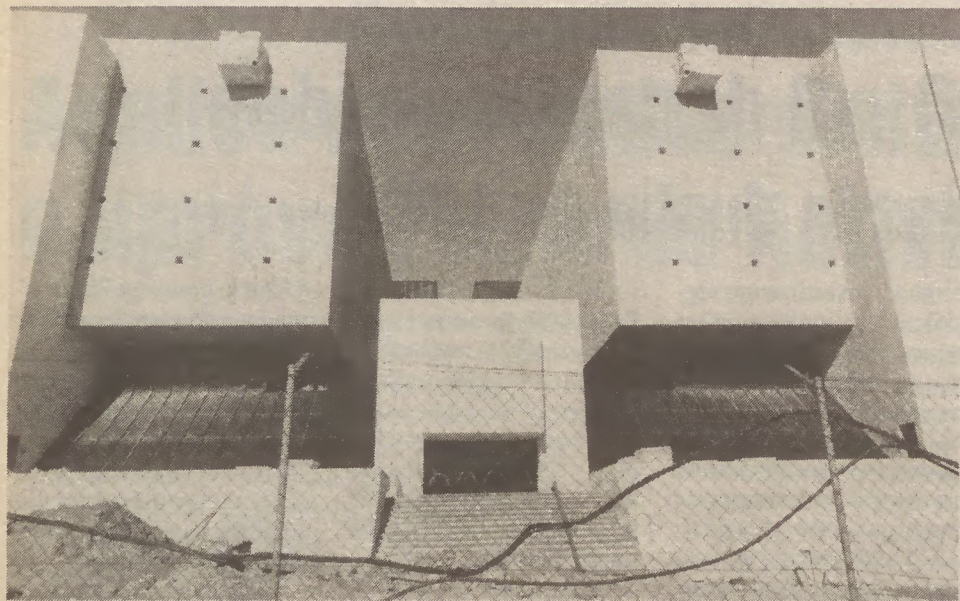
Um júri presidido por Manuel Carvalho da Silva e que integrou ainda o presidente da Associação de Municípios do Distrito de Évora, o presidente da CM de Borba, o Dr. Mário Frota (dirigente da Associação Portuguesa de Direito de Consumo), um quadro técnico da EDP, um representante da CNA e membros das CTs da EDP e da Quimigal, bem como um dirigente da FSTIEP) ouviu durante quatro horas testemunhas e depoimentos que desmontaram, de vários pontos de vista, os argumentos dos que defendem o desmembra-



mento da EDP e a entrega do sector eléctrico ao capital privado.

Considerando que tal política lesa os interesses dos trabalhadores da empresa, dos consumidores e do País, a sentença acusa o Governo e a administração da Electricidade de Portugal de, ao contrário das organizações sindicais, não pretenderem uma EDP reestruturada, moderna, eficaz e rentável, dotada de meios técnicos, materiais e humanos capazes de corresponder às necessidades do serviço público. O «juiz» Manuel Rodrigues afirmou que a divisão da EDP levará à degradação da qualidade do serviço, ao aumento das tarifas e a um ataque mais cerrado contra os direitos dos trabalhadores.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Em causa o acesso a arquivos da Torre do Tombo

"Governo pretende reescrever a História?"

— questiona o deputado José Calçada

Os obstáculos criados aos investigadores e historiadores no acesso aos Arquivos Nacionais situados na Torre do Tombo, designadamente ao "Arquivo Salazar" e ao "Arquivo da PIDE/DGS", foram qualificados pelo deputado comunista José Calçada como um acto "completamente inadmissível".

A questão esteve em debate faz amanhã oito dias numa sessão de perguntas ao Governo no decorrer da qual a resposta do subsecretário de Estado da Cultura se revelou totalmente insatisfatória face às questões levantadas pelo parlamentar do PCP. Tratava-se de saber, tão-só, qual a posição do Executivo perante os condicionamentos que têm sido impostos pelo director da Torre do Tombo no acesso aos referidos arquivos, um comportamento arbitrário que na prática se tem traduzido na sua quase inacessibilidade.

Foi em vão, porém, o esforço de José Calçada para obter esclarecimentos. Manuel Frexes nada avançou quanto às matérias suscitadas, nada esclareceu, permanecendo no final do debate a ideia de que são inteiramente oportunas e

pertinentes as observações e preocupações manifestadas por José Calçada.

Em causa está concretamente, no que se refere ao "Arquivo Salazar", o facto de que este estaria, segundo notícias vindas a público, a ser fotocopiado em seu proveito pelo próprio director da Torre do Tombo, Borges de Macedo, ao mesmo tempo que "veda terminantemente idêntica possibilidade aos investigadores interessados".

Quanto ao "Arquivo da PIDE/DGS", segundo José Calçada, a situação "ainda é mais grave", porquanto, disse, sobrepondo-se à Assembleia da República e à Lei a direcção dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo apoderou-se deste arquivo e "condicionou de tal modo o seu acesso que o próprio conceito de acesso se transformou numa caricatura".

"O director dos AN/TT é o supremo juiz destas coisas?; o director dos AN/TT pode violar a Lei e sobrepor-se às competências da Assembleia da República?", questionou José Calçada, não sem antes ter associado este comportamento à "mania do segredo" que domina o Executivo.

"Que do presente o Governo nos pretenda dar uma visão cor-de-rosa, ainda se compreende; que do passado, o Governo pretenda reescrever a História, mediante o controlo político da documentação disponível, eis o que de todo em todo não aceitamos!", concluiu o parlamentar do PCP.

Petições à Assembleia da República

Ex-funcionários públicos em Moçambique com pensões em atraso

O Grupo Parlamentar do PCP exigiu do Governo a imediata regularização das contas em dívida para com os funcionários públicos que descontaram para o Montepio em Moçambique e que desde 1978 não recebem as pensões de invalidez, reforma e sobrevivência a que tinham e têm direito.

A questão esteve muito recentemente em debate no

Privatização do Totta & Açores Governo cúmplice na violação da Lei

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou na passada semana um pedido de inquérito parlamentar ao processo de privatização do Banco Totta & Açores, destinado a apreciar designadamente os moldes em que este decorreu e os actos que envolveram as decisões do Governo a ele respeitantes.

Trata-se da segunda iniciativa do género sobre o mesmo assunto levada a cabo pela formação comunista (a primeira foi em Maio de 1992), fundamentada não apenas na falta de observância das regras de transparência que devem presidir a qualquer processo de privatização, como também na violação da legislação relativa ao caso BTA, violação que poderá ter sido estendida também ao Código das Sociedades Comerciais, ao Código do Mercado de Valores Mobiliários e à Lei do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Em causa está concretamente o facto de o Banco Espanhol de Crédito deter desde o início do processo de privatização uma percentagem do capital social do BTA largamente superior ao limite dos 10 por cento legalmente estabelecido, a que acrescem as ligações do Grupo Banesto com pessoas singulares nacionais visando a constituição de empresas em Portugal com o objectivo de concentrar e gerir acções do Totta & Açores.

Ora a verdade é que tudo foi feito, como observa o Grupo Parlamentar comunista no texto do pedido de inquérito,

perante a inexplicável "passividade de entidades com deveres de fiscalização, controlo e supervisão", como o Banco de Portugal, a Comissão de Acompanhamento das Privatizações e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Mais: o domínio de um dos maiores bancos comerciais nacionais por um banco espanhol e a flagrante violação da lei portuguesa "só foram possíveis - a acusação é do PCP - com a complacência e escandalosa cumplicidade do Governo português".

Esta é que é a questão nodal, no entender dos deputados comunistas, que a propósito citam vários exemplos que em sua opinião "fundamentam a legitimidade das dúvidas" sobre o alegado desconhecimento do Governo face ao caso e "indiciam fortemente", ao contrário, a "cumplicidade do Governo neste processo de domínio espanhol sobre o BTA".

O facto mais significativo é sem dúvida a publicação do Decreto-Lei nº 266/93 que legaliza com efeitos retroactivos a posse por entidades estrangeiras de participações directas no capital social do BTA até 25 por cento, com possibilidade de aumentar a curto prazo esse limite até aos 45 por cento.

Ou seja, como faz notar o grupo comunista, "inversamente ao que seria política e eticamente exigível, o Governo não toma medidas para impor o cumprimento da Lei, antes altera a Lei para a adequar formalmente à situação de ilegalidade verificada".

plénario e foi suscitada por uma petição, subscrita por 1431 cidadãos, em que se apelava para o pagamento das pensões em atraso, uma vez que os funcionários nestas condições pagaram as suas quotizações, adquiriram o direito às respectivas pensões, exerceram a sua actividade ao serviço do Estado português e são cidadãos portugueses.

Estes foram aliás alguns dos aspectos para os quais o deputado comunista Paulo Trindade chamou a atenção da Câmara, pondo sempre o acento tónico na ideia de que o Governo não "se pode refugiar na capa de um contencioso" entre os Estados português e moçambicano para se eximir às suas responsabilidades perante milhares de cidadãos.

"O Governo PSD deve de imediato pagar aquilo que deve aos funcionários e viúvas de funcionários que em Moçambique prestaram o seu serviço ao Estado português", concluiu Paulo Trindade.

Melhores condições para as freguesias

O problema da falta de meios com que se debatem os órgãos da freguesia voltou a

ser equacionado pela banca comunista, pela voz do seu deputado José Manuel Maia, que, a este propósito, recordou não existirem no momento presente condições para as autarquias "prosseguirem os fins que a Constituição lhes atribui".

A questão veio a lume também por força de uma petição, desta feita subscrita por cidadãos do concelho de Oeiras. No texto, os signatários alertam para a necessidade de órgãos autárquicos "que resolvam problemas e apoiem a população, que tem vindo a assistir à degradação da sua qualidade de vida".

Posição que mereceu a total concordância de José Manuel Maia, que a este respeito salientou a responsabilidade do PSD pelo facto de as freguesias continuarem "sem os meios necessários para poderem assumir as responsabilidades que correspondem aos anseios, aspirações e necessidades das populações".

"Continua por fazer uma verdadeira reforma legislativa que dê resposta às justas reivindicações das reguesias e da sua estrutura representativa (a ANAFRE) - sublinhou o deputado do PCP - quer através de um novo regime de competências e meios financeiros, quer pela garantia aos membros das juntas, em certos casos e condições, de exercerem o mandato em regime de permanência, quer ainda pela adopção de medidas de apoio à adequada instalação dos órgãos".

Rodoviária do Alentejo suprime carreiras e fecha estações

Encerramento de estações, supressão de carreiras, violação do Acordo de Empresa por parte da administração, despedimentos arbitrários, transferências ilegais de trabalhadores, eis, em sùmula, o quadro actualmente existente na Rodoviária do Alentejo, decorrente do processo de privatização da empresa.

Estes factos, que estão a suscitar sérias preocupações no seio dos trabalhadores e das populações, motivaram já uma tomada de posição dos deputados comunistas Paulo Trindade e António Murteira em requerimento dirigido ao Governo onde referem que a situação criada resulta do facto de o Governo ter permitido a privatização sem exigir qualquer plano capaz de garantir um serviço essencial como é o caso do transporte de pessoas e bens.

Depois de fazerem notar que o encerramento de estações (Estremoz, Redondo e Ferreira do Alentejo) e a supressão de carreiras está a afectar seriamente a população escolar e a obrigar os

passageiros a aguardarem os autocarros na rua, os deputados comunistas questionam o Executivo sobre as medidas que pensa adoptar para assegurar no plano do PDR uma adequada cobertura da rede de transportes, manifestando simultaneamente interesse em saber se vai ou não determinar que a Inspeção Geral de Trabalho actue de modo a pôr cobro às ilegalidades cometidas pela administração da Rodoviária do Alentejo.

Pedido de ratificação

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um pedido de ratificação do Decreto-Lei que "instituiu a figura da injunção". Publicado em Dezembro último, este diploma cria, através desta figura, um novo título executivo, para além dos já previstos no Código de Processo Civil.

Na opinião do Grupo comunista, porém, o diploma coloca fundadas dúvidas de constitucionalidade, uma vez que, não resulta provado que, como se afirma no seu preâmbulo, "não se mostrem diminuídas as garantias das partes intervenientes no processo, mormente o direito de defesa do pretendo devedor".



ASSEMBEIA DA REPÚBLICA

Interpelação ao Governo comprova A agricultura está de rastos e a culpa é do PSD

A situação da agricultura ocupou integralmente hoje oito dias a agenda parlamentar. O diagnóstico, pormenorizado e rigoroso, dificilmente poderia traçar um quadro mais negro. Provenientes de todas as bancadas da oposição, em particular do PS e do PCP, choveram as críticas. Depois de uma década com a titularidade da pasta nas suas mãos, o mínimo que se pode dizer é que o PSD pôs a agricultura de rastos. Os números, a este respeito, não deixam margem para dúvidas: o rendimento real dos agricultores sofreu uma quebra de 45 por cento entre 1986 e 1993; o endividamento da nossa agricultura situa-se nos 350 milhões de contos; a receita líquida da agricultura vem diminuindo de há quatro anos a esta parte e situa-se hoje num valor inferior a 1986.

Por outras palavras, como afirmou o deputado comunista António Murteira, "os agricultores portugueses estão mais pobres, estão mesmo muito pobres e endividados, muitos à beira da ruína, outros já falidos", e com a "destruição da agricultura é o mundo rural que morre também".

E tudo isto, repare-se, apesar dos 900 milhões de contos que ao abrigo do primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) foram canalizados para a agricultura.

Exigia-se, pois - e este foi também o sentido do repto lançado pelo deputado António Campos (PS) -, que o ministro da Agricultura esclarecesse a Câmara sobre os resultados da sua política, explicasse aos deputados as razões do descalabro a que chegou o sector.

Ora, por mais espantoso

que pareça, a verdade é que Arlindo Cunha passou como "gato sobre brasas" por cima de todas as questões substantivas suscitadas pela oposição, fixando o seu monocórdico discurso numa espécie de teorização geral sobre questões agrícolas e no anúncio de medidas para o futuro.

Quanto ao que verdadeiramente importava esclarecer e estava colocado no centro do debate, foi o silêncio, um pesado silêncio, em que foi acompanhado pela bancada da maioria, que entendeu não fazer perguntas à intervenção de abertura do deputado socialista António Campos, no claro intuito de procurar desvalorizar a interpelação.

Esta fuga do ministro à realidade, numa espécie de salto em frente, não escapou à atenção de António Murteira, que qualificou o discurso do mi-

nistro de "quase patético", lembrando-lhe ao mesmo tempo algumas questões comezinhas, como sejam, entre outras, o facto de a agricultura estar à beira da falência, os factores de produção serem os mais caros da Comunidade, o défice agro-alimentar do País rondar os 70 por cento ou ainda, imagine-se, não existir uma Lei de Bases da Política Agrícola.

Lino de Carvalho, em tom muito crítico, acusou também o ministro de "anunciar para amanhã aquilo que é a continuação da actual política de destruição", recordando simultaneamente alguns dos aspectos que constituem em si mesmo uma imagem de actualização e das opções do Governo: o desmantelamento e privatização das estruturas de apoio à agricultura, a política do subsídio, a criação de uma rede clientelar, a ausência de actuação face à fraude e à corrupção, o tráfico de influências, a perseguição aos funcionários que têm a coragem de denunciar as irregularidades do MAP.

Razões, afinal, que comprovam a relevância do apelo deixado pela bancada comunista no sentido de rapidamente ser adoptada uma nova política e elaborada uma "Lei de Bases da Política Agrícola que - as palavras são de António Murteira - crie um quadro potenciador e moralizador dos investimentos e apoios nacionais e comunitários; que potencie as áreas em que temos vantagens comparativas; que assuma os objectivos estratégicos do correcto aproveitamento dos recursos hídricos; da produção de bens alimentares e da sua comercialização; que assuma a necessidade de a agricultura portuguesa ter acesso a créditos e a factores de produção a preços equivalentes aos da Comunidade Europeia".

Alqueva, constituem dois outros aspectos a tomar em linha de conta, na perspectiva de António Murteira, que não deixou de se mostrar crítico relativamente ao facto de o distrito de Évora não ser considerado no âmbito do empreendimento.

Igualmente importante, por outro lado, do ponto de vista da bancada comunista, é o acompanhamento pela Assembleia da República da execução e impacte nos nossos rios do Plano Hidrológico de Espanha, bem como das negociações internacionais relativas à cooperação luso-espanhola no domínio hídrico.

Quanto à gestão e acompa-

nhamento do Projecto, sustenta António Murteira, é preciso que a Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva "assegure a participação de todos os potenciais beneficiários e garanta uma exploração optimizada dos recursos a disposição".

Nesse sentido, importa que a sua composição esteja conforme com esses objectivos, o que exige, foi ainda o parlamentar comunista a lembrá-lo, a inclusão de um representante das autarquias do Alentejo, o alargamento da participação dos trabalhadores e a presença de representantes dos trabalhadores indicados pelas Uniões Sindicais no Conselho Consultivo.

Definição da Política de Juventude PCP dá conteúdo concreto ao direito de participação

Apreciado em plenário na semana transacta, baixou à comissão parlamentar respectiva o projecto de lei do PCP que consagra o direito de participação das organizações juvenis na elaboração de legislação que respeite à política de juventude.

Trata-se basicamente - segundo os autores do diploma - de instituir a prévia consulta pública às organizações juvenis e aos jovens sempre que ocorram processos legislativos respeitantes à política de Juventude.

Embora não exista uma norma constitucional expressa que atribua às organizações juvenis um direito de participação na elaboração de legislação que lhe diga respeito, a verdade é que nada impede, antes aconselha, como sublinhou no debate o deputado António Filipe, a adopção de um diploma legal que, tendo como destinatários principais os órgãos de Poder político e as organizações de juventude, "traduza a nível legislativo essa forma concreta de exercício do princípio constitucional de participação".

Direito de participação que, de resto, tem várias concretizações na ordem jurídica e

constitucional portuguesa, pese embora a sua inobservância por força da prática governativa recente.

Lembrados por António Filipe foram, por exemplo, os diplomas relativos ao acesso do Ensino Superior e às contestadas propinas, em relação aos quais não se verificou a auscultação obrigatória, nos termos da Lei, das associações de estudantes.

"O Governo tentou até ao limite do possível substituir os mecanismos de participação das associações de estudantes por reuniões previamente acordadas entre o ministro e alguns estudantes previamente seleccionados em função de cumplicidades políticas", assinalou a propósito o parlamentar comunista, referindo-se ao caso da lei das propinas.

Daí, por conseguinte, a importância desta iniciativa legislativa do PCP, orientada, sem prejuízo do funcionamento integral dos mecanismos de participação juvenil que já existem, para "alargar ao conjunto do associativismo juvenil a possibilidade de participar na elaboração da legislação que respeite à política de juventude".

*Para estancar
despovoamento
e revitalizar os campos*

PCP propõe Observatório do Mundo Rural

A criação de um "Observatório do Mundo Rural", essencialmente vocacionado para recolha de informação, acompanhamento e formulação de propostas orientadas para o desenvolvimento rural, constitui uma das mais recentes, interessantes e inovadoras iniciativas legislativas subscritas pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Ao instituir este "Observatório", o projecto de lei entregue na Mesa da Assembleia da República na semana finda pretende sobretudo despertar sinergias, através de acções de sensibilização e de recolha de informação, que possibilitem de forma coordenada a reanimação e o desenvolvimento do mundo rural.

Trata-se no fundo de dar resposta a uma preocupação hoje latente na sociedade portuguesa, a qual tem a ver com o progressivo despovoamento do espaço rural. Só na última década, tomando como referência as povoações com dimensão inferior a dois mil habitantes, recorde-se, cerca de 600 mil portugueses abandonaram as áreas rurais, sobretudo as mais marcadamente interiores do País.

Uma tendência demográfica cuja causa fundamental, como reparam os deputados comunistas na nota preambular do seu projecto, está intimamente associada à crise na agricultura e à ausência de uma política de ordenamento do território e de desenvolvimento rural.

Estas é que são as razões determinantes para a situação criada, sustenta a formação comunista, que alerta simultaneamente para a necessidade de não nos resignarmos a este modelo de urbanização e litoralização.

"É possível e necessário contrariar este fenómeno através de uma até agora inexistente política de ordenamento do território e da revitalização da agricultura complementada com outras actividades não agrícolas", preconiza a formação comunista.

O "Observatório do Mundo Rural", de acordo com o articulado do projecto, deverá ser constituído por representantes das organizações da lavoura e sindicais, de associações de defesa do ambiente e do mundo rural, bem como de instituições universitárias, devendo ser dotado dos meios humanos e financeiros necessários à realização de estudos e à formulação de propostas de políticas.

Cabos D'Ávila em risco de fechar

Um alerta para a situação da empresa "Cabos d'Ávila", em sérios riscos de fechar por força de uma penhora das Finanças às suas matérias-primas e aos produtos acabados, foi lançado há dias pelo Grupo Parlamentar do PCP. A consumir-se esta tentativa de penhora, tomada subitamente antes de qualquer decisão judicial, estaremos perante o encerramento da empresa e a perda de mais de 300 postos de trabalho.

Para a administração e trabalhadores, que acreditam na viabilização da empresa, o facto é tanto mais incompreensível quanto é certo que ela é economicamente viável, tem os salários em dia e possui uma sólida carteira de encomendas.

Quanto aos problemas financeiros que a empresa atravessa, resultantes de dívidas em matéria fiscal, é convicção dos trabalhadores que a solução está na amortização progressiva da divi-

da, o que implica a disponibilização dos principais credores, nomeadamente do principal, que é o Estado.

No meio disto tudo, entretanto, não deixa de ser estranho o silêncio mantido pelo Ministério das Finanças, que não responde aos pedidos de diálogo e esclarecimento solicitados quer pela administração quer pelos trabalhadores.

Esta foi, aliás, uma das razões que levaram o deputado comunista Paulo Trindade a dirigir um requerimento ao Governo, onde indaga os motivos de tal procedimento, questionando simultaneamente a tutela sobre se considera ou não um "imperativo de bom senso não inviabilizar por via administrativa uma empresa quando está pendente de decisão judicial a sua viabilização e a regularização das respectivas dívidas nos termos previstos num diploma legal por si próprio aprovado".

Alqueva

PCP quer garantir êxito do empreendimento

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou várias propostas no sentido de assegurar a concretização com êxito do Projecto de Fins Múltiplos do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo. O anúncio foi feito pelo deputado António Murteira, na passada semana, no decorrer de uma intervenção que se constituiu no fundamental como uma chamada de atenção para a importância daqueles dois empreendimentos, considerados estratégicos no plano da salvaguarda dos interesses nacionais.

Esta importância decisiva, recorde-se, resulta principalmente da possibilidade de criar uma reserva estratégica de água no Sul, na base da qual se abrem perspectivas para a prática de uma nova agricultura, para a produção de energia e para o desenvolvimento da actividade turística, o que naturalmente não deixará de ter incidências na criação de novos postos de trabalho e no estancar do processo de desertificação e envelhecimento que atingem profundamente a região.

No que respeita ao Projecto do Alqueva, as preocupações manifestadas por António Murteira incidem designadamente na necessidade de uma clarificação por parte do Governo quanto à fase de apreciação e aprovação em que aquele se encontra e na importância de nele ser incluída a construção do subsistema de Ardila, vital para o abastecimento de água e para a rega da Margem Esquerda do Guadiana.

A defesa dos interesses das populações que possam ser afectadas pelas obras (casos da aldeia da Luz e dos trabalhadores da fábrica da Portucel em Mourão), bem como a elaboração de um Plano Integradado que aproveite todas as potencialidades criadas pelo

PODER LOCAL

Enquanto mantém «fogueteiro de esquerda»

PS continua a aliar-se à direita

A densidade dos factos continua, tranquilamente, a dar peso certo nas coisas da vida. A recente recusa do Partido Socialista em aceitar pelouros nas Câmaras de Redondo, Mora e Avis, todas de maioria CDU, tal como os acordos do mesmo PS com o PSD nas Freguesias de Rio de Mouro (Concelho de Sintra) ou, até, com o CDS no Cacém (Sintra), em Ramalde, em Esgueira (Distrito de Aveiro) e em quatro Freguesias do Concelho de Cascais (Estoril, Cascais, Parede e Carcavelos) — nestas com o exclusivo propósito de afastar a CDU de órgãos onde obteve representações minoritárias — mostram, cruamente, quem continua a aliar-se à direita enquanto papagueia presunções de esquerda. Infelizmente, estes últimos exemplos são apenas os mais recentes de uma triste colecção que o PS construiu na constituição dos novos órgãos autárquicos, ao mesmo tempo que vai acusando a CDU e o PCP de uma «política de alianças» com a direita que é da sua exclusiva iniciativa... De uma vez por todas, aqui alinhamos, em jeito de balanço, o que o PS já fez em matéria de alianças (anticomunistas) com a direita, enquanto foi e continua recusando, liminarmente e salvo honrosas excepções, os entendimentos sempre procurados pelo PCP numa perspectiva de esquerda.

Convém recordar — e antes de apresentarmos a lista «actualizada» das alianças do PS com a direita — como o PCP caracterizou em meados de Janeiro e pela voz de Luís Sá, a actuação do PS no plano concreto das negociações com o PCP para os diversos órgãos autárquicos.

Nos encontros e negociações que se têm estado a desenvolver foi frequente o PS assumir uma das seguintes posturas:

— reivindicar lugares para que não tem votos suficientes sem proceder às necessárias diligências e negociações, como aconteceu na eleição da mesa da

Assembleia Municipal da Marinha Grande e na Amadora;

— adoptar uma postura arrogante e apresentar exigências desmedidas e descabidas, sem qualquer flexibilidade negocial suficientemente razoável, para preparar o campo e a opinião pública de modo a adoptar uma posição cega e sistemática como pode vir a ser o caso de Loures;

— recusar qualquer colaboração com a força maioritária, designadamente com a CDU, optando por uma política a que chama de «oposição», o que significa a recusa de toda e qualquer colaboração na resolução dos problemas das populações, tal como aconteceu com a recusa dos pelouros que a CDU ofereceu ao PS em municípios como Almada, Barrancos, Beja, Benavente, Crato, Serpa, Viana do Alentejo, etc.

Afirmava-se, então, que «o PCP, pelo contrário, tem partido do princípio de que as autarquias não são mini-parlamentos, não têm que reproduzir a dinâmica própria da actividade parlamentar, antes devem caracterizar-se pela procura conjunta de soluções e de melhores formas de resolver os problemas das populações.»

E sublinhava-se:

«Em muitos casos, o PS agiu deliberadamente para precipitar desacordos com o objectivo de ulteriormente os agitar, distorcendo os acontecimentos e iludindo as responsabilidades, em benefício de uma campanha orientada para criar casos que reforcem as suas teorias sobre a impossibilidade de convergência das forças democráticas». Além disso, «o PS procurou extorquir da CDU posições, meios e instrumentos de gestão que lhe serviriam para melhor concretizar os seus indistiguíveis objectivos de assaltar as nossas posições em próximas eleições», notou Luís Sá, acrescentando que «é necessário sublinhar que, em regra, a CDU procurou evitar situações de ruptura com o PS.»

Dando por encerrada a polémica, acrescentou, então, o PCP:

«Mantendo e reiterando toda a disponibilidade para o diálogo e o entendimento, em particular com o PS, o PCP considera, pela sua parte, que deve ser encerrada esta lamentável polémica e preconiza que, em clima de serenidade, prossiga a instalação dos órgãos autárquicos, em termos que permitam o seu melhor funcionamento a favor das populações.»

Um triste balanço

Eis então, preto no branco e de uma vez por todas, «quem é quem» em matéria de alianças com o PSD e restante direita.

Acordo PS/PSD para afastar a CDU da Presidência e da Mesa da Assembleia Municipal

— Sesimbra

Acordos PS/PSD para isolar Presidentes de Junta eleitos pela CDU e partilhar entre si os lugares na Junta de Freguesia

— Vimieiro (Arraiolos)

— St.º Antão (Évora)

— S. Pedro (Évora)

— S. Bartolomeu (Borba)

— St.ª Maria (Serpa)

— Chamusca (Chamusca)

— Verderena (Barreiro)

— Marateca (Palmela)

— Quinta do Anjo (Palmela)

— Abela (Santiago do Cacém)

— Castelo (Sesimbra)

— Santiago (Sesimbra)

— Darque (Viana do Castelo)

— Rio de Mouro (Sintra)

Acordos PS/PSD para afastar a CDU de órgãos autárquicos onde não tem a maioria

— Lagos (acordo para a mesa da Assembleia Municipal)

— Ponte Sor (acordo para a mesa da Assembleia Municipal)

— Alpalhão (Nisa)

— Tolosa (Nisa)

— N. Sr.ª da Graça (Nisa)

— Buraca (Amadora)

— Barcarena (Oeiras)

— Carregado (Alenquer)

— Póvoa St.ª Iria

(V. Franca de Xira)

— St.º Ant.º Cavaleiros (Loures)

— S. Pedro Penaferrim (Sintra)

— Alcantarilha (Silves)

— Albufeira (Albufeira)

— Arcozelo (Ponte de Lima)

— Avintes (Vila Nova de Gaia)

— Pedrouços (Maia)

Situações em que a CDU propôs pelouros ao PS e que este partido não aceitou

— Barreiro

— Benavente

— Almada

— Viana do Alentejo

— Alvito

— Beja

— Barrancos

— Serpa

— Crato

— Redondo

— Mora

— Avis

Outras situações de acordos PS/PSD

— S. João Batista (Beja)

— Meadela (Viana do Castelo)

Agora até já aliado ao CDS

PS afasta CDU de freguesias de Cascais

O Partido Socialista, «contrariando o seu discurso de campanha e, mesmo, o da tomada de posse da Câmara de Cascais, concertou-se com o CDS para afastar a CDU de quatro das seis freguesias do Concelho», denuncia um comunicado da Comissão Concelhia de Cascais do PCP, que prossegue:

«O PCP recebeu do PS uma proposta de encontro, que se efectuou em 3 de Janeiro. O responsável do PS, no Concelho, apresentou uma proposta de composição das Juntas de Freguesia, visando garantir a maioria absoluta do PS em todas as juntas em desrespeito dos resultados eleitorais e no manifesto propósito de vir a governar as freguesias num regime de «quero, posso e mando», com prejuízo evidente do pluralismo de opiniões e da participação democrática.»

Ao PS «foram indiferentes todos os nossos esforços de argumentação em defesa de critérios mais democráticos na distribuição de lugares. Para que a sua proposta vingasse recorreu a todos os meios», acusa o PCP, esclarecendo:

«Nas freguesias do Estoril, Cascais, Parede, Carcavelos foram constituídos executivos PS/CDS, ficando sem vencimento as propostas da CDU, que apontavam para a participação das quatro forças políticas, de acordo com a vontade dos eleitores expressa nas urnas.»

Entretanto, nas freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana «os intentos do PS saíram gorados. Após várias peripécias do PS, por vezes rocambolescas, acabaram por se constituir executivos de acordo com a vontade eleitoral dos munícipes. Os eleitos do PS ficando em maioria (incluindo a presidência) partilham responsabilidades com os eleitos da CDU e do PSD.»

E acrescenta a Concelhia de Cascais do PCP:

«É bem conhecida a posição da CDU relativamente a este problema. Nas autarquias onde estamos em maio-

ria atribuímos pelouros e responsabilidades a todos quantos queiram trabalhar em benefício das populações. Nas autarquias onde estamos em minoria aceitamos pelouros e responsabilidades também com a mesma finalidade.

«É, aliás, oportuno sublinhar que no que respeita à atribuição de pelouros ao vereador eleito para a Câmara Municipal, a CDU continua a aguardar resposta à proposta endereçada ao PS, em 6 de Janeiro, quanto às responsabilidades para as quais manifestou disponibilidade e que entende serem as adequadas à sua expressão política, experiência e provas dadas pelos seus eleitos no concelho.»

Também em Ramalde

A Freguesia de Ramalde, no Concelho do Porto, é outro local onde a obsessão anticomunista do PS recorre para isolar o PCP e os seus aliados. O relato é da CDU local.

«Na sessão da Assembleia de Freguesia de Ramalde, que visava dar posse aos novos autarcas eleitos, o Partido Socialista voltou mais uma vez a marginalizar a CDU da Junta aliando-se novamente com a direita, desta vez com o CDS-PP. Depois do «casamento» que



Na Câmara de Cascais (Paços do Concelho, na foto) o PS chegou, pelo menos, com uma ideia clara: afastar o PCP dos lugares para que foi eleito

durante o anterior mandato manteve com o PSD e com a gestão de Oliveira Torres (e que nestas eleições procurou esconder), o PS de Ramalde confirma que o seu objectivo dominante continua a ser o afastamento da CDU da gestão da freguesia.

«Apesar dos autarcas eleitos pela CDU se terem disponibilizado desde a primeira hora para colabrar num executivo que tivesse

como principal objectivo servir Ramalde e os ramaldenses e o próprio candidato do PS, Alfredo Fontinha, ter afirmado na campanha que iria fazer às alianças à esquerda, o Partido Socialista acabou por aliar-se ao CDS.

«O executivo assim formado deturpa a verdade dos resultados eleitorais ao ser hegemonizado pelo PS que, nas eleições apenas obteve maioria relativa. A proposta da CDU, que procurava retratar a verdade dos resultados eleitorais (3 PS, 2 PSD, 1 CDU, 1 CDS) foi, de forma arrogante e prepotente, impedida de ser votada pelo PS.

«A Coligação Democrática Unitária reafirma a sua determinação e empenho em continuar a trabalhar em prol do desenvolvimento e progresso de Ramalde e de uma melhor qualidade de vida para os ramaldenses», conclui o comunicado.

PDR português debatido em Bruxelas

"Como tenciona o governo português compatibilizar as exigências de contenção dos gastos públicos impostas por Bruxelas com a necessidade de reduzir o fosso que separa Portugal das economias mais prósperas da Europa?" - esta uma das questões colocadas ao ministro do planeamento e ordenamento do território, Valente de Oliveira, por eurodeputados portugueses de vários quadrantes, no Parlamento Europeu, em Bruxelas.

Interpelado pelos eurodeputados, o ministro considerou não haver contradição "entre os objectivos macro-económicos e as necessidades de financiamento", parecendo mais interessado em sublinhar o facto de Portugal ter sido o primeiro país a apresentar em Bruxelas o seu Plano de Desenvolvimento Regional (PDR).

Para Valente de Oliveira, o "segredo" da celeridade com que o PDR português foi apresentado a Comissão Europeia está na "parceria" estabelecida com os serviços dirigidos pelo comissário do pelouro, Bruce Millan.

O PDR português apela a investimentos da ordem dos 13 980 milhões de ECU equivalentes a 4,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no período 1994-99, e concentra todos os investimentos previstos para os próximos seis anos financiados pelos fundos estruturais (o social, de orientação agrícola e regional) da Comunidade Europeia.

O ministro resumiu o PDR de Portugal dividindo-o em quatro eixos prioritários inscritos nas estratégias preconizadas pelo Livro Branco sobre crescimento, competitividade e emprego, aprovado na última cimeira de Bruxelas.

Para o primeiro sector estratégico - qualificação dos recursos humanos - o governo português propõe uma dotação equivalente a 25 por cento dos dinheiros totais do PDR.

Para o reforço da competitividade da economia, que compreende a reestruturação interna das empresas e a criação de infra-estruturas de transportes e de telecomunicações, propõe uma dotação equivalente a cerca de 24 por cento do montante global atribuído a Portugal.

Para a melhoria da qualidade de vida, nomeadamente para os sectores ambiental e da renovação urbana, deverão ser canalizados 20 por cento do total.

Os restantes 30 por cento revertem, em princípio, para o aproveitamento dos recursos das regiões.

"Desta vez, o PDR, disse Valente de Oliveira, tem em consideração os investimentos previstos ao abrigo de todos os recursos comunitários a que Portugal tem acesso", incluindo o Fundo de Coesão e os empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), sublinhou, referindo que o princípio que preside a esta tática é o "da optimização dos meios ao dispor do país".

O segundo PDR inclui 17 programas operacionais contra 70 durante a vigência do PDR anterior, que terminou em 1993.

Dúvidas

Após ter exposto à comissão de política regional do Parlamento Europeu as grandes linhas do PDR português, Valente de Oliveira respondeu às dúvidas dos eurodeputados nacionais.

Contrariando o panorama esboçado pelo ministro, o eurodeputado da Coligação de Esquerda, Barata Moura contestou que o anterior PDR tenha estreitado o fosso entre o interior e o litoral do país.

A ser visível o estreitamento, "só se for nas estatísticas", disse, sublinhando que "a situação económica, social e cultural não é fácil em Portugal".

Barata Moura lamentou ainda "a contradição entre as necessidades nacionais e os reflexos em Portugal de certas políticas comunitárias", como a Política Agrícola Comum e as políticas para os têxteis e para a siderurgia.

"O PDR não será uma almofada que serve para atenuar os efeitos negativos destas políticas comunitárias", questionou.

As intervenções dos eurodeputados, todos portugueses, que interpelaram Valente de Oliveira, foram dominadas pelas preocupações com a incidência nacional e comunitária do PDR, a par da percentagem de participação autárquica na sua feitura e controlo.

O eurodeputado socialista José Apolinário, por exemplo, salientou a fraca percentagem (9 a 9,5 por cento segundo as suas estimativas, 13 por cento segundo o ministro) da participação municipal na concepção e aplicação do PDR, e reputou de extremamente baixos os investimentos previstos para as frentes agrícola e ambiental. E não deixou de lamentar que o PDR português tenha chegado às mãos dos membros da comissão de política regional do PE 24 horas antes de estar na posse dos deputados da Assembleia da República.

Também Torres Couto, que elogiou o conteúdo deste PDR, exprimiu dúvidas sobre a qualidade dos "actores" que irão aplicá-lo.

"A maior parte dos empresários portugueses é hostil ou alheia às iniciativas previstas no PDR, sobretudo, as que envolvem capitais de risco", afirmou.

Na opinião de Torres Couto, o interior do país é sacrificado em benefício do litoral. "É mais um PDR para o litoral do que para o todo nacional", disse.

Uma realidade que o PCP não se tem cansado de denunciar e que não será ultrapassada por PDRs em que continua a estar ausente a efectiva participação de todos os parceiros sociais.

Trabalho infantil menos protegido do que em 1919

A directiva comunitária sobre "Protecção dos jovens no trabalho" representa uma regressão em relação à convenção internacional de 1919 - a denúncia foi feita recentemente pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT) numa nota enviada aos governos da União Europeia.

Segundo a referida nota, a directiva em causa dá menos protecção aos jovens do que a convenção internacional assinada há 75 anos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre outros aspectos, salienta-se a regulamentação em matéria de trabalho nocturno de crianças, considerada inaceitável, resultante da pressão do governo britânico.

Embora as pressões feitas pela Grã-Bretanha responsabilizem este país pelo enfraquecimento da directiva - teoricamente destinada a proteger os jovens no trabalho -, a responsabilidade dos restantes governos da Comunidade não pode ser escamoteada, já que se tornaram cúmplices com as cedências feitas para a obtenção de um consenso a partir de uma base mínima de protecção dos menores.

A questão (oportunamente denunciada pelo "Avante!") foi



entretanto tema de debate na Comissão dos Assuntos Sociais, em Estrasburgo, a pedido do grupo socialista do Parlamento Europeu. Ao contrário do que é costume, os habituais

"defensores" dos direitos humanos - em especial no respeitante a certos países terceiros - mantêm em relação a esta matéria um muito curioso (e cúmplice) silêncio.

Défice comercial volta a aumentar

O défice comercial extracomunitário aumentou 8,2 por cento em relação ao ano passado, o que acentua a dependência externa do país e a incapacidade de conquistar novos mercados.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgados a semana passada, o défice situou-se, de Janeiro a Outubro de 1993, em 405,7 milhões de contos, mais 8,2 por cento do que em igual período do ano anterior. A informação do INE confirma ainda a predominância dos sectores tradicionais - vestuário, têxteis e calçado - nas exportações portuguesas.

No período considerado, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 54,2 por cento, menos 3,4 pontos percentuais do que em 1992.

Segundo o INE, entre Janeiro e Outubro as exportações diminuíram 5,7 por cento, enquanto as importações cresceram 0,2 por cento, tendo em Outubro as exportações aumentado 2,8 por cento e as importações 4,1 por cento.

As trocas comerciais evoluíram positivamente com os Estados Unidos, Japão e OPEP, passando, no conjunto, de 19,1 por cento em 1992 para 24,5 por cento em 1993.

Pelo contrário, nas exportações com a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) registaram-se evoluções negativas, a mais significativa das quais ocorreu com os países africanos de língua oficial por-

tuguesa (menos 47,2 por cento), com destaque para Angola (menos 57,1 por cento).

As importações de países terceiros decresceram, em relação a 1992, com a EFTA, Estados Unidos e Palop, e aumentaram com o Japão (4,0 por cento) e OPEP (13,6 por cento).

Os principais produtos exportados nos primeiros 10 meses de 1993 foram vestuário, máquinas e aparelhos, matérias têxteis, calçado e minerais e minérios, assegurando 54,5 por cento do total, contra 55,3 por cento em 1992.

A exportação de produtos agrícolas diminuiu 4,5 por cento face a 1992, enquanto a de veí-

culos e outro material de transporte decresceu 3,4 por cento.

Até Outubro de 1993 registou-se uma evolução positiva nas exportações dos bens de equipamento, enquanto as importações aumentaram na área dos bens de consumo e combustíveis.

Em termos de resultados expressos em dólares norte-americanos, as exportações diminuíram 20,9 por cento, enquanto as importações decresceram 14,7 por cento, tendo o saldo negativo apresentado uma variação homóloga de menos seis por cento entre Janeiro e Outubro de 1992 e de 1993.

CE não consegue reduzir o desemprego

A taxa de desemprego nos Doze países da CE continua a aumentar. Segundo dados divulgados no final da semana pelo Eurostat (organismo estatístico da Comunidade), o desemprego atingiu 10,8 por cento da população activa em Novembro, contra 9,8 por cento em igual mês de 1992.

O desemprego aumentou em Novembro em relação a igual mês do ano anterior em todos os Estados-membros da CE, excepto na Irlanda onde se manteve estável a 18,4 por cento e no Reino Unido onde desceu para 10,4 por cento, contra 10,6 por cento.

As maiores subidas registaram-se em Espanha (22,4 por cento contra 19,6 por cento no ano anterior), Bélgica (9,8 por cento contra 6,5 por cento), Alemanha - sem os novos laender - (6,1 por cento contra 4,8 por cento), Itália (11,4 por cento contra 10,3 por cento) e em Portugal (5,2 por cento contra 4,1 por cento).

O Luxemburgo foi o país que registou em Novembro de 1993 a mais baixa taxa de desemprego (2,9 por cento, contra 2,1 por cento em 1992). De acordo com os dados do Eurostat, a subida

do desemprego foi maior para os homens (9,7 por cento contra 8,6 por cento em Novembro de 1992) do que para as mulheres (12,5 por cento contra 11,5 por cento).

Para os menores de 25 anos, o desemprego subiu em um ano, para os homens, de 18,1 por cento para 20,5 por cento e, para as mulheres, de 19,8 por cento para 21,4 por cento.

No mesmo período, o desemprego registado nos Estados Unidos foi de 6,8 por cento e no Japão de 2,7 por cento.

INTERNACIONAL

Chiapas

O governo mexicano aceitou a agenda das conversações de paz no estado de Chiapas proposta pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (Ezln). O mediador oficial, Manuel Camacho, disse que as condições eram favoráveis a realização de negociações directas e declarou-se pronto a reconhecer o Ezln como força política. O Ezln apresentou ao governo do presidente Carlos Salinas de Gortari uma série de propostas visando estabelecer uma agenda das conversações com as principais reivindicações políticas, económicas e sociais.

O mediador reconheceu "as graves condições de vida" com que se debatem os indígenas, além do racismo e marginalização, e prometeu que seriam abertos "espaços legais de participação".

Cuba

O povo cubano "não quer o regresso do capitalismo" nem do neoliberalismo que liquida a independência dos estados onde se aplica e "conduz o mundo inteiro ao genocídio", declarou, em Havana, o presidente Fidel Castro.

Sublinhando a sua "repugnância pelo sistema capitalista e pelas concepções neoliberais", Fidel Castro explicou que as reformas económicas actualmente levadas a cabo no seu país não se baseavam "na ideia de afastamento do socialismo mas de salvar o socialismo".

"Tudo o que puder ser preservado será preservado", afirmou Castro que discursava perante várias centenas de representantes de movimentos políticos e sociais da América Latina e das Caraíbas, reunidos durante quatro dias em Havana para manifestar a sua solidariedade para com Cuba.

Denunciando a manutenção do bloqueio norte-americano a Cuba, o líder da revolução cubana disse que os Estados Unidos "não querem perdoar os 35 anos de resistência" dos cubanos face ao imperialismo.

Guatemala

O presidente da Guatemala, Ramiro de Leon Carpio, afirmou a sua vontade em alcançar a paz com a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (UNRG), em 1994, consolidar o sistema democrático e zelar pelo respeito dos direitos humanos, em intervenção significativamente proferida na véspera de um referendo sobre reformas à Constituição política de 1985, aprovado com uma abstenção da ordem dos 84%.

A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (UNRG) e o governo têm previsto recomeçar o diálogo, suspenso em Maio de 1993, na segunda quinzena de Fevereiro, após um acordo assinado em 10 de Janeiro, no México.

Entretanto cerca de cem mil trabalhadores da Função Pública estiveram em greve, quinta-feira passada, por aumentos salariais.

Timor-Leste

Dois deputadas do Partido do Centro apresentaram no parlamento sueco uma moção em que consideram que o governo do seu país deve defender o direito à autodeterminação de Timor-Leste na Assembleia Geral da ONU.

O texto, que será submetido a votação em data a fixar, é subscrito por Ingbritt Irhammar (que integrou a comissão parlamentar sueca que se deslocou à Indonésia e a Timor-Leste em Setembro passado) e por Marianne Andersson. "A Suécia deve tomar uma posição inequívoca na Assembleia Geral da ONU, tornando claro que está totalmente empenhada na defesa do direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação", lê-se no texto.

As parlamentares centristas defendem ainda a participação de timorenses nas conversações entre os ministros dos Negócios Estrangeiros português e indonésio, sob os auspícios do secretário-geral da ONU.

Outra das medidas preconizadas pelas deputadas é a fixação de uma força permanente da ONU no território ocupado pela Indonésia, por forma a garantir a segurança do povo timorense. As deputadas pretendem também que o governo sueco pressione a Indonésia no sentido de retirar as suas tropas de Timor-Leste.

Por último, o documento defende a atribuição de ajuda humanitária a Timor-Leste e a concessão de apoios financeiros às organizações de Direitos do Homem que intervêm no território.

Além dos centristas, também os liberais e os sociais-democratas apresentaram ao parlamento sueco moções sobre a situação em Timor-Leste.

No seu texto, os liberais defendem um embargo total às exportações suecas para a Indonésia e a suspensão da ajuda financeira ao regime de Suharto. Por seu turno, os sociais-democratas defendem o direito de Timor-Leste à autodeterminação e pretendem que o seu país termine com a exportação de armas para a Indonésia.

Desenvolvimento

"É necessário equilibrar a eficiência económica com a justiça social. Há que procurar a harmonia entre o papel social do Estado, o mercado e o desenvolvimento sustentado", referiu o embaixador chileno na ONU, Juan Somavia, no início das sessões do comité preparatório da Cimeira mundial do Desenvolvimento Social, a realizar em Copenhaga, em 1995. De acordo com as estatísticas, cerca de 1300 milhões de seres humanos sofrem de graves carências no mundo de hoje, e isso torna indispensável, segundo Somavia, iniciar o desafio político que implica «colocar o ser humano no centro das decisões da ONU».

Pelo menos 76 delegações não-governamentais inscreveram-se para expor os seus pontos de vista sobre os temas a discutir na cimeira de Copenhaga.

Greves em Espanha e na Alemanha

Greves e outras importantes lutas de trabalhadores continuam a registar-se em diferentes países da Europa, face a uma ofensiva patronal que tende mesmo a reduzir os salários em termos absolutos.

Greves de aviso tiveram início segunda-feira na indústria metalúrgica da Alemanha ocidental. Os sindicatos reivindicam aumentos de 5,5 a 6%, enquanto o patronato pretende descer os valores actuais.

As greves de aviso começaram em Baden-Wurtemberg, Hesse Renânia, Palatinato e Sarre, devendo entretanto alastrar ao norte do país. Já sábado passado se verificaram paralisações de trabalho em empresas da Baixa-Saxónia, como a MAN, a Hanomag-Henschel, a Lacroix e a Kress. Parte da indústria eléctrica também aderiu.

Esta a resposta dos sindicatos à interrupção das negociações por parte do patronato em mais de 40 rondas negociais.

A IG Metall, que defende os interesses de 3,6 milhões de metalúrgicos, exige, de



par de aumentos salariais, a garantia de postos de trabalho.

Bem diverso é o programa do patronato alemão, que inclui o congelamento salarial (ou mesmo a descida de salários), a eliminação do subsídio de férias, maior flexibilidade de horários de trabalho e a assinatura de acordos por prazos mais prolongados. Na opinião do presidente da asso-

ciação dos empresários metalúrgicos, Hans-Joachim Gottschol, deveria ficar estipulado nos acordos que os salários apenas aumentassem "quando a situação das empresas o permitisse"...

Em Espanha, a greve geral de 27 de Janeiro, que paralisou o país, é considerada como "um marco na história" operária espanhola pelo secretário-geral das

Também em França estão em curso lutas de trabalhadores pelos salários e contra o desemprego. Na foto, operários de uma empresa de Saône-et-Loire manifestam-se contra a liquidação dos postos de trabalho

Comisiones Obreras, um grande protesto contra a recessão económica e o desemprego.

Entretanto, Felipe González mantém a posição de não fazer concessões nas leis laborais que deram origem à greve, apesar de 58 por cento dos espanhóis, segundo uma sondagem de "El País", defenderem nessa a obrigação do governo.

Direitos humanos em debate em Genebra

Os direitos humanos estão uma vez mais em debate, em Genebra, com a abertura, na passada segunda-feira, da 50ª sessão da Comissão dos Direitos do Homem da ONU. Um tema sempre actual, num quadro que está longe de ser linear, e em que processos de avanço e recuo ocorrem em simultâneo.

Adoptada em 10 de Dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma, em trinta artigos, os direitos fundamentais do indivíduo, "o ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações", com o objectivo de libertar todos os seres humanos "do terror e da miséria", e sublinha a sua universalidade e indivisibilidade, a sua interdependência.

Quarenta e cinco anos depois, miséria e terror continuam a ser uma realidade - ainda que assumindo formas e graus diferentes - e os direitos são ignorados ou salientados, em função de diferentes interesses. O mesmo é dizer que à partida se põe em causa a universalidade e interdependência que os definem.

Os governos ocidentais concentram-se sobre alguns - direitos civis e políticos, e negam de facto a existência de um direito ao desenvolvimento, entretanto

proclamado pelas Nações Unidas.

Por outro lado, governos de países subdesenvolvidos negam na prática os direitos civis e políticos, enquanto direitos humanos, ao considerá-los como dependentes de um "contexto cultural", e afirmam a prioridade do direito ao desenvolvimento. Em qualquer dos domínios - e apesar de evoluções muito positivas como a liquidação, em curso, do apartheid na África do Sul - os factos continuam a ser preocupantes.

De referir, por exemplo, que segundo a FAO (organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura), 20% da população dos países subdesenvolvidos, ou seja 780 milhões de pessoas, são subalimentadas. Ou ainda que 260 sindicalistas foram assassinados em 1992 e 40 000 trabalhadores foram despedidos - segundo a CISL - "por terem reivindicado direitos fundamentais" enquanto trabalhadores.

Dados que reflectem a persistência de realidades de miséria (fruto de profundas desigualdades) e de repressão, a que hoje haverá que acrescentar - também no domínio dos direitos humanos - alguns desenvolvimentos preocupantes.

E o caso, na Europa - para além das guerras e conflitos que se arrastam na Bósnia e em zonas do território da ex-URSS - de uma acentuada subida do racismo, com expressões de grande violência na Alemanha. Racismo que se desenvolve em simultâneo com uma política de asilo cada vez mais restritiva nos países da CEE. O que na prática testemunha da ambiguidade e cinismo de uma política, em que de um lado se denunciam as violações de direitos humanos noutros países, para depois se fechar as portas aos que tentam fugir a situações muitas vezes dramáticas.

E ainda a invocação - e a prática - de um "direito de ingerência" em nome de objectivos humanitários. Aliás desmistificado pelas suas dramáticas consequências em Mogadíscio. Mas que se pretende afirmar como mais um instrumento de intervenção política, num quadro internacional em que a ONU reflecte a dependência dos seus membros mais poderosos, em particular dos EUA, e das suas "razões de Estado", alheias às razões dos povos.

"Se olharmos para os conflitos no seu conjunto, ver-se-á que é feita uma triagem das vítimas segundo um critério único: o interesse polí-

tico das potências, dos Estados, das organizações internacionais" - denuncia Rony Brauman, presidente dos Médicos sem fronteiras - que sublinha que, nesta perspectiva, haverá as vítimas "boas e as más. Os chiitas nunca serão vítimas boas. Os curdos serão bons, mas não os da Turquia, etc."

Assim o "direito à ingerência" a pretexto de razões humanitárias, acaba por surgir como uma perversão dos próprios direitos humanos enquanto conquista da luta dos povos. Pretende eludir os instrumentos legais já existentes para dar resposta a situações de crise - como afirma Pierre Galanda, secretário-geral da Oxfam (ONG que surgiu em Inglaterra em 1942 e tem hoje diferentes ramificações internacionais) - "as Convenções de Genebra e as resoluções da ONU já definiram o quadro jurídico que autoriza o socorro às populações vítimas de catástrofes, de conflitos civis, de conflitos inter-regionais ou interestados". E surge mesmo como um perigo maior, ao pretender dotar-se de uma força militar, instrumento de "guerra preventiva". Na verdade ao serviço desses mesmos Estados mais poderosos, com peso determinante nos organismos internacionais.

África do Sul ANC lança manifesto eleitoral

"Todos juntos vamos mudar a face da África do Sul. Para que, uma vez por todas, o nosso país conheça, enfim, a paz e a segurança. Para que possamos juntar-nos ao resto da humanidade como um povo unido e orgulhoso do seu destino, trabalhando de mãos dadas para construir um mundo melhor" - palavras de Nelson Mandela na apresentação do manifesto eleitoral do ANC. Um manifesto em que se dá prioridade a "uma vida melhor para todos". O que inclui "instrução e postos de trabalho para os, pelo menos, 2,5 milhões de negros atirados para a miséria pelo apartheid".

Intitulado "Uma melhor vida para todos", o manifesto envolve o compromisso do ANC em preservar os ideais de uma sociedade

democrática, correspondendo às esperanças e às aspirações de milhões de negros em situação de pobreza, através de um ambicioso programa de reconstrução e desenvolvimento.

"Vivo na esperança de que esses anos e os sacrifícios dos meus compatriotas (contra o apartheid) não foram em vão. Estou confiante em que já nos próximos tempos havemos de trabalhar todos juntos para alcançar a meta de uma nação unida, numa África do Sul não-racial e democrática!", disse o dirigente do ANC.

Mandela indicou que o futuro governo liderado pelo ANC fixará como prioridades a criação de postos de trabalho com vencimentos mais elevados, sem esquecer os programas de habitação (com abastecimento de água

e electricidade), educação e assistência médica.

"Ter um tecto e razoáveis condições de vida não é um privilégio, constitui sim um direito básico de cada ser humano", frisou.

Num contacto com homens de negócios em Potchefstroom, estado livre de Orange, Mandela defendeu a necessidade de intervenção estatal e notou que todos os países que atravessaram experiências traumáticas, como a Alemanha e o Japão, introduziram uma certa forma de intervenção estatal nas respectivas economias.

Referiu ainda que a economia sul-africana se encontra num caos, sem crescimento desde 1991 e a assistir à queda contínua do investimento externo.

Sublinhou, neste domínio, que mais de 18 milhões de

sul-africanos vivem abaixo do nível mínimo de subsistência, 48 por cento estão desempregados, não existem indústrias manufactureras na posse de negros e 85 % da bolsa de valores está na posse de cinco grupos.

Entretanto, num comício popular no estádio Ikageng da mesma cidade, Mandela lançou um apelo contra a violência e sublinhou que o crime e a violência atingiram níveis inaceitáveis na África do Sul, país que - nas suas palavras - é reconhecido como o "mais violento do mundo", onde mais de 18 mil pessoas, ou seja 12 por dia, sofreram mortes violentas desde 1984.

Com este mesmo objectivo prosseguem entretanto negociações para integrar também a direita branca no processo político. Moham-

med Valli Moosa, negociador do ANC, disse que está a ser discutido um pacote de acordos com a aliança de direita, que inclui cláusulas sobre os poderes, funções e a independência fiscal das regiões. As propostas do ANC, afirmou, tomam em conta a maioria das exigências aceitáveis da aliança.

"Esperamos nesta fase tardia que a aliança se aperceba de que é do seu interesse participar no processo político", frisou.

No plano internacional, continuam a ser dados passos no sentido da integração da África do Sul, que deverá aderir, ainda no decurso do corrente ano, à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

A questão da integração da nova África do Sul,

democrática e multirracial, na qualidade de 11.º membro da SADC, foi um dos temas dominantes do encontro, realizado estes dias.

Os estados membros foram unânimes em considerar que aquele país irá constituir "um parceiro importante em termos regionais e ao nível da integração económica e de aproveitamento de potencialidades".

A SADC, formada há 14 anos com o objectivo de fortalecer os laços económicos entre os países da África Austral e minorizar a dependência económica em relação ao governo branco sul-africano, é actualmente constituída por Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Angola Nova fase nas negociações de Paz

A guerra prossegue em Angola, onde se registou mesmo uma intensificação dos combates no passado fim-de-semana, em véspera de um primeiro passo positivo nas conversações de paz entre o governo angolano e a Unita.

As delegações do governo angolano e da UNITA iniciaram a discussão do segundo ponto da agenda política, a reconciliação nacional, depois de segunda-feira terem chegado a acordo sobre a polícia, após 37 dias de conversações. Este ponto será debatido até que se encontre um consenso que permita a elaboração do texto a acordar.

Consenso que não será fácil de obter, pois são múltiplas as divergências nas posições de partida, face ao quadro de exigências da Unita, que vai desde a criação de um "governo de unidade e reconciliação nacional", em que quer assumir "alternativamente" os ministérios dos Negócios Estrangeiros ou Informação, Defesa ou Interior, Economia ou Administração do Território, à participação na administração do Estado e nas empresas públicas. Um princípio de paridade rejeitado pelo governo angolano.

Entretanto, aumenta de forma dramática a massa de deslocados de guerra, fugindo em particular das zonas ocupadas pela Unita.

O número de deslocados de guerra instalados na província da Lunda Sul aumentou para 100 mil na sua maioria proveniente dos municípios de Dala,

Cacolo e Maconda, todos sob controlo das forças da Unita.

Esta situação fez agravar a situação alimentar na província e motivou a elaboração de um plano de emergência sustentado pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social, Programa Alimentar Mundial (PAM) e Caritas de Angola.

Com base neste acordo, aviões partem diariamente de Luanda com alimentos e medicamentos para a referida população. Por sua vez, a organização não-governamental britânica "Oxfam" anunciou em Luanda a intenção de abrir poços na cidade do Cuito de modo a que a população local se possa abastecer de água potável.

Além da abertura dos poços de água, serão igualmente instaladas onze bombas de água que retirarão o precioso líquido a uma grande profundidade.

A Unicef tem já em marcha um projecto idêntico, igualmente na cidade do Cuito.

Por outro lado, são aguardadas esta semana em Angola nove mil toneladas de milho doadas por diversas organizações não-governamentais norte-americanas.

Mil toneladas dos alimentos a receber serão canalizadas na primeira quinzena de Fevereiro, por via terrestre, para os municípios do Bocoio e Cubal, província de Benguela.

Segundo fonte do PAM em Luanda, esta organização transporta mensalmente por via terrestre

cerca de sete mil toneladas de alimentos, enquanto por via aérea é efectuada a distribuição mensal de 2200 toneladas.

Formas de solidariedade que contribuem para minorar um pouco a dramática situação que a guerra impôs às populações em Angola.

Marcas de guerra que inevitavelmente terão os seus reflexos, mesmo depois da paz alcançada.

Dois terços do parque industrial angolano está "totalmente destruído" devido à guerra e aos "desvios" de verbas do orçamento geral do Estado de 1993, concluíram os participantes num encontro sobre indústria.

Os participantes no "workshop", que decorreu em Luanda, fizeram uma "radiografia" do sector industrial do país e apontaram "caminhos a seguir para a revitalização da indústria angolana".

A economista Teresa Cohen, deputada pelo MPLA, defendeu que dois por cento da verba apurada pelo fundo de desemprego deveria ser destinada ao sector, como forma de compensar os "cortes" orçamentais derivados do "esforço de guerra" que o governo teve que efectuar em 1993.

Os industriais angolanos concluíram que é necessário efectuar "cortes" na importação de tecnologia de ponta, pois, defendem, "essa acção não se justifica quando temos o nosso parque industrial quase todo paralisado".



28.º Congresso do Partido Comunista Francês

Em Saint-Ouen, Centro Desportivo da Ilha de Vannes da cidade de Seine Saint-Denis, de gestão comunista, nos arredores de Paris, realizou-se entre 25 e 29 de Janeiro, o 28.º Congresso do Partido Comunista Francês.

Sob o lema «Um Partido Comunista para unir, agir e mudar», reuniram-se 1581 delegados, onde se destaca uma forte representação operária (cerca de 30%) e de empregados (25%). O número de mulheres corresponde a cerca de um terço dos delegados presentes, onde se encontravam 146 jovens (9%) com menos de 30 anos. A idade média dos delegados era de 42 anos, dos quais 42% representavam células de empresas e locais de trabalho, 50% células por local de residência e 8% células rurais.

O Congresso, que culminou os debates nas células, nas secções e federações do Partido, iniciou-se com a apresentação de um Relatório sobre o Manifesto, apresentado pelo camarada Robert Hue, da Comissão Política.

Foi num ambiente de grande vivacidade, de diversidade de opiniões, que se multiplicaram depois as intervenções dos delegados sobre o Manifesto, como depois sobre os projectos do novo Programa (Relatório apresentado pelo camarada da Comissão Política Alain Bocket) e novos Estatutos (Relatório apresentado pela camarada Francette Lazard). Documentos que vieram a ser aprovados por larga maioria.

As linhas centrais dos documentos traduziram-se por alterações importantes ao nível do funcionamento e intervenção do Partido, em particular com o abando-

no do centralismo democrático e da forma como os comunistas franceses passaram a encarar a superação do capitalismo.

Estas alterações, que reflectem certamente o percurso e as experiências próprias do PCF, foram no entanto concluídas no contexto de uma forte afirmação da identidade comunista do Partido, de repúdio pela sua social-democratização e a não aceitação da existência de tendências.

Abordando os problemas da crise da sociedade francesa e das responsabilidades dos governos socialistas, hoje agravados pela política de direita do Governo de Balladur, o Congresso estabeleceu, entre outros grandes objectivos para o Programa dos comunistas franceses, uma prioridade: fazer recuar e vencer o desemprego, promover e assegurar o emprego.

No último dia do Congresso foi eleito o Comité Nacional (nome que substituiu o de Comité Central), que na sua primeira reunião elegeu a Comissão Nacional (antes Comissão Política) e o novo Secretário Nacional, Robert Hue, substituindo George Marchais que se manteve no órgão executivo central.

Assistiram ao Congresso cerca de 120 delegações estrangeiras, partidos comunistas, outros partidos, organizações e diversas personalidades de esquerda e progressistas.

O PCP esteve representado pelo camarada Agostinho Lopes, da Comissão Política e Secretariado do Comité Central, e Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional. O Comité Central do PCP enviou ao Congresso uma saudação publicada no «Avante!» de 27 de Janeiro de 1994.



Os participantes no plenário cortaram simbolicamente o trânsito no Largo D. Estefânia, numa acção a que deram o nome de «10 minutos pelo emprego»

INTERJOVEM EXIGE EMPREGO E FUTURO

A precariedade de emprego e a falta de perspectivas com que se defrontam muitos jovens que não encontram trabalho, mesmo depois de concluídos os estudos ou as acções de formação profissional, foi uma das questões em destaque no plenário nacional da Interjovem, que reuniu no sábado, no auditório do CESL, em Lisboa, quase uma centena de activistas e dirigentes da organização de juventude da CGTP. Vindos dos vários distritos do Continente e da RA da Madeira, os participantes no plenário aprovaram um plano de actividades para o ano em curso - onde se destacam as comemorações do Dia Nacional da Juventude (28 de Março) e a participação nas iniciativas dos 20 anos do 25 de Abril e no 1º de Maio, uma série de acções a nível regional em defesa do emprego (em Junho) e o acampamento nacional da Interjovem (em Agosto).

O coordenador da CGTP, que assistiu aos trabalhos, deixou, no encerramento, «alguns desafios» aos jovens sindicalistas, para que intervenham, «oportuna e inoportunamente». Carvalho da Silva lembrou o Programa de Acção da central e a necessidade de os sindicatos não agirem apenas em defesa dos trabalhadores com emprego estável, mas também de outras camadas, como os desempregados e os jovens em formação. Terminou apelando à «participação criativa» nas acções sindicais em curso.

CASA DA MOEDA

Os trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda decidiram efectuar uma greve de meio-dia em data a fixar, caso a administração não apresentasse até segunda-feira a sua contraproposta para a revisão do acordo de empresa - conforme uma moção aprovada dia 27. A proposta de revisão do acordo de empresa foi apresentada pelos sindicatos em 20 de Outubro, reivindicando aumentos de 12 por cento, a revisão dos enquadramentos dos trabalhadores na carreira e a regulamentação do trabalho por turnos.

SIDERURGIA PAROU DOIS DIAS

A greve de quinta e sexta-feira da semana passada na Siderurgia Nacional provocou a paralisação da empresa, com uma adesão que, logo no primeiro dia, passou os 80 por cento, revelou à Lusa uma fonte sindical. Com esta greve os cerca de 3 mil trabalhadores pretendiam protestar mais uma vez contra a intenção da administração de não aumentar os vencimentos este ano e contra a divisão da SN em três unidades autónomas (este desmembramento atirará para o desemprego mais 1600 pessoas). Segundo José Osório, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, a adesão à greve foi da ordem dos 97 por cento dos abrangidos pelo pré-aviso, entrando nesta contagem, como aderentes, os trabalhadores requisitados pela administração para assegurar os serviços mínimos, e as instalações produtivas pararam a 100 por cento.

LUCRO SUCEDÂNEO

A TAP poupou 1,7 milhões de contos em 1993 com a aplicação, de Abril a Dezembro, do Regime Sucedâneo, em substituição dos acordos de empresa, afirmou à Lusa uma fonte da empresa, no dia em que a administração da transportadora aérea nacional se reuniu com os sindicatos para prestar esclarecimentos sobre o plano estratégico de recuperação da empresa, informar sobre o desenvolvimento dos trabalhos em Bruxelas e preparar outra reunião marcada para ontem - e onde, segundo a dirigente do Sitava, Luísa Ramos, a administração da TAP se comprometeu a apresentar uma nova proposta para discussão. Também estaria em discussão os aumentos salariais para este ano.

QUARTEIRA/SOL

Cerca de cinco centenas de trabalhadores concentraram-se segunda-feira junto à sede da empresa turística Algarve/Sol, em Portimão, exigindo a reabertura do Hotel Quarteira/Sol, encerrado desde Novembro por decisão da administração. O Quarteira/Sol empregava cerca de uma centena de trabalhadores, quando a acionista maioritária (Algarve/Sol) decidiu, em finais de Outubro, encerrar o hotel alegando necessidade de obra. Trabalhadores ouvidos pela Lusa afirmaram que desde então, a unidade hoteleira nunca mais abriu as suas portas nem foram realizadas quaisquer obras e que tudo não passou de um pretexto para o encerramento da empresa. No dia da concentração, o pessoal continuava sem receber os salários de Dezembro e Janeiro, bem como o subsídio de Natal.

Administração Pública volta a parar dia 11

FEVEREIRO DE LUTA por salários justos e emprego com direitos

Governo e patronato não dão tréguas e as lutas dos trabalhadores, que se têm vindo a intensificar, ganham redobrada importância no mês que agora começa. A ofensiva que visa reduzir os salários, aumentar a precariedade e retirar direitos conquistados, respondem os trabalhadores e as suas estruturas com o reforço da unidade e com uma maior combatividade na exigência de salários justos e emprego estável com direitos. Na Administração Pública foi notório o êxito da greve de 25 de Janeiro e só o Governo se mostrou reticente em reconhecer que esta foi uma das paralisações que maior adesão teve por parte dos trabalhadores. Os sindicatos, no próprio dia da greve, consideraram que a adesão global de 85 por cento foi «uma expressiva resposta dos trabalhadores da Administração Pública às propostas provocatórias do Governo», tanto mais que tem lugar «num quadro de grande precariedade de emprego e de instauração de métodos autoritários e repressivos em inúmeros serviços». Em conferência de imprensa conjunta, a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa, a Fesap e o STE interpretaram a resposta dos trabalhadores como «uma demonstração inequívoca de disponibilidade para prosseguir e intensificar a luta, caso o Governo insista em posturas ofensivas da sua dignidade profissional».

Mas foi precisamente isto que acabou por suceder na reunião de 26 de Janeiro, no Ministério das Finanças. «O Governo apresentou e retirou propostas, tentou fazer chantagem com os representantes dos trabalhadores, não teve argumentos politicamente sérios na mesa de reuniões, fugiu ao diálogo encerrando precipitadamente o processo», relata a Federação Nacional dos Sindicatos da

Função Pública, que integra a maior parte das 23 organizações que constituem a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa. Numa nota de imprensa emitida segunda-feira, a federação apela à participação na greve de 24 horas já anunciada para o próximo dia 11. Além da tabela salarial, a FNSFP inclui entre os motivos para parar os as instituições e serviços públicos o silêncio do Governo face à «escandalosa situação dos milhares de trabalhadores com vínculo precário e com direitos substancialmente reduzidos, bem como a recusa do executivo em suspender os processos de criação de disponíveis (apesar de vir defender o congelamento de salários com o pretexto de defender o emprego). A federação anuncia que os sindicatos vão requerer a negociação suplementar e, «caso o Governo mantenha o seu comportamento, a sua arrogância a curto prazo serão planificadas novas formas de luta a concretizar depois de 11 de Fevereiro».

Para os dias 10 e 11 de Fevereiro está já convocada uma greve nacional de carteiros. Dos objectivos apontados pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, destacam-se o termo dos ritmos de trabalho violentos (com a admissão de mais 800 carteiros) e o pagamento imediato da compensação pelo trabalho extraordinário (que os CTT devem desde Maio de 1992). O pessoal do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tinha marcado para ontem um plenário destinado a analisar os resultados da quarta reunião de negociações com a administração sobre o regulamento interno da participação dos trabalhadores no sorteio da lotaria e nas extracções do Totobola e

Os números oficiais das greves

No segundo trimestre de 1993 «cresceu acentuadamente» o número de trabalhadores em greve e o número de dias de trabalho perdidos ou o recurso a esta forma de luta, revela a síntese trimestral divulgada pelo Depar-

tamento de Estatística do Ministério do Emprego. Os dados oficiais divulgados na semana passada mostram que não se agravou, também por comparação com o primeiro trimestre do ano passado, o número médio de dias de trabalho perdidos por trabalhador.

Valores absolutos

	1º trimestre 1993	2º trimestre 1993
Nº de greves	72	79
Nº de trab. em greve	25 163	40 988
Nº de dias de trab. perdidos	25 425	36 922

Valores médios

	1º trimestre 1993	2º trimestre 1993
Nº médio de trab. por greve	350	519
Nº médio dias de trab. perd. por greve	353	467
Nº médio de dias trab. perdidos por trabalhador	1,0	0,9

Comparação com o trimestre homólogo

	2º trimestre 1992	2º trimestre 1993
Nº de greves	124	79
Nº de trab. em greve	37 301	40 988
Nº de dias de trab. perdidos	62 612	36 922
Nº médio dias trab. perdidos por greve	504	467

TRABALHADORES

Totoloto. Este regulamento deveria ter sido elaborado após a alteração dos Estatutos da Santa Casa, em 1991. Poderá concretizar-se uma greve de 4 dias. Novas acções estão também em marcha noutros sectores. A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal vai realizar a 24 de Fevereiro uma jornada de luta, com recurso à greve, que será antecedida de plenários nacionais de activistas do sector automóvel (dia 8, em Santarém) e da metalurgia e metalomecânica (dia 10, de forma descentralizada). Hoje reúne no Porto o plenário de sindicatos da Fesete, para analisar a situação nos têxteis e a greve do passado dia 28, enquanto as comissões negociadoras sindicais do sector dos transportes da CGTP se deslocaram ontem ao Ministério da tutela para exigir o desbloqueamento da negociação colectiva na Carris, CP, TAP, Transtejo e Metropolitano.

Sindicatos denunciam manobra eleitoralista A visita do PSD não vai aos fundos

A União dos Sindicatos de Braga acusou o PSD de querer fazer uma «manobra eleitoralista» e afirmou que «lutará contra esta política e este Governo, como única forma de se criarem condições para a garantia futura do direito ao emprego e a uma vida digna».

A USB recusou receber o Grupo Parlamentar do PSD numa visita ao Vale do Ave na passada segunda-feira, por pretender que estejam presentes todos os grupos parlamentares. Fonte da união disse à Lusa que a USB propôs no dia 18 de Janeiro, «a todos os grupos parlamentares, uma visita ao Vale do Ave, a 7 de Fevereiro, que proporcionasse um encontro com o distrito real».

A USB «rejeita branquear políticas que têm contribuído para a liquidação do aparelho produtivo da região, sendo certo que várias empresas faliram, ou irão falir, graças à política do PSD, mesmo por ordem expressa do Governo, através das Finanças e da Segurança Social».

Também o Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos distritos de Aveiro e Coimbra acusou os deputados social-democratas de, na sua visita à região, se terem esquecido de ir às empresas em dificuldades.

Em comunicado citado pela agência Lusa, no início deste período laranja-rosado, o coordenador do sindicato perguntava aos deputados do PSD por que razão, nesta iniciativa que seria destinada a verificar a aplicação das verbas comunitárias, «apenas foram à Basília e não visitaram empresas que beneficiaram de fundos comunitários, se esqueceram de investir e já estão encerradas».

De acordo com dados do sindicato, das 20 empresas do sector que recorreram à lei de recuperação e receberam apoios do Fundo Social Europeu, 15 já encerraram.

«A propósito da visita à empresa Basília, diremos que os deputados trataram de visitar o seu oásis, mas esqueceram-se da dura realidade», acrescentou Manuel Graça.

Outras estruturas sindicais denunciaram já publicamente vários casos de empresas que receberam apoios do Estado ou da Comunidade para criarem postos de trabalho e desenvolverem as unidades produtivas, mas que acabaram por os utilizar noutros fins, como a eliminação de postos de trabalho (caso das indústrias eléctricas, em conferência de imprensa que noticiámos no «Avante!» de 23 de Dezembro de 1992).

Depois de duas séries de visitas a unidades industriais do Norte do País e a obras na Área Metropolitana de Lisboa, os deputados do PSD visitaram uma das zonas mais afectadas pela crise. À excepção do CDS, que fez integrar na excursão pelo Vale do Ave o presidente do seu grupo parlamentar, os partidos da oposição rejeitaram a iniciativa dos social-democratas, que foi lançada a pretexto de averiguar *in loco* a aplicação dos fundos estruturais.



Depois da concentração dos gráficos, o ministro prometeu uma resposta



O pessoal das IPSS não desiste de lutar por melhores condições de trabalho



Empresas em greve e protestos na Praça de Londres marcaram a jornada da química e farmacêutica

Nova contagem do tempo de serviço não satisfaz ainda os professores

A contagem do tempo de serviço dos professores do ensino não-universitário foi alterada pela portaria 39/94, dos ministérios das Finanças e da Educação, publicada no passado dia 14 no Diário da República. O diploma, segundo a Lusa, altera, em parte, legislação de 1990, «definindo com rigor o tempo de permanência nos diferentes módulos para exclusivo efeito da recuperação do tempo de serviço dos docentes». Na portaria reconhece-se que as disposições anteriores «se prestaram a interpretações diversas, dando lugar, na sua aplicação, a situações de injustificada discriminação e de injustiça relativa que importa corrigir».

O Sindicato dos Professores da Região Centro criticou no próprio dia o teor do diploma, por entender que «continua a condicionar a progressão dos professores na carreira docente, não de acordo com o tempo de serviço que efectivamente têm, mas de acordo com os momentos que tal diploma legal consagra», refere um comunicado citado pela agência Lusa.

«Esta portaria, que resulta de uma negociação realizada em Julho entre o Ministério e a Federação Nacional de Educação (FNE), introduz ainda situações mais gravosas para os professores do que as constantes na anterior legislação (Portaria 1218/90)», acrescenta o sindicato.

O SPRC, filiado na Fenprof, realça que «são ignorados diversos anos de serviço efectivo prestados pelos educadores e professores e são mantidos mecanismos de progressão que obrigam à integração em escalões abaixo do que têm direito». «Em suma, são reafirmados os princípios que levaram o Provedor de Justiça a questionar o Ministério da Educação sobre tão injusta contagem de tempo de serviço», acentua-se no comunicado.

O sindicato afirma que prosseguirá a «luta pela contagem integral, e no imediato, do tempo de serviço prestado, para efeitos de enquadramento e progressão na carreira», pois «só dessa forma será reposta a justiça e a legalidade que desde 1989 têm vindo a ser desrespeitadas pelo Governo».

Protestos no Ministério

Trabalhadores de empresas químicas e farmacêuticas, de celulose, papel, gráfica e imprensa, e das instituições particulares de solidariedade social manifestaram-se na semana passada na Praça de Londres, em Lisboa, frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social.

Os gráficos protestam por o Governo não fazer cumprir no sector os direitos de associação e negociação colectiva: a última revisão da contratação publicada oficialmente data de 1981. A federação do sector já requereu do Governo a emissão de uma portaria regulamentadora e solicitou uma audiência com o ministro do Emprego. Depois da concentração de dia 26 o MESS anunciou para esta semana uma resposta. Na sexta-feira, enquanto em várias empresas decorriam greves totais ou parciais, representantes dos trabalhadores dos sectores químico e farmacêutico entregaram na recepção do MESS uma resolução em que exigem aumentos salariais justos e a defesa do emprego. Nos últimos 10 anos, foram destruídos 20 mil postos de trabalho nestes sectores. Cerca de 30 dirigentes sindicais acusaram dia 26 o Governo e a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social de bloquearem o processo de negociação da convenção colectiva de trabalho, cujo projecto de revisão foi entregue em Novembro de 1992. Os sindicalistas, representando os cerca de 33 mil trabalhadores das IPSS, deram uma conferência de imprensa frente ao Ministério do Emprego.

O PS, a moral política e o "socialismo democrático"

Terminada a grande batalha política que foram as eleições autárquicas, as forças democráticas, dando sentido à derrota do PSD, e ao profundo descontentamento que ela projectou, estão confrontadas com a enorme responsabilidade de criar as condições capazes de assegurar uma verdadeira alternativa à política e ao Governo do PSD, objectivo tornado um imperativo democrático nacional.

A concretização deste objectivo passa pela clarificação, por parte das forças políticas, das posições face a questões capitais para o regime democrático e o desenvolvimento do país, passa pela intensificação do combate à política cavaquista, mas passa igualmente pela conjugação de esforços das forças democráticas com vista a alcançar-se o resultado fundamental que é afastar a direita do poder.

Era neste campo que gostaríamos de encontrar o PS, mas acontecimentos políticos recentes levam-nos a concluir que não são estas as suas preocupações, bem pelo contrário.

Os propósitos hegemónicos em relação à esquerda revelados pelo PS, as manifestações de arrogância, hipocrisia e intolerância antidemocráticas de que tem dado mostras a propósito da instalação das gestões autárquicas, as estranhas concepções democráticas defendidas a propósito da presidência da Área Metropolitana de Lisboa, sendo como é, minoritário na Assembleia Metropolitana, não podem deixar de levantar sérias dúvidas quanto ao rumo do PS e de colocar muitas interrogações quanto ao que faria o PS se viesse a ser poder.

Ao dar-se conta que a estratégia cuidadosamente elaborada, afirmada e reafirmada pelos principais dirigentes e meticulosamente executada, para no dia 12 de Dezembro passar a certidão de óbito da morte definitiva do PCP, havia ruído estrondosamente, o PS sentiu-se como desasado.



Em vez de serenamente tirar a evidente conclusão - a de que o PCP, contrariamente ao prognosticado e antecipadamente anunciado, se encontrava vivo, actuante e se afirmava como uma força essencial a uma verdadeira alternativa democrática -, o PS lançou-se num vesgo e frenético militantismo anti-PCP, não hesitando em recorrer à calúnia e a grosseiras falsificações a propósito das orientações políticas do PCP.

Mesmo tendo-se em conta que neste militantismo anti-PCP há muito de rancor e despeito por parte de alguns destacados dirigentes, pelo facto de terem sido derrotados como candidatos, nem por isso se torna menos condenável política e moralmente.

Segundo alguns órgãos de comunicação social, o Secretário-geral do PS terá declarado numa reunião da Comissão Política do PS, perante práticas políticas de militantes do seu Partido, consideradas pouco edificantes, que o "PS não é um Partido de meretrizes". Assalta-nos entretanto, uma enorme dúvida quanto ao significado que dá a este conceito.

Não é sem espanto e indignação que assistimos às manifestações de baixa política por parte do PS que, a propósito dos esforços do PCP para assegurar o funcionamento e a estabilidade dos órgãos autárquicos no respeito pela natureza pluralista do poder local português, acusa o PCP de estabelecer alianças com o PSD, quando é sabido que o PS é um partido que regista na sua actividade uma longa e persistente prática de alianças com a direita (PSD e CDS) em questões capitais para o regime democrático. Ter-se-á o PS esquecido da formação de governos com esses partidos, do estabelecimento de acordos para a revisão da Constituição, da aprovação conjuntamente de leis, que abriram caminho à destruição de importantes conquistas democráticas? Ter-se-á igualmente

esquecido de que foi em aliança com a direita que o PS criou uma nova central sindical e que estabeleceu uma aliança eleitoral para afastar o PCP do poder autárquico? E não seria mais honesto o PS informar das muitas alianças agora estabelecidas com o PSD e o CDS, essas sim para afastar a CDU de responsabilidades autárquicas, desfigurando a natureza do poder local?

O PS porta-se como os gatunos que apanhados em flagrante desatam a gritar "agarra que é ladrão", o que é tanto mais grave, quando se assistiu com estas eleições autárquicas ao florescer de manifestações de perversão de valores democráticos cuja dimensão não pode ser minimizada e que, a não serem combatidas, não deixarão de causar graves danos ao próprio regime democrático.

Nesta matéria, o PS revelou uma exacerbada militância, praticando em larga escala o princípio do vale tudo para caçar votos, dando novo brilho à teoria dos "fins justificam os meios".

Possuídos de um anticomunismo vesgo e de uma ânsia de poder a todo o preço, os dirigentes do PS, explorando chocantes carências e anseios das populações, recorreram à demagogia a metro, fizeram promessas descabeladas no estilo do "bacalhau a pataco" do tempo da república, com a agravante de em muitos casos desresponsabilizarem o Governo, caluniaram a actividade dos autarcas comunistas e desenvolveram sórdidas campanhas contra o que apelidaram de "ditaduras comunistas" em áreas de gestão CDU.

Ficarão como pérolas da campanha socialista as teses de que o atraso e a miséria em terras do Alentejo se devem à persistente ditadura comunista e a três pecados capitais existentes no Alentejo, a saber: o facto de os trabalhadores desta região estarem organizados, serem reivindicativos e - pasme-se - à ausência de mão-de-obra infantil, factores que afastam os investidores do Alentejo (!). E nós a pensarmos que os problemas que flagelam o Alentejo se devem ao domínio do latifúndio, à destruição da Reforma Agrária, à política de abandono e destruição praticada pelos sucessivos governos, incluindo os do PS.

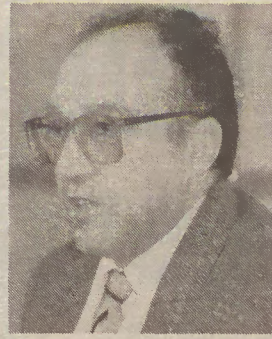
A identificação e ligação de candidaturas do PS a grandes grupos económicos, que nestas eleições se tornaram largamente visíveis não pode igualmente deixar de introduzir preocupações quanto à natureza dos compromissos políticos assumidos por este partido.

A campanha autárquica do PS em Almada ajudando a perceber melhor o desvelo dos seus autarcas na Câmara na defesa dos terrenos da Lisnave para fins urbanos, tornou mais chocante, hipócrita e caluniosa a campanha contra o desemprego no concelho, desenvolvida pelo cabeça de lista do PS à Câmara.

As forças democráticas em geral e as forças de esquerda em particular enfrentam novos e velhos desafios que não podem ser iludidos, desafios que exigem uma análise serena e despreconcebida quanto à avaliação de percursos e de práticas políticas, desafios que não se coadunam com a jactância e as manifestações de amnésia política de que os dirigentes socialistas dão mostras face aos problemas do país, do mundo e da prática governativa.

É sabido que os partidos socialistas e sociais-democratas sofrem de uma profunda e persistente doença de natureza crónica que lhes provoca uma disfunção entre as promessas eleitorais e a acção governativa, entre a teoria e a prática, mas a reunião da Internacional Socialista realizada em Portugal, dois meses antes das eleições autárquicas e concebida para funcionar como apoio eleitoral ao PS, assumiu a este respeito verdadeiros foros de surrealismo.

Desta reunião, na qual o Secretário-geral do PS, na qualidade de anfitrião, assumiu papel de relevo, não valeria a pena falar se não fosse a abundância de mistificações políticas que produziu e que a direcção do PS amplia largamente. As ideias-força saídas desta reunião podem sintetizar-se nas seguintes "teses": a de que o comunismo está morto, a de que a esquerda são eles (os socialistas e sociais-democratas), a de que têm propostas alternativas à política neoliberal e, finalmente, a de que só no quadro do "socialismo democrático" será possível ver emergir com clareza os valores éticos e os princípios que podem configurar a liderança que o mundo precisa.



DOMINGOS ABRANTES
Membro da Comissão Política

Os partidos socialistas sofrem de uma doença de natureza crónica que lhes provoca uma disfunção entre as promessas eleitorais e a acção governativa, entre a teoria e a prática.

O quadro do mundo actual, os graves problemas com que se defrontam os trabalhadores e os povos, o levantar cabeça da mais negra reacção em vários países, exigiria dos socialistas mais reflexão e seriedade quanto à análise dos problemas e às possíveis soluções, exigiria mais reflexão sobre a sua prática no exercício do poder, exigiria menos arrogância e menos anátemas contra as forças que sempre se encontraram na primeira linha do combate às injustiças sociais, pela liberdade e o progresso social.

Não é altura de nos ocuparmos da história pouco edificante da social-democracia, nem sequer dos seus conluios com o imperialismo, ou das suas derrotas sofridas em praticamente todos os países, mas tão-só, sabendo-se que os socialistas têm uma enorme atracção pelas abstracções, querer ver esclarecidas algumas dúvidas e perplexidades causadas com a reunião de Lisboa da Internacional Socialista.

A quem é que se dirigiam os conselhos sobre "valores éticos" sabendo-se que na reunião de Lisboa se encontravam partidos e dirigentes atascados nos pântanos da corrupção que têm assolado a Espanha, a Grécia, a Itália, a França, a Bélgica, etc.?

E de que cartola mágica saíram as propostas alternativas às políticas neoliberais, quando é sabido que os partidos socialistas (governando sozinhos ou coligados com a direita) e os senhores Gonzalez, Rocard, Craxi, Dellors e vários outros dirigentes, são responsáveis directos pela política que por essa Europa fora se traduz em milhões de desempregados, em ataques à segurança social, na intensificação da exploração, ou seja no avolumar das desigualdades e exclusões sociais?

E a greve geral em Espanha não se fez contra a política anti-social do PSOE que na Europa ombreia e rivaliza com as forças mais reaccionárias na aplicação da chamada política neoliberal, onde não falta o recurso à brutal repressão?

A grande descoberta para combater o desemprego, uma perfeita abstracção denominada "criação do mercado social de emprego" e apresentada pelo Secretário-geral do PS, não merece mais credibilidade do que as falidas bandeiras que têm enxameado o arsenal propagandístico do "socialismo democrático" a favor da democratização do capital ("neocapitalismo", "sociedade do bem-estar", "sociedade do consumo massivo", "sociedade do pleno emprego", "novo regime justo") e que serviram para cobrir as suas responsabilidades na participação e gestão do domínio do grande capital.

Mas o "socialismo democrático", o que é exactamente? A avaliar pela experiência prática em vários países, dir-se-ia que além de morto está putrefacto. No plano teórico resume-se a uma amálgama de sentenças genéricas sobre direitos, liberdade e justiça, onde não se vislumbra alterações nas estruturas socioeconómicas, sentenças que têm servido para toda a espécie de mercandagem política e ideológica.

A igreja conseguiu o milagre de proclamar que todos os homens eram iguais sem nunca reivindicar a abolição da escravatura, mas milagres é a sua especialidade e não consta que tal hipótese esteja ao alcance do "socialismo democrático".

O capitalismo revela cada vez mais a sua natureza desumana. Vivemos num mundo em que a par da colossal concentração e centralização do capital, se condena a maioria da humanidade à miséria. O milagre da democratização do capital não terá lugar.

Os socialistas não podem continuar a iludir que a grande questão que se lhes põe, bem como aos comunistas e às forças do progresso, é, reavaliando projectos e percursos, encontrar as respostas e trabalhar para reunir as forças capazes de solucionar os problemas candentes da actualidade.

Na busca destas respostas, comunistas e socialistas podem e devem polemizar, mas sobretudo devem procurar cooperar para corresponder aos anseios crescentes na realização de outra política.

(1) A. Saleiro, Pres. Fed. Regional do Baixo Alentejo do PS, "Diário do Alentejo", 26/11/93

EM FOCO

Reunião de Quadros do PCP sobre trabalho autárquico

Realizou-se na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho do PCP da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma Reunião Nacional de Quadros do PCP sobre trabalho autárquico, com cerca de 150 participantes (dirigentes, presidentes de câmaras, vereadores e outros eleitos e quadros do Partido).

A reunião abordou, em especial, o aprofundamento da democraticidade e da participação na gestão autárquica, as formas de fortalecer os direitos dos cidadãos face à Administração, a descentralização dos municípios para as freguesias e as relações com os eleitos de outras forças políticas. Neste aspecto, foi reafirmado o empenhamento dos eleitos do PCP no entendimento dos democratas eleitos para os órgãos autárquicos, na convergência dos eleitos interessados em resolver os problemas das populações e foi rejeitada a visão sectária e a instrumentalização partidária do poder local.

Foi expressa uma generalizada preocupação com as difíceis condições de trabalho criadas às autarquias locais pela política de asfixia financeira que tem sido prosseguida pelo Governo do PSD, bem como pela situação de crescentes dificuldades para as regiões mais atrasadas que resultam da política governamental.

Os participantes afirmaram a sua convicção de que a regionalização, o reforço do papel das áreas metropolitanas e uma política de fortalecimento do poder local são essenciais para fazer face mais eficazmente aos problemas existentes.

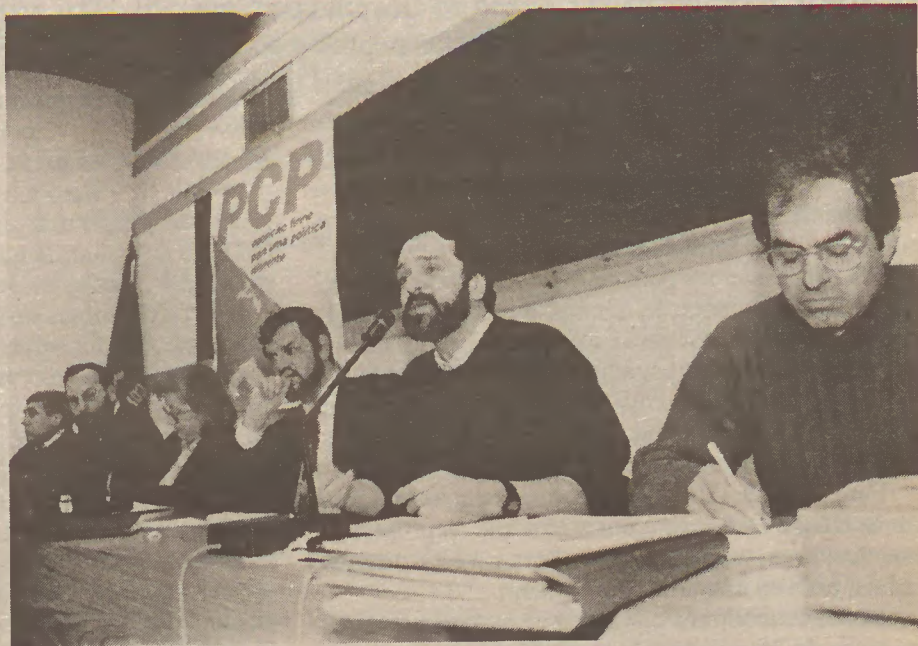
Os quadros do PCP presentes, reafirmaram o empenhamento na acção e funcionamento da Associação Nacional de Municípios Portugueses em defesa da autonomia e dignificação do Poder Local na preparação do respectivo Congresso, que se realizará no próximo mês de Março.



Era uma revoada de autarcas do PCP, cuja animação transbordava para o exterior da sede da Soeiro Pereira Gomes



Um dedo de conversa aqui, um dedo de conversa ali, e o diálogo não tinha mãos a medir!



Pormenor da mesa que presidiu ao Encontro, com Luís Sá, responsável do Partido pela frente autárquica, no uso da palavra



Crato

Uma nova Câmara CDU

Manuel António Sanches Ferreira é o novíssimo presidente CDU da Câmara Municipal do Crato, no Distrito de Portalegre, uma autarquia que, em Dezembro passado, foi conquistada ao PS, pela primeira vez e logo por maioria absoluta. Encontrámo-lo na reunião de quadros do PCP sobre trabalho autárquico, aproveitando a oportunidade para uma primeira entrevista à velocidade de um intervalo para a bica.

Organizando com rapidez as suas apreciações, Manuel António Ferreira começou por identificar a má situação financeira em que encontrou a Câmara Municipal do Crato, com uma dívida de 226 030 contos, a par de outras dificuldades, nomeadamente de pessoal impondo encargos de 10 350 contos/ano, um degradado parque de máquinas e viaturas e a não conclusão de investimentos vários, efectuados com a comparticipação da OID/NA.

Todavia, o executivo da CDU não baixou os braços às dificuldades. "O nosso objectivo central", afirmou-nos Manuel António Ferreira, "é melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Concelho".

E mais uma vez demonstrou a forma

organizada como encara os problemas do seu Concelho, enunciando com clareza as principais medidas que a CDU pretende implementar no Crato.

No tocante à economia do Concelho (um dos mais depauperados do País), a CDU aponta para a legalização das Termas da Fadagosa, Monte da Pedra e do Cais Carga do Vale de Peso (no sentido da rentabilização), além do registo da Zona Industrial do

Crato, para futura venda de lotes. Neste quadro pretende-se, ainda, desenvolver a Olaria de Flor da Rosa através da escola que a Câmara possui, dar prioridade à resolução dos problemas de saneamento básico em várias Freguesias, apoiar as instituições do Concelho e estabelecer contactos para a instalação de oficinas, fábricas, etc., no sentido de diminuir e, se possível, eliminar o elevado desemprego que fustiga a região.

Quanto à habitação, a CDU vai promover a venda de lotes para construção

em todas as Freguesias, enquanto se prepara, igualmente, para promover iniciativas culturais, desportivas e recreativas aproveitando e rentabilizando os equipamentos existentes, tendo por pano de fundo o objectivo de eliminar as diferenças negativas entre as Freguesias e a sede do Concelho.



Manuel António S. Ferreira, o novo presidente da Câmara Municipal do Crato

Multinacionais desactivam metalomecânica portuguesa

Perante o olhar impávido e sereno do Governo português, a multinacional ABB passou a controlar as principais empresas de metalomecânica pesada nacionais tendo como único objectivo destruí-las, afastando assim um concorrente que até há poucos anos tinha prestígio em todo o mundo.

Fundada no início dos anos 50, a Mague chegou a empregar 2600 trabalhadores, ocupados na construção de equipamentos para centrais térmicas e de aparelhos de movimentação nomeadamente para portos. Voltada em particular para a exportação, muito do seu trabalho encontra-se espalhado pelo mundo inteiro, desde à América à ex-União Soviética, onde ganhou fama e prestígio, chegando a ser considerada uma das melhores empresas do sector em toda a Europa.

Para além de Alverca, a Mague tinha instalações em Setúbal e os lucros eram tantos que os proprietários decidiram mesmo a dada altura investir noutros ramos, caso da hotelaria e do turismo.

Nos seus melhores momentos, a empresa facturava cerca de 25 milhões de contos por ano, e mesmo hoje, a situação económica é estável. Com excepção do ano de 1981, a Mague nunca apresentou saldos negativos e em 1993 apresentou uma facturação de 13 milhões de contos.

Detendo o monopólio no sector em que se inseria, foi após o 25 de Abril que a Mague conheceu o período de maior expansão, cujo pico foi atingido em 1979, quando chegou a empregar 2600 trabalhadores. Para tal muito contribuiu a construção das grandes centrais térmicas da EDP em Sines, Setúbal e ultimamente no Pego.

A «crise» só chegaria em 1985.

Na opinião de Navalha Garcia e José Santos, da Comissão de Trabalhadores da Mague, com quem o «Avante!» falou, a empresa começou a vacilar na sequência da integração de Portugal na CEE. Com o fim da protecção que gozava em termos de mercado nacional (consagrada no acordo com a EDP que dava à Mague o monopólio na construção das centrais térmicas e à Sorefame na construção de centrais hidroeléctricas), a empresa foi forçada a integrar-se, em 1989, num grupo de maior dimensão.

Já em 1973, 20 por cento do capital social da Mague pertencia à BBC, empresa suíça do sector, que mais tarde se uniu com a empresa sueca Asea, formando a multinacional ABB.

Este processo traduziu-se em Portugal na criação do grupo Senete, que engloba várias empresas, nomeadamente a Sorefame. O capital do grupo é repartido pelo Estado, através do IPE, com 20 por cento, pela ABB com 40 por cento, e pela Mague igualmente com 40 por cento.

Para os trabalhadores, a vinda da ABB para o nosso país teve como único objectivo conquistar o mercado português, sem contudo pretender realizar o trabalho em território nacional.

Tanto é assim que a ABB não só nunca cumpriu os acordos de compensação que obrigavam a multinacional a trazer para Portugal trabalho no valor três milhões de contos por ano, como, desde que estendeu os seus tentáculos à Mague, deu início às chamadas «restruturações», significando estas repetidos ataques aos direitos dos trabalhadores e redução de postos de trabalho.

Em apenas quatro anos, foram destruídos cerca de mil empregos e hoje restam apenas 700 trabalhadores na Mague. Embora tecnicamente não se possa falar de despedimentos, a verdade é que a administração recorre a expedientes vários para obrigar os trabalhadores a rescindirem os seus contratos: «por exemplo, fechando-os dias inteiros em salas sem lhes dar nada para fazer».

De início, foram feitos alguns investimentos em equipamento, dividiram-se sectores, alegadamente para os tornar mais competitivos, e neste processo foram criadas bolsas de trabalhadores excedentários.

Mais tarde os sectores que tinham sido divididos voltaram a ser unificados, provocando mais bolsas de excedentários.

O plano, agora claro de destruição da Mague, passou ainda pela individualização, em empresas com capital próprio, de sectores como a construção de aparelhos de movimentação, caso dos guindastes e pórticos. Contudo, estas unidades industriais não resisti-

ram sozinhas tendo sido encerradas pouco tempo depois e passando o seu trabalho a ser executado por outras empresas do grupo.

A política de desestabilização da empresa, a desactivação de vários sectores e a transferência de quadros de produção para outras empresas do grupo levam os ORT's a suspeitar de que está para breve o encerramento das instalações de Alverca.

Os trabalhadores insistem que a empresa é viável desde que a administração altere a sua política industrial e que o Governo assuma maiores responsabilidades na protecção e apoio a este sector, impedindo nomeadamente que as encomendas sejam entregues a empresas estrangeiras e subsidiando a participação da Mague em concursos internacionais, à semelhança do que é a prática doutros governos europeus.

Os novos investimentos do Estado que têm vindo a ser anunciados, como a nova travessia do Tejo, o novo tabuleiro da Ponte 25 de Abril, a Expo 98 e necessidade de iniciar a construção de centrais incineradoras de lixo poderiam constituir um grande impulso para a metalomecânica portuguesa. Contudo, os trabalhadores reconhecem que as empresas do sector não podem concorrer com congéneres europeias que se apresentam fortemente subsidiadas pelos respectivos governos.

Desta forma, afirmam, «o Ministério da Indústria deveria assegurar que parte do trabalho fosse obrigatoriamente realizado em território nacional, como aliás aconteceu recentemente em Malta onde a Mague, após ter ganho um concurso internacional, foi obrigada pelo governo local a executar 70 por cento da obra naquele país.

Sorefame

Pertencendo actualmente ao grupo Senete, a Sorefame, ao contrário da Mague, era uma empresa com a maioria de capital do Estado, cerca de 90 por cento, gerido pelo IPE.

Foi criada em 1943 e estava dividida em várias divisões, nomeadamente a parte circulante, que construía os comboios, a parte de energia voltada para as centrais hidroeléctricas e ainda a divisão da Amora especializada em estruturas, pontes, *off-shore*, entre outras. Para além destas divisões, o património da Sorefame estendia-se a empresas no Brasil, Angola, Moçambique e África do Sul.

Na década de 80, altura em que já empregava mais de quatro mil trabalhadores, começaram a surgir problemas graves, resultantes de compromissos assumidos pelos governantes e que não foram respeitados.

Segundo recordaram ao «Avante!» António Tremoço, Belmiro Silva e Armando Faria, membros dos ORT's da Sorefame e Hidrosorefame, «o Estado assinou na altura contratos programas para material circulante cuja realização protelou ao longo de anos, o que provocou grandes dificuldades à empresa». Foi graças à divisão de energia, que então dispunha de uma boa carteira de encomendas, que a empresa conseguiu sobreviver.

Em 1990, a ABB adquire cerca de 40 por cento do capital da Sorefame, passando também cerca de 40 por cento para as mãos da Mague. O Estado, outrora maioritário, ficou reduzido a uma participação de cerca de 20 por cento.

O primeiro resultado destas mudanças de padrões foi o encerramento da divisão da Amora, seguindo-se a venda dos interesses que a empresa tinha quer no

Brasil, quer em África. A política da administração passou ter como objectivos o espartilhamento da empresa, a redução da sua capacidade e a destruição da sua própria tecnologia. Paralelamente, desde 1990 foram destruídos cerca de mil postos de trabalho, não restando hoje mais do que 1400 trabalhadores.

O processo culminou com a divisão da empresa em duas: a Sorefame - material circulante, e a Hidrosorefame - voltada para equipamentos hidroeléctricos.

A primeira tem actualmente uma boa carteira de encomendas, de tal forma que foi obrigada a fazer alguns investimentos e a subalugar entre 200 e 300 trabalhadores, na sua maioria indiferenciados, sem qualificação, o que segundo os ORT's «põe em



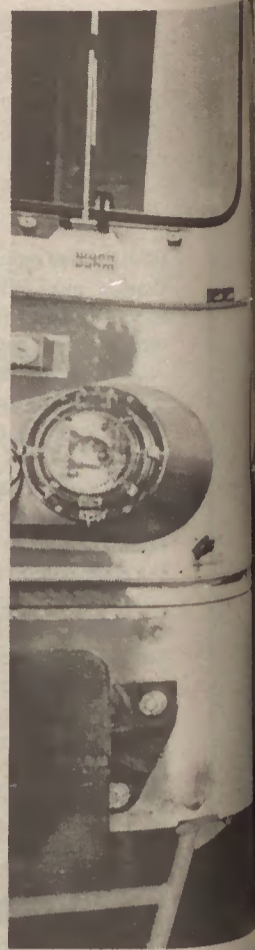
causa o bom nome dos produtos fabricados pela Sorefame e multiplicam os encargos para correcção dos erros cometidos».

Em situação muito pior, está a Hidrosorefame. Sem investimentos no campo hidroeléctrico, mesmo a miragem da construção do Alqueva parece não ser suficiente para salvar a empresa. É que a continuar a redução sucessiva e indiscriminada de postos de trabalho dentro em breve a unidade estará completamente inoperante não restando mais do que encerrá-la.

Por outro lado, mesmo que o Governo desbloqueie a construção da barragem do Alqueva ou de outros empreendimentos previstos, nada garante que a Sorefame esteja em condições para competir nos concursos internacionais que serão obrigatoriamente abertos, e onde as empresas portuguesas não contam com nenhum apoio do Estado.

Para os ORT's muito se podia fazer para salvar as empresas do sector e «é incompreensível que se desperdicem tantos recursos humanos de tanto valor, dos quais se poderia arrecadar maior valia».

Neste sentido os trabalhadores defendem um conjunto de medidas de fundo que passam designadamente «pela definição de objectivos diversificados para cada empresa; a definição de um plano nacional de desenvolvimento, que contenha os projectos básicos da indústria nacional, calendarizados, não condicionados a imposições estrangeiras; o lançamento do Alqueva, do Plano Siderúrgico Nacional, da meta-





A Mague e a Sorefame são duas empresas controladas actualmente pela ABB, multinacional que, a pretexto da racionalização, da modernização, reorganização, rentabilização e outros chavões tem desarticulado os diferentes sectores e reduzido de forma drástica os postos de trabalho, conduzindo de forma sistemática à sua desactivação geral. Os ORT's defendem que estas empresas são necessárias ao País e acusam o Governo de ser «mais papista que o papa» quando nada faz para defender este sector da gula das multinacionais. Na foto, Belmiro Silva, António Tremço e Armando Faria, dos ORT's da Sorefame, e José Santos e Navalha Garcia, dos ORT's da Mague

lurgia do cobre e o aproveitamento dos recursos nacionais; a definição do contributo do capital estrangeiro no grupo Senete, o apoio à promoção e financiamento das exportações; o estabelecimento de uma estratégia de relacionamento com os PALOP's, criando a partir da Sorefame e da Mague as bases da cooperação técnica, em cedência de tecnologia ou associação, para fornecimento de equipamentos, formação de pessoas a todos os níveis e desenvolvimento tecnológico associado, com vantagens recíprocas».

«Excedentários» sem aumentos

Quer a Mague, quer a Sorefame têm contingentes de trabalhadores excedentários aos quais não é dado trabalho com o objectivo de obrigá-los a rescindir os contratos. Na Mague, estão perto de 150 trabalhadores nesta situação e, até ao final do ano, a administração prevê rescindir igual número de contratos.

No conjunto das duas empresas da Sorefame, existe uma lista de 70 excedentários, sendo curioso notar que a parte de material circulante, como já foi referido, tem falta de mão-de-obra, subalugando trabalhadores sem qualificação, ao mesmo tempo que recusa trabalho, e obriga pessoal especializado a assinar rescisões de contrato.

Contudo, a violação dos direitos laborais não fica por aqui. Um trabalhador que seja incluído na lista

dos excedentários deixa de ter direito aos prémios, que estão regulamentados e constituem no mínimo um por cento do salário. Acresce que a *holding* Senete anunciou unilateralmente que este ano os trabalhadores referidos não têm direito a aumentos salariais.

Igual tentativa foi feita há dois anos, sem que contudo a *holding* conseguisse concretizar os seus intentos.

Este ano os ORT's estão uma vez mais solidários com os trabalhadores «excedentários» e reafirmam a sua posição: «nestas condições, não chegaremos a acordo com a empresa e vamos para a luta!».

■ **Carlos Nabais**

Da realidade à ficção

■ **Odete Santos**

Em 27 de Fevereiro de 1992, há já quase 2 anos, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei a que foi dado o n.º 99/VI que visa reforçar as garantias do direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego.

Tal iniciativa legislativa resultou da apresentação, pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, de uma petição denunciando as práticas discriminatórias da Direcção do BCP (Banco Comercial Português) relativamente às mulheres.

A petição surgiu na Assembleia da República acompanhada de um completo dossier, cuja análise permitiu a elaboração do projecto de lei.

Lamentavelmente, a petição do Sindicato subiu a Plenário sem que a iniciativa do PCP tivesse sido aprovada na especialidade.

O projecto de lei, já aprovado na generalidade há quase 1 ano (e aprovado por unanimidade) tem conhecido, de facto, um penoso caminho cuja história bem demonstra que certa Direita, por muito que se reclame de liberal, apenas aceita a igualdade formal.

Que a igualdade real, essa nunca pode atingir-se com uma política que gere a recessão por forma a garantir a concentração de riquezas nas classes privilegiadas, ao mesmo tempo que lança trabalhadores no desemprego, escarnecendo dos salários de miséria.

De facto, o PSD não teve outro remédio senão votar a favor do projecto de lei do PCP na generalidade.

A consulta pública, a que a Assembleia procedeu, revelaria a adesão dos organismos representativos dos trabalhadores ao diploma.

Nem outra coisa seria de esperar. Já que o mesmo colheira do parecer da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e do parecer do Senhor Provedor de Justiça, Dr. Mário Raposo, sobre o caso do BCP, as sugestões para alteração do Decreto-Lei n.º 392/79.

O PSD prepara-se, no entanto, para desvirtuar o objectivo do projecto, fazendo depender a possibilidade de punir uma empresa por práticas discriminatórias da identificação dos discriminados.

O que reduz consideravelmente o alcance do projecto que visa punir práticas discriminatórias ainda que ninguém, em concreto, se apresente a reclamar contra a discriminação de que foi vítima.

Há cerca de uma semana, a petição apresentada pelo Sindicato foi discutida na Assembleia da República.

O PSD, como é natural, veio tentar

lançar poeira nos olhos, proclamando-se grande defensor dos Direitos das Mulheres.

Com uma grande dose de hipocrisia. Porque só ao PSD podem ser assacadas culpas pelo facto de não dispormos ainda de um diploma que puna situações como a que o Sindicato dos Bancários tem vindo a denunciar.

As estatísticas dizem-nos que as Mulheres estão em maioria na frequência dos cursos superiores.

Os números referem que a taxa de feminização nas instituições bancárias varia entre os 21,7% e os 47,5%. Enquanto no BCP em 3824 trabalhadores apenas existem 53 mulheres (cerca de 1,3%).

Isto porque o senhor Jardim Gonçalves não tem reboço em proclamar que pratica a discriminação das mulheres no acesso aos postos de trabalho no BCP.

É que ele, como confessou numa entrevista, reserva às mulheres as tarefas familiares, considerando-as impedidas de corresponderem às exigências da vida profissional!

Esta confissão pública conta com a cumplicidade do Ministério do Emprego e é um triste sinal dos tempos de crise, que se abate sobre homens e mulheres.

E é ainda no BCP que podemos comprovar aquilo que a história passada nos demonstra: sempre que os direitos das mulheres estão ameaçados, os direitos dos trabalhadores correm também graves riscos.

De facto, no sector bancário, nomeadamente nos novos bancos, o trabalho extraordinário não remunerado tornou-se prática corrente.

A total disponibilidade exigida no BCP (como noutros bancos), a total submissão da vida dos trabalhadores «ao dinheiro que pensa» (slogan do BCP), permite afirmar que ao mesmo tempo que o senhor Jardim Gonçalves reserva às mulheres o papel de gueixas em casa, impõe aos homens o papel de gueixas do BCP.

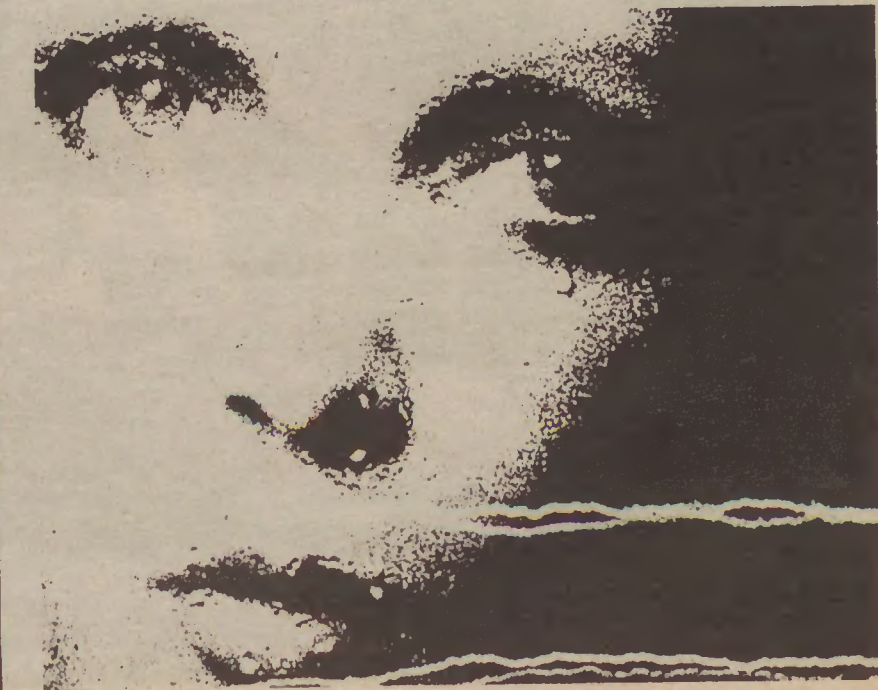
Daí que à luta das mulheres contra a discriminação, se alie a luta dos homens por melhores condições de trabalho.

Esta é a realidade que se vive.

Da mesma à ficção e um Parlamento paritário, como o que esta semana se realizou na Assembleia, vai um caminho de luta. Onde, por vezes, encontramos mulheres do outro lado da barreira.

A demonstrar que nem sempre o exercício do poder por mulheres garante uma política diferente.

É que não basta ser mulher! É preciso não ser mulher de direita!



Defesa Nacional e Forças Armadas

A poucos anos de chegada de um novo milénio pode muito bem acontecer que os militares portugueses não tenham aquilo que congéneres seus na Europa têm há muito - o direito de associação com carácter socioprofissional e o direito de representação.

Mas mais. Pode muito bem acontecer que até vejam alargadas as dificuldades de queixa junto dos poderes públicos.

Situação

O quadro de restrições de direitos dos militares consta do Artº 270º da Constituição da República, nos termos que se seguem:

“A Lei pode estabelecer restrições ao exercício dos direitos de expressão, reunião, manifestação, associação e petição colectiva e à capacidade eleitoral passiva dos militares e agentes militarizados dos Quadros Permanentes em serviço efectivo, na estrita medida das exigências das suas funções próprias”.

Daqui se extraem dois aspectos fundamentais, a saber:

1º - A Lei “pode estabelecer...”, isto é, não é obrigatório que estabeleça.

2º - A Lei, ao estabelecer, deve fazê-lo “na estrita medida das exigências das suas funções próprias”.

O Artº 31º da Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas - artigo que trata das restrições ao exercício de direitos, ultrapassa e muito os parâmetros constitucionais.

Como se sabe, a LDNFA foi aprovada em 1982, num quadro político com evidentes particularidades e destas hoje só resta a inconstitucionalidade e com ela graves lesões aos direitos de cidadania.

O Artº 31º da LDNFA é um artigo sem “estrita medida...”.

A abordagem desta matéria tem tido, sucessivamente, uma atitude esquiva por parte do PSD e do PS.

No debate sobre a Lei de Bases Gerais da Condição Militar, em 1989, mais uma vez o tema surgiu e mais uma vez ele foi considerado inoportuno.

Muito poderia ser dito acerca das consequências negativas de tal quadro negador de direitos, não só para o desenvolvimento criativo e participativo dos cidadãos militares, como também para a instituição e o país.

O Artº 31º visou congelar a capacidade de indignação, de crítica, de troca plural de opiniões; visou instalar a aridez monocórdica tão ao gosto dos que têm por princípio o “quero, posso e mando”.

A natureza humana é no entanto outra e apesar das restrições contidas na LDNFA e da falta de coragem política do PSD e do PS para romperem os tabus e encararem a realidade, os militares foram construindo novas dinâmicas.

O associativismo existe

Os Sargentos constituíram a sua Associação Nacional (ANS) no decorrer de dois Encontros Nacionais e múltiplas iniciativas que juntaram milhares de Sargentos.

Desde então (1989) têm mantido um constante e persistente leque de iniciativas de debate e acção junto das instituições, nomeadamente junto da Comissão Parlamentar de Defesa.

Tomaram contacto com a realidade internacional e pela sua mão vieram a Portugal dirigentes da Euromil - Organização Europeia de Associações Militares, com assento na OIT, Conselho da Europa, etc.

A ANS faz hoje parte da Euromil. Em virtude das várias iniciativas promovidas por esta Associação vários têm sido os Sargentos sujeitos a castigo, bem como paira permanentemente no ar a possibilidade de serem accionados mecanismos legais, visando a dissolução da Associação.

Quanto aos Oficiais, criaram a Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA), em finais de 1992, decorrente da insatisfação com a forma como o processo de reestruturação e redimensionamento das FA's estava (está) a ser feito, tendo como causa próxima a já célebre “Lei dos Coronéis”.

A AOFA, que entretanto foi notificada pelo Ministério Público, para alterar os seus Estatutos por incompatíveis com

o constante no Artº 31º da LDNFA, promoveu em finais de 93 a sua primeira iniciativa pública - um colóquio -, que debateu “Os direitos dos militares - enquadramento legal face às disposições vigentes nos restantes países europeus”.

Os debates e colóquios promovidos por estas estruturas associativas de militares e que contaram com a presença de juristas bem como representantes de associações estrangeiras, concluíram pela inconstitucionalidade do Artº 31º da LDNFA.

Uma linha de argumentação para a manutenção do actual quadro de restrições aos direitos dos militares é o da salvaguarda da disciplina, hierarquia e operacionalidade das FA's.

A experiência internacional revela que se trata de um argumento sem credibilidade. Acaso as FA's alemãs, holandesas ou dinamarquesas, por exemplo, padecem de falta de operacionalidade ou de disciplina?

Por outro lado, não há nenhum elemento que permita concluir pela perda de operacionalidade e de disciplina das FA's portuguesas por existirem as Associações atrás citadas.

Aliás, é curioso e sintomático que a Associação Nacional de Sargentos tenha estabelecido contacto institucional com todos os órgãos de soberania excepto com o Governo e as chefias militares.

Outra linha de argumentação adianta que o Artº 31º da LDNFA permite a criação de tais associações e se esse não é o entendimento do Governo e chefes militares, então é caso para os Tribunais.

Na verdade, o Artº 31º permite que um oficial médico se inscreva na Ordem dos Médicos, etc. E os artilheiros? E os de Infantaria? Bom, levando isto às últimas consequências teríamos tantas Ordens quantas especialidades, o que seria uma coisa sem pés nem cabeça. Mais, teria consequências negativas para a vida interna das FA's já que geraria dinâmicas desintegradas com cada Ordem a olhar para o seu umbigo. Mas a prova de que aquela linha de argumentação é uma forma de fugir à questão, é-nos dada pelo Ministério Público quando em 1993 notificou a AOFA de que tinha de alterar os

Estatutos por incompatíveis com o constante no Artº 31º da LDNFA.

Não vale pois a pena continuar a desenterrar argumentos para fugir ao problema de fundo. É necessário uma alteração legislativa! É necessário alterar o Artº 31º!

Alterar o 31º impõe-se!

O Governo PSD e o seu ministro Fernando Nogueira prepararam-se para apresentar na Assembleia da República o Projecto de Lei de Bases da Disciplina das FA's, alterações à Lei de Defesa Nacional, pelo menos no que respeita ao método de escolha das chefias militares, revisão do Código de Justiça Militar e, decorrente da Lei de Bases acima citada, um novo Regulamento de Disciplina Militar.

Nada indica que exista vontade política do PSD para encarar a revisão do Artº 31º. Aliás, a acreditar numa notícia inserta num jornal semanal de restringir o acesso ao Provedor de Justiça por parte dos militares.

Quanto ao PS, tem procurado cansativamente formas de fugir ao problema. Na verdade, ainda ninguém percebeu o que defende o PS nesta matéria, ou se quisermos, já toda a gente percebeu que o PS não quer assumir posição sobre a matéria dos direitos dos militares.

No que respeita ao PCP, entregou na Assembleia da República um projecto de revisão do referido Artigo, bem como propôs a realização de um colóquio parlamentar acerca da matéria.

A poucos anos da chegada de um novo século, será lamentável e prejudicial para as FA's e para os militares que a compõem que persista a falta de vontade política para encarar sem complexos ou tabus os direitos dos militares portugueses, consagrando-lhes direitos de cidadania, hoje cortados e que fazem parte de tratados e declarações internacionais tão importantes como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, Carta Social Europeia, ou a Resolução, datada de 1988, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Num mundo em mudança no qual se afirmam direitos e liberdades individuais como componente fundamental e inalienável da democracia, a manutenção das drásticas restrições contidas no Artº 31º é inconcebível e preocupante factor no afastamento dos militares do conjunto da sociedade.



Parlamento Paritário

Dos cargos políticos para mulheres às mudanças na sociedade de todos

A necessidade de uma maior participação das mulheres na política e no exercício dos cargos políticos foi a questão que esteve na base da realização, esta semana na Assembleia da República, do Parlamento Paritário. Uma discussão que reuniria na Sala do Senado, em número superior à centena e meia, antigos e actuais deputados e deputados, metade para cada sexo, para fazer uma discussão em torno da mudança de realidades como esta: as mulheres, cerca de 51 por cento da população europeia, ocupam no Parlamento Europeu 19,3 por cento dos lugares, enquanto nos parlamentos nacionais o melhor lugar é ocupado pela Dinamarca com 33 por cento de mulheres e registam-se valores abaixo dos dez por cento em Portugal (8,7); França (5,6); no Reino Unido (7,4); Itália (8,6) e Grécia (4,7). Aliás o total europeu de presenças de mulheres nos parlamentos

nacionais dos doze países comunitários é de apenas 11,3 por cento, ou seja, 766 para um universo de seis mil 777 eleitos.

A iniciativa partiu de três eurodeputadas: Margarida Salema, Maria Belo e Maria Santos. Em vésperas do início de um ciclo eleitoral para o Parlamento Europeu, o aumento da representatividade feminina é colocada na ordem do dia mas, como diria o eurodeputado comunista, Sérgio Ribeiro (ver excertos de intervenção nesta página), a questão é mais profunda: «seria pena uma iniciativa como esta desvalorizar-se, ou até negar-se confirmando previsões irónicas e suspeições malévolas, se se confinasse ao tema da participação das mulheres na vida política, como se esta fosse a questão e, ela resolvida, tudo resolvido ficasse».

A unanimidade das intervenções feitas durante os trabalhos deste Parlamento Paritário sobre a necessidade de alterar o défice de participação política feminina não escondeu diferenças qualitativas na forma como os diversos partidos encaram a questão: uma diferença visível logo no primeiro dia de trabalhos quando o nível de presenças partidárias revelou as quase totais ausências de membros das direcções do PSD e do CDS em contraste com as representações ao mais alto nível do PCP e PS.

De entre as intervenções proferidas por representantes comunistas, contaram-se as de Helena Bastos, Odete Santos, Maria José Ribeiro, Odete Filipe, Sérgio Ribeiro e João Amaral, das quais publicamos excertos dos quatro últimos, proferidas por escrito nas sessões do Parlamento Paritário.

Sérgio Ribeiro

A luta é contra esta sociedade

A representação das mulheres no poder político é reconhecidamente distorcida e discriminatória, desde logo a partir de avaliações fundadas sobre critérios meramente aritmético-estatístico-demográficos.

Mas esta distorção tem raízes e é socialmente complexa. É uma distorção superstrutural que reflecte a distorção da estrutura social que lhe subjaz. Porque a discriminação é social, baseando-se na diferença biológica que se transporta para o social e nele se radica porque interesses egoístas dela se aproveitam.

Seria pena uma iniciativa como esta desvalorizar-se, ou até negar-se confirmando previsões irónicas e suspeições malévolas, se se confinasse ao tema da participação das mulheres na vida política, como se esta fosse a questão e, ela resolvida, tudo resolvido ficasse.

Grave seria confundir o princípio da igualdade de oportunidades, tão abstractamente propagandeado, com a paritária divisão do poder de decisão entre homens e mulheres.

Não nos iludamos, e, sobretudo não queiramos iludir. A mulher, discriminada económica e socialmente, não deixaria de o ser, e tenho dúvidas se o seria menos, num quadro político em que as decisões fossem tomadas em órgãos paritariamente divididos entre homens e mulheres mas em que a política económica e social fosse a mesma.

Não se corra o risco, portanto, de fazer desta iniciativa uma iniciativa elitista, algo que só tenha a ver com quem, na sociedade, tem o privilégio de disputar o acesso ao poder, a lugares apetecidos. (...)

Aqui, é preciso falar nos despedimentos, em que a mulher é a primeira a «ir à vida» (como des-sõe dizer-se), em resultado do brutal termo da recruta a prazo ou da aceitação da proposta aliciante/chantagista... porque os filhos, porque a casa, porque até talvez se possa vir a somar à indemnização a receita de uns croquetes para a cantina ou acrescentar-lhe o que se possa diminuir da despesa com a mulher-a-dias. (...)

É essencial não esquecer, e não deixar fazer com que outros esqueçam, que a mulher está tão desequilibradamente desfavorecida nas representações do poder porque o está na sociedade. (...)

Como considero o desemprego a doença social mais grave, terminava com a afirmação convicta — talvez provocatória, aqui e agora — de que o cerne da

luta não é contra o desemprego feminino como não é contra a pobreza, a exclusão, o abandono e o isolamento por femininas serem. É contra esta sociedade, e as suas políticas e os seus políticos — qualquer o sexo —, que fazem do desemprego uma arma estratégica e da força de trabalho uma mercadoria contingente e desvalorizada, e particularmente da mulher um objecto transaccionável a utilizar quando há condições nos mercados e a armazenar nas prateleiras do desemprego ou a devolver às actividades domésticas, ou a expor em vitrinas de sedução desumanizada, ou a deixar morrer, sozinha, nos campos que são os da nossa emigração. (...)

Maria José Ribeiro

Exemplos da nossa história

(...)

São inúmeros os exemplos da intervenção crescente e sempre renovada das mulheres portuguesas, no decurso da nossa história; a mais recente, protagonizada por muitas das presentes, foi assumida, sob a repressão fascista do Estado Novo, nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas casas e nas ruas, onde se teceram sonhos e cumpriram as lutas pela Liberdade, pela Igualdade, pela Paz, pelos direitos políticos e sociais.

Falamos das mulheres que, como MARIA LAMAS, assumiram por inteiro o seu papel de Mulheres da Cultura, irmãs das outras Mulheres, partilhando os seus sonhos, as suas dores, sofrendo nas prisões o preço da sua coerência.

Falamos das mulheres que, como CATARINA EUFÉMIA, afrontaram a repressão na defesa do trabalho, do pão e do direito à Vida e cuja vida foi o preço da coragem e da determinação.

Falamos, como exemplo, das mulheres de qualquer idade e classe social que, em 8 de Março de 1962, se manifestaram na Baixa do Porto, pelo fim da guerra colonial, pela libertação dos presos políticos, pela escola, pelo trabalho, pela democracia.

Presas, brutalmente agredidas, escreveram, ao lado dos homens, mais uma página da história da intervenção das Mulheres Portuguesas na luta geral pela democratização, progresso e humanização da sociedade.

Lutas somadas, contributo indispensável para que o 25 de Abril acontecesse e se afirmasse como um marco determinante das conquistas das mulheres portuguesas e da sua participação criativa e corajosa.

É por tudo isto que não é possível falar em democracia partilhada ignorando ou minimizando a participação das mulheres.

Odete Filipe

Mudar de política

Há 20 anos, naquela manhã do dia 25 de Abril de 74, os nossos corações bateram mais forte e encheram-se de esperança.

Tinha terminado um dos períodos mais negros da nossa história.

A liberdade tantas vezes sonhada e sofrida está ali e, com ela, o futuro abria-se repleto de confiança.

Finalmente era possível construir um país em Democracia, assente nos princípios da justiça, do progresso, da fraternidade, de igualdade.

Neste processo maravilhoso, que nunca será de mais reavivar nas nossas memórias, a luta das mulheres pela Democracia e pela igualdade, teve um papel relevante e insubstituível.

A consagração na Constituição da República, do princípio da igualdade entre mulheres e homens e da consequente proibição das discriminações em função do sexo, foi o corolário dessa luta.

Após o 25 de Abril, e graças a ele, as mulheres Portuguesas conquistaram um quadro legal francamente favorável à sua emancipação, capaz de abrir os caminhos da igualdade.

Mas, passado este tempo, a experiência tem-nos ensinado que não bastam os princípios consagrados na Lei. É preciso mais do que isso. É preciso que a Lei se cumpra. São necessárias políticas concretas que permitam a inserção plena da mulher em todos os domínios da vida e da sociedade.

E o facto é que, nos últimos anos, particularmente durante a governação de Cavaco Silva, não só as leis têm sido sistematicamente violadas, como se têm agravado cada vez mais as discriminações e aumentado progressivamente a degradação das condições de vida e de trabalho. (...)

Para que a igualdade se efective é necessário uma outra política, que assegure a promoção e o cumprimento das Leis, que assegure medidas concretas que permitam à mulher tempo e condições para viver, pensar, participar e, por, que não, sonhar!

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Deputados, este Parlamento Paritário é uma iniciativa com muito interesse que, se outro mérito não tivesse, demonstra como é possível, como é mais harmonioso, mulheres em igualdade de circunstâncias discutir e decidir a vida do país.

Mas, não obstante, não embandeiremos em arco. Porque não basta ser mulher e estar nos centros de decisão. Olhamos para trás e verificamos como, não poucas vezes, estas não conseguem ultrapassar as suas opções de classe e agir de acordo com a sensibilidade feminina e com os interesses específicos das mulheres. (...)

João Amaral

Não a uma sociedade por quotas

(...) O Tratado de Maastricht introduz o conceito de cidadania da União apontando para uma **nacionalidade da União**. (...) A Comunidade tem reconhecidamente um acentuado défice democrático, os cidadãos (homens e mulheres) são afastados dos centros de decisão e os Parlamentos nacionais que os representam são expropriados dos poderes originários.

A maioria dos escassíssimos direitos para que o Tratado abre (direito de eleição no local de residência em eleições municipais e europeias, direito de protecção

diplomática) não dão nenhuma nova dimensão ou aprofundamento da cidadania. São só passos na atribuição de uma nova nacionalidade, num quadro de acentuado défice democrático (...)

A luta pela afirmação dos direitos das mulheres e contra a discriminação é uma luta comum de todos os que querem o progresso da humanidade. (...) Não estamos a subestimar o papel de acções específicas que têm por objectivo a luta pela igualdade de oportunidades, nem as organizações e instituições que a visam especificamente. Mas

não há aqui monopólios de meios de intervenção, nem haverá aqui ilhas de felicidade: tudo resolvido quanto às mulheres numa sociedade marcada pela injustiça. Isso não é possível (...)

Há discriminações positivas que não servem os objectivos que dizem visar ou que contrariam outros objectivos de luta pela democratização da sociedade. Há que analisar caso a caso, e é responsabilidade de todos fazê-lo (...)

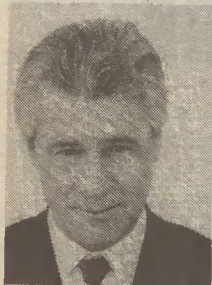
Não se quer uma sociedade de máquinas, de gente sem rosto. Não uma sociedade anónima. Pro-

vavelmente também não uma sociedade por quotas, onde a igualdade seja o resultado de uma medida de imposição administrativa, da cúpula e para a cúpula, sem correspondência real com a afirmação desse princípio de igualdade no tecido económico, social e cultural. (...)

A democracia, para ser completa, não pode ser só política - tem de o ser também nos planos social, económico e cultural. E é assim para todos e para a mulher com a sua problemática específica. (...)

Os direitos dos trabalhadores e os Serviços de Informações

(Excertos da intervenção de João Amaral, deputado do PCP, na conferência da CGTP-IN sobre os direitos dos trabalhadores. Título e subtítulos da Redacção.)



As actuações dos Serviços de Informações ganharam notoriedade a partir do momento em que a comunicação social começou a relatar casos de actuações de agentes do SIS e da DINFO que claramente nada tinham a ver com as razões invocadas para a sua criação e com os objectivos que lhe foram traçados na Lei aprovada na Assembleia da República.

Registo algumas das actuações que mais chamaram a atenção pública.

Escândalos e enigmas

Foi o caso das acções de vigilância e infiltração sobre iniciativa públicas dos sindicatos, organizações agrícolas, estudantes e associações de imigrantes africanos.

Muito falado foi o caso da infiltração de um agente do SIS na direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa.

Recentemente, veio a público um relatório elaborado pelo SIS acerca dos imigrantes africanos, relatório marcado por uma clara orientação racista e xenófoba, atribuindo a esses imigrantes a responsabilidade pela criminalidade na periferia de Lisboa e, desta forma, dando cobertura às orientações políticas do Governo em matéria de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros, bem como nas áreas do direito de asilo e da política de vistos.

Nas eleições autárquicas, há o caso da vigilância da campanha eleitoral nas Ilhas, incluindo sobre as «movimentações dos dez sacerdotes que redigiram um documento crítico ao Governo Regional» da Madeira.

Houve actuações do SIS no caso das manifestações da TAP.

As actuações do SIS no interior das recentes manifestações de estudantes foram particularmente noticiadas pela comunicação social, tendo algumas televisões mostrado mesmo agentes infiltrados.

Há também enigmáticas situações, como a proibição feita a um diplomata da Guiné (Quebá Sambu) de depor na PJ (depois de denunciar uma ameaça de bomba); tentativas de apossamento de ficheiros pertencentes a outros serviços do Estado; o caso do inquérito feito aos candidatos portugueses a um lugar de funcionário nas Comunidades.

Nesta mesma zona enigmática se insere o caso das acções de vigilância sobre o Procurador-Geral da República realizadas pela DINFO, e descobertas pelos agentes da PSP encarregados da segurança pessoal daquela alta individualidade do Estado; e o caso das acções de vigilância da residência do Presidente do Tribunal de Contas realizadas pelo SIS quando o Tribunal de Contas realizou uma auditoria nesse Serviço de Informações.

Não posso deixar de registar aqui mais minuciosamente o tenebroso caso das ligações da DINFO ao caso GAL. Os GAL (Grupos Antiterroristas de Libertação) foram uma criação da política espanhola, no quadro da guerra suja contra os independentistas bascos e contra a ETA. Eram, na realidade, mercenários pagos pela polícia para liquidarem refugiados em França, que nessa época as autoridades francesas se recusavam a extraditar. Um agente da DINFO, um tal Mário Correia da Cunha (na posse do qual foram encontradas fichas com informações sobre militantes de partidos de esquerda, incluindo PCP e PS), organizou um comando português, que viria a realizar uma operação terrorista num bar em França, onde até uma criança de 4 anos foi baleada.

Este caso tornou-se célebre ainda por, no julgamento em Portugal, o Primeiro-Ministro ter tentado evitar que os chefes da DINFO fossem depor a tribunal, invocando para tanto o segredo de Estado. Foi preciso que os tribunais portugueses não reconhecessem a validade jurídica dessa invocação para se fazer luz sobre o caso. Mas ficou para todo o sempre o registo da tentativa realizada pelo Primeiro-Ministro, e que era afinal um implícito reconhecimento do envolvimento português neste sanguinolento episódio da vida das «secretas» portuguesas.

Eles estão aí

Esta incursão sobre alguns factos vindos a público (que forçosamente não-de ser a ponta do iceberg) tem por função mostrar e demonstrar que esta realidade, de intromissão, abusos e ilegalidades, cometidas por serviços secretos já marca hoje a vida política e social portuguesa.

Desde que comecei a analisar esta matéria, estou seguro da presença sistemática do SIS em reuniões como as sindicais.

Incidindo mais particularmente no SIS, os exemplos que dei mostram também que o principal objecto da actividade desse Serviço de Informações são os corpos da sociedade que se opõem às políticas do Governo e protestam de forma organizada contra as suas consequências. Na sociedade portuguesa dos últimos anos, à cabeça da lista estão os trabalhadores e particularmente os dirigentes sindicais, estão os estudantes, os agricultores, os imigrantes.

A questão é que estas acções de vigilância e infiltração sobre associações e movimentos sociais perfeitamente legítimos realizam-se só porque essas associações e movimentos, usando os direitos de expressão, reunião e manifestação que detêm por força da Constituição, criticam as políticas do Governo que atingem os respectivos sectores; só porque, discordando das opções político-partidárias que subjazem a essas políticas, legitimamente se lhes opõem, usando aqueles meios que a Constituição lhes confere.

Quando os Serviços de Informações passam a desenvolver acções políticas (vigilância e infiltração, o que é o caminho aberto para a provocação); quando realizam essas acções contra os movimentos, associações e personalidades que se opõem à política do Governo, então as



consequências, no plano da perversão do Estado de Direito democrático, são evidentes. Importa sublinhar particularmente as duas seguintes:

— Quanto às liberdades fundamentais, essas acções destinam-se a limitá-las através do controlo policíesco, da intimidação e mesmo da provocação;

— Quanto aos interesses do Estado, os Serviços de Informações deixam de estar ao serviço do interesse público, para passarem a inserir-se na lógica político-partidária de defesa do Governo e das opções político-partidárias em que este se sustenta.

É esta a questão nodal — uma questão de regime — que exige resposta imediata, e por isso é oportuno e adequado nesta Conferência sobre os Direitos dos Trabalhadores colocá-la. Não para um estudo académico, mas para apelar à denúncia, e ao combate. Para alertar as organizações de trabalhadores de que o que está em montagem é uma peça de um aparelho repressivo do exercício dos direitos fundamentais, incluindo os direitos fundamentais cujo exercício é parte essencial da luta política e social, isto é, direitos como os de reunião, manifestação e greve. (...)

Fora da lei

A forma como o Governo usa os Serviços de Informações, a forma como o ministro da Administração Interna os justifica, a forma como o seu Director os orienta, não corresponde a esse imperativo legal, viola-o. Põe o

SIS no meio da luta política e social a tomar partido por uma das partes contra a outra. Hoje contra os que discordam das propinas. Amanhã contra os que se manifestam contra a política salarial do Governo. Depois contra os que nas empresas exigirem pelos meios legais ao seu alcance que essa política salarial seja alterada.

Esta situação torna-se ainda mais grave porquanto não existe um sistema eficaz de fiscalização. Há, é certo, um Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, cujos membros são eleitos pela Assembleia da República. Mas os poderes que a Lei confere a esse Conselho é de elaborar relatórios sobre... os relatórios anuais que o próprio Conselho elabora sobre a sua actividade! Isto é, o Conselho não tem capacidade nem poderes para investigar e inquirir *in loco*. Não pode fiscalizar processos concretos. Só lê os relatórios de actividade!

(...)

Sem poderes de inspecção directa, com e sem pré-aviso, o Conselho carece de verdadeiros poderes de fiscalização.

Apesar de tudo, esta situação de ausência de controlo poderia ser muito minimizada se houvesse da parte dos cidadãos uma atitude combativa em defesa dos seus direitos. Mas isso não sucede. Não há nenhum caso de qualquer cidadão ou associação cívica que encetasse uma luta judicial contra o SIS tendente a obter conhecimento sobre o que o SIS regista a seu respeito, em que condições, porquê e para quê. Nem há na lei nenhuns mecanismos que permitam e dêem assento a essa luta jurídica!

Existe uma Comissão de Fiscalização de Dados Informatizados. Mas, escapam à Comissão todos os dados não informatizados. Ao que acresce, o que é fundamental, que entre esta Comissão e os Serviços de um lado, e os cidadãos do outro, está uma barreira intransponível.

O cidadão não sabe, é hostilizado, é posto fora. O cidadão não é parte desse processo. É projecto dele.

... e o desafio

Creio que chegou a altura de os cidadãos se afirmarem com clareza e determinação em defesa de uma cidadania não policiada, sem intromissões abusivas, sem provocadores a soldo do Governo. Em defesa do exercício pleno dos seus direitos, liberdades e garantias.

É um desafio às associações de direitos cívicos; às organizações sociais principais visadas das actuações do SIS; aos juristas.

Há uma luta jurídica, a desenvolver junto do Conselho de Fiscalização, da Comissão de Fiscalização de Dados, da Procuradoria Geral da República, dos tribunais.

E há uma luta política, a desenvolver no terreno cívico e social, que mobilize para a denúncia e para o combate.

Poderia ter abordado esta questão agregando-lhe outros elementos significativos no que pode ser definido como uma crescente policialização da sociedade portuguesa. Poderia, aliás, mesmo no âmbito dos Serviços de Informações, ter desenvolvido a denúncia de outras ilegalidades (particularmente nos Serviços de Informações Militares). Quis no entanto centrar a atenção, neste tempo que me foi concedido, na actuação dos Serviços de Informações relativa às organizações sociais, como os sindicatos.

O processo de montagem destes Serviços prossegue nesta direcção violadora da Constituição e da Lei.

Não falei de nova PIDE. Não estou a confundir com a situação durante o fascismo. A PIDE prendia, e tinha a cobertura de uma ditadura de que era esteio. O SIS não tem aqueles poderes, nem o regime é uma ditadura. Mas, se o SIS continuar este caminho de perseguir os opositores do Governo, para onde se caminha?

Pergunto: não é o caminho da construção de um autoritarismo que quer criar mecanismos para condicionar e reprimir a oposição social?

Afirmam alguns que é chocante dizer que o SIS actua como uma «polícia política». O que eu acho chocante não é que se diga isso. O que é chocante é que isso suceda.

A crise na ex-Jugoslávia apagou o *show* de Rabin em Estrasburgo

■ Miguel Urbano Rodrigues

Foi mais animada do que o habitual a sessão de Inverno da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

Não obstante ser uma instituição consultiva, cujas resoluções têm escasso peso na política comunitária, o Conselho da Europa é um dos mais amplos e diversificados espaços de diálogo do mundo, com 32 países membros e uma dezena que espera o momento de entrar.

A maior atracção da agenda era, desta vez, a vinda à Assembleia, como convidado de honra, do primeiro-ministro de Israel, Itshak Rabin. O anfiteatro, naturalmente, encheu-se, bem como a tribuna reservada ao público.

A intervenção foi precedida de um espectáculo incommon: Rabin entrou no Palácio da Europa à frente de um séquito de meia centena de pessoas — a maioria ligadas à sua segurança. Parecia coisa de Hollywood.

O discurso, porém, foi pobre. De modo geral, o orador repetiu o que já se sabia. Para compensar a ausência de novidades, Rabin, no tocante ao estilo, falou como um profeta bíblico. A ressonância sionista era tão forte que se diria proceder à leitura de versículos do Velho Testamento. Sobretudo, quando repetia, emocionado, a expressão-slogan «Venho de Jerusalém».

Todos os recados foram transmitidos. O primeiro-ministro Rabin apresentou-se como um humanista, campeoníssimo na procura da paz. Nas respostas às perguntas formuladas fez o que estava ao seu alcance para aquecer uma atmosfera esfriada pelo tom majestático do discurso. Mas ao abordar a questão da Palestina falou sobretudo como porta-voz de um Estado que oferece quase tudo (no seu entender) para receber em troca quase nada...

Subiu a Estrasburgo para se dirigir à Europa como totalidade mais do que aos deputados da Assembleia do Conselho. Mas, incerto quanto aos resultados, tratou de descarregar responsabilidades, se as coisas correrem mal. A culpa seria então sobretudo do presidente da Síria, Hafez Assad. Comparou-o (desvantajosamente) com o egípcio Anwar al Sadat, sugerindo que a paz na Palestina depende sobretudo

da Síria, que até agora não se dispôs a «percorrer a metade do caminho»...

Nos corredores do Palácio da Europa, em Estrasburgo, comentava-se criticamente, como apressada e pouco sensata, a sugestão que pretende fazer da Assembleia do Conselho da Europa o proponente de Rabin para candidato ao Prémio Nobel da Paz conjuntamente com Yasser Arafat.

O isolamento da Rússia

O primeiro-ministro da Finlândia, Esko Aho, foi outro dos convidados de honra. Não desiludiu. Sempre prudente, falou como um defensor firme do neoliberalismo, algo impaciente pela entrada do seu país na família heterogénea de Maastricht. Mas não escondeu que o projecto esbarra com forte oposição.

A profissão de fé nos valores do modelo ocidental de democracia do final do milénio não o impediu de desempenhar em Estrasburgo o papel de advogado da admissão da Rússia no Conselho da Europa. Na sua opinião, essa adesão assume carácter de urgência. Não porque sinta afecto especial pelo grande vizinho, mas porque teme as consequências do caos russo. «É preciso», disse, «resistir à tentação de isolar a Rússia, para evitarmos o risco de a ver evoluir perigosamente.»

Uma delegação russa não oficial (os 20 deputados que representarão o país em Estrasburgo como «convidados especiais» ainda não foram eleitos pela Duma) assistiu à sessão da Assembleia.

Os visitantes russos não puderam intervir nos debates. Pertencem a diferentes famílias políticas mas participaram activamente nas reuniões dos vários grupos políticos. Curiosamente, houve convergência num ponto: todos expressaram o desejo de que o processo de admissão no Conselho da Europa seja acelerado. Evgueni Ambartsumov, chefe da anterior delegação e membro da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Duma, declarou numa conferência de imprensa que «quanto mais avançamos nas nossas reformas

mais longe estamos da adesão ao Conselho da Europa. Se a Europa voltar as costas à Rússia, isso encorajará pessoas como Jirinovski».

Oposição: dois votos

O *show* de Rabin acabou por ser ofuscado pela discussão sobre a crise na ex-Jugoslávia. O debate do tema teve como prólogo uma exposição minuciosa e honesta de Torwald Stoltenberg, o co-presidente da Conferência Internacional sobre a ex-Jugoslávia.

Stoltenberg conquistou logo de início o respeito do plenário ao confessar que em três décadas da sua carreira como alto funcionário de organizações internacionais não havia sentido angústia e frustração comparáveis às que o atingiram na sua actual tarefa de mediador.

Nunca na história da Assembleia do Conselho da Europa — como salientou o seu presidente — tantas perguntas foram feitas a um convidado. E nunca antes tantos oradores intervieram num debate (três dúzias, e mais não foram porque faltou tempo).

A atmosfera da sessão reflectiu de algum modo o interesse excepcional suscitado pelo tema. A tragédia jugoslava funcionou como catalisador de opções e sentimentos de enorme diversidade. Ninguém era neutro.

Alguns deputados, poucos, vestiram armadura e falaram como cruzados medievais para defender a escalada. Nesses discursos inflamados, o apelo irracional à guerra gerou clivagens. Acabou por abrir fissuras na própria família da direita. Mas na hora da votação dos dois relatórios que estavam em discussão, a inércia e a passividade da Assembleia prevaleceram. O pior desses relatórios, da responsabilidade de um deputado socialista búlgaro (documento de um egoísmo e frieza incommuns) somente não foi aprovado por unanimidade porque os representantes do Partido Comunista Grego e do Partido Comunista Português votaram contra.

A pior alternativa é a guerra

Publicamos a seguir passagens da intervenção feita em Estrasburgo pelo deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, na abertura do debate sobre a situação na ex-Jugoslávia:

(...) Um dos mais graves erros foi o recurso ao maniqueísmo. Os povos envolvidos nestas guerras civis irracionais — pois de guerras civis se trata — foram divididos em bons e maus, em inocentes e agressores. Aos sérvios foi atribuído o papel de maus. Isso não obstante ser há muito evidente que não é possível estabelecer com honestidade uma hierarquia dos crimes cometidos por muçulmanos, croatas e sérvios.

O absurdo na avaliação e apreciação dos trágicos acontecimentos da ex-Jugoslávia foi tão longe que o Conselho de Segurança das Nações Unidas reforçou as sanções impostas à Sérvia e ao Montenegro invocando um argumento indefensável. As duas Repúblicas são acusadas de não respeitarem um Plano de Paz, o Vance-Owen, hoje esquecido porque era totalmente irrealista.

(...) O projecto de Resolução do Relatório do sr. Pirinski pede uma ajuda material rápida e eficaz para os países atingidos pelas sanções. Não nego, pelo contrário, a importância das perdas materiais em causa. Mas a política de dois pesos e duas medidas é incompatível com os princípios defendidos pelo Conselho da Europa. Ora, no que se refere ao embargo e aos sofrimentos das populações civis, o relator aceita-os como se fossem a coisa mais normal do mundo. Apenas lhes dedica seis linhas.

Esta manifestação de insensibilidade não é surpreendente num mundo no qual os maus exemplos chegam de muito alto. A Cimeira da NATO, em Bruxelas, tomou a decisão de inserir na Declaração dos Chefes de Estado e de Governo alguns parágrafos referentes à crise jugoslava, os quais não vieram reforçar a esperança de uma nova ordem mundial. Esse texto sublinha que «as potências da Aliança Atlântica estão prontas para lançar ataques aéreos na zona de segurança de Sarajevo e noutras áreas ameaçadas da Bósnia Herzegovina».

(...) Não esqueço os sofrimentos dos habitantes de Sarajevo e a situação em que se encontram os capacetes azuis. Mas, cole-

gas, a simples retomada da tese dos ataques aéreos é inquietante, dada a responsabilidade dos Chefes de Estado da Aliança Atlântica. Ontem mesmo, em Paris, franceses e americanos desentenderam-se na discussão do problema. Para o sr. Warren Christopher, secretário de Estado dos EUA, «não se trata de fazer pressão sobre os muçulmanos; é sobre os sérvios que ela deve ser exercida».

Qualquer comentário seria supérfluo... Mas a posição francesa, infelizmente, é quase tão fasisaica e egoísta como a americana.

Permito-me lembrar, colegas, que o general Collin Powell, cujo perfil não é o de um pacifista, fez severas críticas a oficiais da Força Aérea do seu país que, pela primeira vez, defenderam a ideia dos bombardeamentos de precisão — cirúrgicos, como agora se diz com cinismo — na Bósnia. Hoje, o general Briquemont, ex-comandante chefe dos capacetes azuis, é o primeiro a reconhecer que os ataques aéreos seriam uma forma de guerra...

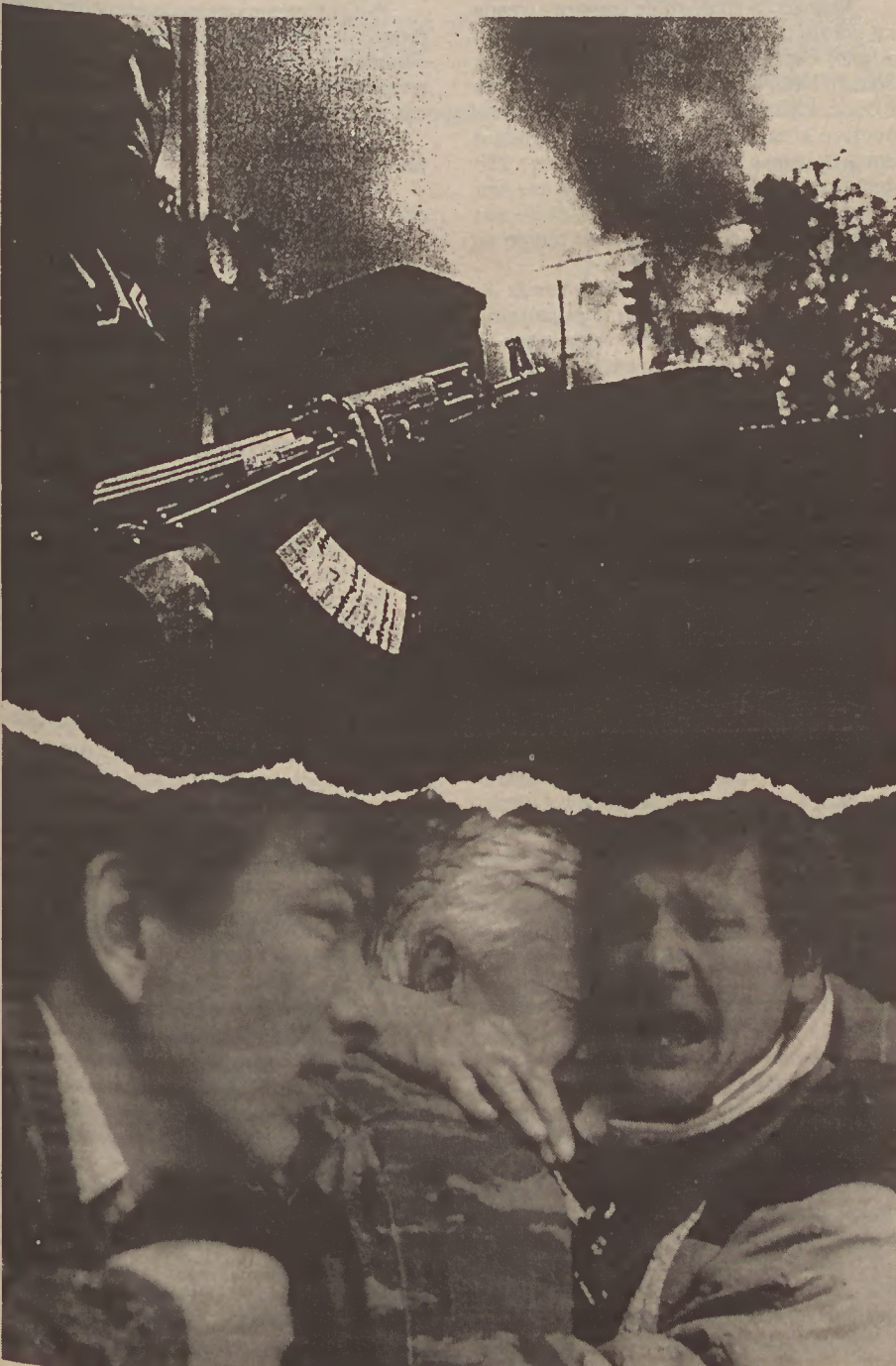
Devemos fazer o possível para evitar a escalada das hostilidades.

Colegas:

Continuo fiel à convicção de que a prática de crimes não é resposta aceitável a situações de barbárie generalizada. Devemos recorrer exclusivamente a meios políticos, na busca de uma solução para a crise, renunciando ao uso da força.

Temo que nos debates sobre a situação na ex-Jugoslávia possa instalar-se, pouco a pouco, uma insensibilidade crescente, não obstante o objectivo dos nossos esforços ser generoso. Em nome da defesa de valores e princípios eternos, em nome do amor das liberdades, da democracia e dos direitos do Homem — a nossa Assembleia, uma assembleia onde estão presentes representantes de 32 países membros do Conselho da Europa, roça por vezes, sem diso se aperceber, o perigo de se tomar, ela própria, cruel.

Colegas: a pior alternativa, como sublinhou o sr. Stoltenberg, é a guerra.



Kursk, dia D, Berlim 50 anos depois

■ **Manoel de Lencastro**

Os ataques políticos ao primeiro-ministro britânico ganharam, na semana que passou, nova virulência. A situação promete. E agora que as notificações dos novos impostos começam a chegar a casa das pessoas, pelo correio (o governo precisa de dinheiro fresco para fazer frente ao «buraco» de £50 bilhões no orçamento), é altura, talvez, de dar corpo ao «golpe de Estado» contra o funcionário Major e preparar o advento de um novo alinhamento de forças no seio do Partido Conservador. Candidatos ao lugar: os funcionários Kenneth Clarke (Chanceler do Tesouro) e Michael Portillo (Secretário das Finanças) este, filho de um espanhol refugiado das repressões franquistas mas, apesar disso, um dos porta-bandeira da direita conservadora quase reaccionária.

O tema deste ano para as discussões do «Forum Económico Mundial» organizado nas montanhas suíças pelos Bancos da Bahnhof Strasse (Redefinir as Premissas da Economia Mundial), tal como aconteceu com o do ano passado (Congregar forças para uma Economia global) não convenceu os muitos convidados ao «Forum» — alguns dos maiores nomes actuais na política e na economia do mundo. Expressaram-se muitas dúvidas quanto às bases reais da chamada retoma económica e sobre as diversas medidas sugeridas para que essa retoma ganhe consistência. O chanceler germânico, Helmut Kohl, chamou a atenção para os 35 milhões de desempregados existentes nos países ocidentais e deixou aviso quanto às decisões «dolorosas» que terão de ser tomadas se se pretender enfrentar os problemas estruturais do sistema.

Os impostos lançados sobre o povo britânico constituem uma prova mais de que a tal retoma, existente apenas nos balanços dos Bancos e nas contas de um sistema económico muitíssimo mais reduzido, está a ser paga, e continuará a sê-lo, pelo cidadão comum — aquele que, nas ruas, no mundo real, não vê retoma alguma. Mais provas da recuperação:

Empregos a suprimir durante o ano: na «Boeing», 7000; na indústria automóvel alemã: 50 000; na «Japan Airlines», 5000; na Grumman (USA): 500 - e ainda agora o ano se iniciou.

Falências no Japão: 14 041 (em 1993) das quais 8543 eram empresas industriais importantes.

Prejuízos da Unisor-Sacilor (indústria siderúrgica francesa): F. Fr. 5,8 bilhões (172 milhões de contos); lucros da Coca-Cola: 473 milhões de dólares (85 milhões de contos) só no último trimestre de 1993. Retoma? Onde te encontras? Só na Coca-Cola.

Nas praias da Normandia...

O programa das comemorações do 50º aniversário do desembarque aliado nas praias da Normandia (Dia D)

está a ser preparado pelas nações que nele participaram com o mais extremo e natural cuidado e dará lugar a cerimónias e celebrações de altíssimo relevo e significado. Assim, a 4 de Junho, a rainha Isabel II oferecerá um banquete a chefes de Estado de países ainda a designar e, no dia seguinte (5) a soberana embarcará no «yacht» real «Britânia» com todos esses chefes e navegará para Ouistreham (Caen). O presidente Clinton viajará a bordo de um navio da Marinha de Guerra dos Estados Unidos e François Mitterrand, ido de avião, recebê-los-á em nome da França.

Nesse mesmo dia 5 de Junho, serão lançados 1000 pára-quedistas sobre Ranville. Realizar-se-ão, tal como durante todo o dia 6, serviços religiosos diversos estando previsto que aquele que revelará maiores solenidade e imponência será o de Bayeux. Ainda a 6, terão lugar cerimónias especiais dos americanos na praia de «Omaha» e, em Arromanches, concentrar-se-ão as celebrações dos britânicos. A grande «finale» realizar-se-á na cidade de Caen.

Tudo bem, como dizem os brasileiros. Muitíssimo bem, diremos nós e dirá o Mundo. Infelizmente, o 50º aniversário do rompimento do cerco a Leninegrado, que passou quase ignorado pelos «media» ocidentais, e não só, entristeceu-nos porque se passou por ele em condições mundiais dramáticas que retiraram a essa data inesquecível o rigor e a grandiosidade que merece. Já as comemorações das históricas e decisivas vitórias nas imortais batalhas de Moscovo e Stalinegrado, parece terem reduzido o meio século cumprido sobre tão gigantescos feitos a simples aniversários que seria, talvez, melhor esquecer. A grande URSS já não existe. O mundo foge àquelas datas, não sabemos bem porquê...

Kursk...

Kursk, onde se travou a maior batalha de carros de combate que a História conhece, viu também que o Mundo a esquecia no dia que registou meio século sobre tão enorme acontecimento. Podemos dizer que se em Stalinegrado, onde o exército alemão de von Paulus (300 000 homens) se achou cercado e perdeu

147 200 soldados e oficiais, o mundo assistiu ao crepúsculo da máquina de guerra nazi, em Kursk essa máquina gigantesca, horrorosa e maligna encontrou a catástrofe.

Em Kursk, Orel e Belgorod, a 5 de Julho de 1943, os hitlerianos lançaram uma poderosa e violenta ofensiva, com 15 divisões blindadas, sendo o seu objectivo a ruptura das linhas soviéticas e a penetração rápida possivelmente em direcção a Moscovo, uma vez mais. Mas os exércitos soviéticos envolvidos nesse confronto, realizando uma contra-ofensiva que a História jamais poderá esquecer, reduziram a fumo os ambiciosos projectos do alto comando da «Wehrmacht»; destruíram-lhe 2000 tanques e abateram-lhe mais de 1000 aviões. Kursk, ainda tem de ser comemorada com a dignidade e a grandeza a que tem pleno direito por todos os homens e mulheres com alguma dignidade neste mundo.

Berlim!

Em Maio do próximo ano, cumprir-se-á o 50º aniversário da batalha de Berlim, do assalto ao Reichstag, do ícar glorioso, imorrodoro, eterno, da bandeira vermelha da URSS na capital do Reich. Pelas nossas acções nessa altura, não permitimos que os meios de comunicação ocidentais tratem essa data marcante na História da Humanidade em jeito de simples passagem ou, praticamente a embulhem no pacote das comemorações do fim da guerra. A arrancada para Berlim e a tomada do Reichstag são especiais. Não são meramente o fim da guerra. Constituem a abertura das portas do Mundo para uma nova era que o imperialismo terá conseguido desviar, mas que as suas forças, em decadência, e as do Homem do progresso, em ascendente, encontrarão de novo. E em breve!

Façamos com que o Mundo — o Mundo inteiro! — preste a homenagem que deve ao Homem soviético, à Mulher soviética, aos povos da URSS cujos sacrifícios inauditos nos deram a liberdade e nos salvaram dos novos bárbaros que se preparavam para escravizar a Humanidade.

Emigrantes com problemas Parte VIII

Assinado o contrato de compra e venda do prédio da Rua Dr. António Granjo, em Algés, Cipriano regressou ao Canadá e, homem cioso da sua palavra, transferiu para Lisboa, a favor do construtor, o valor do respectivo sinal. O contrato previa ainda o envio de somas mensais não inferiores a 250 contos até à celebração da escritura que, em princípio, ficara marcada para Abril do ano seguinte, o que dava muitíssimo tempo ao construtor para acabar a obra.

Agora, só faltava realizar a venda do imóvel, em Montreal, e tudo se organizaria com precisão e ordem dando lugar a que se consumasse o regresso do casal Gurreiro a Portugal, apesar das objecções de Mariana. Mas o tempo provou ser difícil vender o edifício da Rue du Vaugirard, transversal do Boulevard de St. Laurent. E começou a surgir a impaciência, mãe do desespero e do pânico.

«Então... não se arranja comprador para isto?», perguntava a esposa. Cipriano calava-se. A situação do mercado de valores imobiliários piorava constantemente. Ninguém queria empatar dinheiro e, muito menos, num Hotel alugado a terceiros e num restaurante sem freguesia regular. Os negócios do Quebec fugiam todos para o Ontário. A crise económica aprofundava-se. Cipriano e Mariana já viviam do crédito dito bancário e a placa, à porta do edifício, lá estava batendo ao vento, mas sem consequências — «A vende — For sale». Porém, ninguém se declarava, os meses passavam, a situação financeira do casal Guerreiro, agravada com a obrigação dos pagamentos mensais para o construtor em Portugal, tornava-se quase precária. E Mariana, que nunca vira com bons olhos aqueles negócios de compra e venda em que o marido mergulhara, começava a reagir:

«Esse António Granjo vai dar cabo de nós, Cipriano.

Maldito seja o homem! Maldita seja Algés!»

«Deixa lá o homem, Mariana. Não tem culpa alguma», respondia-lhe o marido tentando acalmar os nervos da esposa.

«Então, não tem? Leva-nos o dinheiro todo... aquele que apuramos e o que já estamos a dever ao banco. António Granjo! Eis um nome que odiei até ao fim da minha vida!»

Pacientemente, tentando esconder a sua própria desilusão e os seus temores, Cipriano, enquanto fazia o apuramento das exíguas receitas da «Pérola do Atlântico», vagarosa e já quase desinteressadamente, explicava:

«O António Granjo, mulher, nada tem a ver com isto...»

«Como assim? Fez contigo um contrato que nos vai empurrar para a ruína», protestava Mariana, nervosamente.

«Não, mulher. O António Granjo morreu...»

«Morreu?» A esposa reagiu prontamente avermelhando-se-lhe as faces. «E agora? Onde está o nosso dinheiro?»

Cipriano esclarecia: «Morreu, sim. Era chefe do governo, em Lisboa, e o dente d'ouro, depois de atirá-lo ao chão, espetou-lhe uma espada pelo corpo abaixo com tal gana que furou o próprio sobrado. Foi no Arsenal da Marinha, filha, não conheces esta história? António Granjo, para nós, é apenas o nome da rua onde temos o prédio.»

Sem prestar atenção aos esclarecimentos do marido, Mariana fugira para o interior do restaurante e Cipriano, oprimido por uma situação que criara contra a vontade da esposa, foi encontrá-la sentada a uma das mesas mas chorando em surdas convulsões o desgosto que sentia, prevendo com toda a clareza o aproximar de tempos desastrosos. Mas, abraçando-se ao marido num assomo de paixão que há muitos anos não exprimia, desabafou:

«Estamos perdidos, Cipriano. Nem vendemos cá, nem concretizamos a compra, lá. Vamos perder tudo, homem, tudo!»

Maldito seja para todo o sempre esse António Granjo!»

E Cipriano, que sempre se considerara homem prudente e de sólidas atitudes na vida, deu consigo a chorar, também, o que considerou como um presságio terrível. Que erro monumental houvera cometido, ao comprometer-se na compra do prédio em Algés, antes de vender o de Montreal! Mas ainda arranjou coragem para dizer:

«Mariana! Não desesperes! Das nossas derrotas, construiremos vitórias. Tem esperança, Mariana, tem esperança!»

Era Inverno. Fazia frio em Montreal. Os horizontes da vida do casal Guerreiro, sempre brilhantes e simples desde que emigraram para o Canadá, enegreciam agora, inesperadamente.



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A cegada dos milhões

Professor — A todos os portugueses venho dar a novidade que durante tantas vezes foi só a nossa vontade. Andámos de cá para lá sempre de chapéu na mão mas enfim, agora já já veio a conclusão que está certa, que está pronta e nos deixa um pouco tontos pois são, só a nossa conta, são dois mil milhões de contos.

Zé Povinho — Eu queria só saber...

Comerciante — Hei-de comprar e vender tão alto quanto puder trago os produtos finais dos países donde vêm e vou vendê-los tão bem que não queira mais ninguém os produtos nacionais. São dois mil milhões? Meu amo quantos é que eu a mim chamo?

Zé Povinho — Eu queria só saber...

Industrial — Ui, a massa que eu vou ter! Até sinto convulsões até estou ficando roxo. Desses tais dois mil milhões senhor, quanto é que eu empocho?

Zé Povinho — Eu queria só saber...

Gestor — Não tem mais nada que ver. Eu sou parte principal no pecúlio do recado. Também quero o meu bocado neste presente real.

Zé Povinho — Eu queria só saber...

Empresário — Preciso de mais espaço e a mais dinheiro venho para o trabalho que não faço nas empresas que não tenho. Também eu desejo algum desses milhões de zum-zum para aquele financiamento de mais sono e de mais vento e de mais espaiarcer.

Zé Povinho — Eu queria só saber...

Director — Sou director que não sou do ensino que não se dá de um sítio aonde não vou numa escola que não há. Estão a ver que útil me é milhagens da CEE?

Zé Povinho — Eu queria só saber...

Agrário — Ena, tanto dinheirinho cá para o bolso do rapaz!

Professor — Está ali o Zé Povinho que tantos gestos me faz. O que queres tu saber dos lados desta bancada?

Zé Povinho — Eu queria só saber quando é que acaba a cegada...

■ IGNOTUS SUM



"A Palavra de deus"

Foi muito curioso o "Terça à noite" da SIC dedicada às seitas e à religião.

Convém distinguir o esforço de sinceridade de Frei Bento Domingos soçobrando, apesar de tudo, sob o peso contraditório do império milenar da Igreja Católica.

Os outros quatro passarões fizeram pela vida e alguns também já estão a fazer qualquer coisa pela morte. O chefe da "igreja maná", o dito pastor Jorge Tadeu lá contornou com "a palavra de Deus" as questões mais incómodas, como a "díizima" e outras extorções de dinheiro aos fieis e os desastrosos "milagres das curas" que têm atirado tantos fieis para os hospitais, usando por vezes o ataque ameaçador ao moderador, não só com a santa palavra do Senhor, mas até com a palavra santa do senhor Primeiro Ministro.

Aproveitou o tempo de antena para passar o recado: "Deus é o meu patrão e mandou-me dar um recado ao povo", foi ele que disse.

Miguel Sousa Tavares recuou nitidamente nos propósitos iniciais e os dois acólitos tanto o do PSD, como o do PS, foram de uma brandura e de uma falta de acutilância, que têm que se considerar surpreendentes.

Que se passa com eles? Um declarou-se "agnóstico" e outro "não crente". Ambos se confessaram reverentes

respeitadores das novas igrejas. Barreto mais contido. Pacheco mais exuberante. Confessou mesmo: "Gostava imenso de ter fé. Deve ser uma coisa maravilhosa." Estaremos na eminência de novas conversões? Pacheco e Barreto têm tido uma tal "evolução" que nenhuma conversão é impossível...

Homem da situação

Carneiro Jacinto lá conseguiu mudar o horário das "conversas curtas" na SIC. No passado domingo, antes das 23 horas já estava no ar. Também demos alguma ajuda. Será que merece?

A verdade é que está transformado num comentador que já fala em nome da situação.

Vejam: "Os últimos sinais de apaziguamento entre Soares e Cavaco beneficiam a situação". São palavras dele no "Tal e Qual".

Na mesma peça investe contra a realização do Congresso "Portugal: que futuro?" preconizando "que a ideia do Congresso fosse desde já abandonada".

E depois quer-nos convencer que isto seria "uma boa notícia para todos os que defendem a necessidade de uma

alternativa ao PSD"...

É caso para dizer, ó Jacinto, está bem que você considere a contratação de Bobby Robson por Pinto da Costa foi uma "jogada magnífica, de grande inteligência", Mas tenha mais cuidado com essa questão da alternativa em política. É que não é bem a mesma coisa...

O exame

Ao ouvir Marcelo Rebelo de Sousa, na TSF, disreterear tão sábiamente sobre o fenómeno político -

apreciar, prever, dar notas, recomendar - não pode deixar de se reflectir sobre os estranhos caprichos da própria política. Que grande exame merece este inesgotável comentador! Como foi possível que o segundo do PSD, quando Balsemão era o primeiro, aquele segundo que planeou como ninguém a ultrapassagem do chefe e a chegada ao topo, tenha ficado tão irremediavelmente pelo caminho?

Quais foram os erros deste sábio que hoje se rebola de



gozo a pensar, como faz na última crónica, que o actual segundo do PSD, Fernando Nogueira, nunca chegará a ser primeiro? Que rancores!

Primeiro Ministro do Entrudo

Cavaco Silva tornou-se, de repente, muito cauteloso com declarações sobre mudança do feriado do Carnaval. Os jornalistas não lhe conseguem arrancar um comentário. Cavaco formaliza-se e diz que "o calendário não é da competência do Governo". Que se terá passado? São já os efeitos da engraçadíssima e demolidora intervenção que o deputado comunista José Calçada fez a propósito na Assembleia da República? Ou terá Cavaco receio do cognome que já para aí se sussurra?

No século passado tivemos um "governo do Entrudo", porque não havemos de ter também um Primeiro Ministro do Entrudo?

frases da Semana

"Queria rectificar que não perdi a confiança no Presidente da República, mas sim a do Presidente da República."

☞ (Almirante Sousa Cerejeiro, Presidente do Supremo Tribunal Militar, demissionário, à saída de Belém - «Diário de Notícias», 29.01.94)

"A juíza é uma pateta e o acórdão uma patetice!"

☞ (Ricardo Durão, general na reserva - «Expresso», 29.01.94)

"É natural que os jovens portugueses prefiram o inglês ao português. É uma escolha razoável e mesmo aconselhável."

☞ (Eduardo Prado Coelho, conselheiro cultural da Embaixada de Portugal em Paris - «Expresso», 29.01.94)

"Eu farei quanto esteja ao meu alcance para que os últimos anos do mandato de Mário Soares sejam cumpridos com dignidade."

☞ (Cavaco Silva - «ABC», 23.01.94)

"A JSD, como o PSD em geral, precisa de ganhar fôlego novo se quer voltar a despertar, em próximas eleições legislativas, um sentimento activo dos eleitores e não apenas o sentimento de escolha de um mal menor."

☞ (Pedro Passos Coelho, líder da JSD - «Expresso», 29.01.94)

"Não tenho nenhuma referência negativa às declarações de Pedro Passos Coelho. (...) Estamos há vários anos no poder e há uma certa tentação de acomodação."

☞ (Marques Mendes - «Público», 31.01.94)

"Isto é um escândalo!"

☞ (Sousa Cintra - «Público», 30.01.94)



Agenda

O PARLAMENTO EUROPEU HOJE OS SEUS PODERES ACÇÃO DOS DEPUTADOS COMUNISTAS

Sábado, 5 de Fevereiro de 1994
às 15,30 horas

Hotel Altis (Sala Porto) Lisboa
com a participação:

Deputados do PCP no Parlamento Europeu
Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP
Carlos Carvalhas, Secretário Geral do PCP

DEPUTADOS DO PCP
NO GRUPO COLIGAÇÃO DE ESQUERDA
DO PARLAMENTO EUROPEU

A Associação de Amizade Portugal-Cuba

organiza
VIAGEM A CUBA
de 25/3 a 8/4

Visite Cuba na Páscoa!
Informações: tel. 65 73 05

EXCURSÃO À SERRA DA ESTRELA 26-27 de Março

Organizada pela Comissão de Freguesia
de Verderena/Barreiro
5500\$00

incluindo transporte e dormida
INSCREVE-TE

COMEMORAÇÕES
ANIVERSÁRIO

REVOLUÇÃO Cubana

DEBATE
JANTAR - CONVÍVIO
MÚSICA CUBANA
BAILE
CASA DO ALENTEJO
4 DE FEVEREIRO

INFORMAÇÕES DAS 14.30 ÀS 19.00 HORAS
NA ASSOCIAÇÃO PORTUGAL - CUBA
R. RODRIGO DA FONSECA, 107, R/C ESQ - LISBOA
TELF 65 73 05

Associação de Amizade
Portugal-Cuba

O Militante

Campanha de assinaturas

A mesma razão que levou ao lançamento de uma campanha de assinaturas do «Avante!» obriga a que se proceda também a uma campanha de assinaturas de «O Militante».

É necessário, rapidamente, conseguir um número mínimo de mil assinantes para se poder utilizar uma modalidade de expedição que, embora tenha uma taxa mais cara que a aplicada no ano passado, não triplica o valor desta. Esta urgente campanha para viabilizar o sistema de assinaturas vai também ao encontro do interesse político que tem havido no aumento do número de assinantes.

Tabela de assinaturas anuais (6 números)

Portugal (Continente e Regiões Autónomas) - Esc. 1080\$00
Espanha - Esc. 1950\$00
Europa - Esc. 3480\$00
Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Macau - Esc. 3780\$00
Extra-Europa - Esc. 5580\$00

Com a nova modalidade de expedição, o preço é idêntico para todo o nosso país, Continente e Regiões Autónomas. O actual preço das assinaturas para estas Regiões, tornou-se, por isso, mais baixo do que anteriormente, apesar do preço do número avulso a partir do n.º 209 de Março/Abril passar a ser de 200\$00.

FICHA DE ASSINATURA DE O Militante

A preencher pelo assinante:

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____
Junto envio o cheque/vale do correio n.º _____, sobre o Banco/
/Estação de correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av.
Almirante Reis, 90-7.º A, 1100 Lisboa, no valor de _____ \$ ____.

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Reuniões, Plenários e Convívios

AGUALVA-CACÉM

Plenário de militantes da freguesia, para discussão da situação política e social e entrega dos novos cartões, com a participação do camarada António Cordeiro: sábado, dia 5, às 15.00, no Centro de Trabalho.

CARCAVELOS

Debate-convívio de militantes do PCP e activistas da CDU para discussão da situação e tarefas decorrentes das eleições autárquicas e entrega dos novos cartões do PCP, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: domingo, dia 6, às 15.30, no CT de Sasseiros.

CASCAIS

Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada José Casanova: sábado, dia 5, a partir das 15.30, no Centro de Trabalho de Cascais.

Debate-convívio no Centro de Trabalho de Cascais: discussão dos resultados eleitorais e de objectivos de trabalho do PCP e da CDU, com a participação de Carlos Rabaçal. Domingo, dia 6, às 15.00.

LISBOA

Plenário da célula da CP para discussão da situação social da Empresa e luta a desenvolver: hoje, quinta-feira, às 18.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião da célula dos Gráficos: hoje, dia 3, às 19.00, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé.

Reunião dos comunistas membros dos Corpos Sociais da Casa do Alentejo: hoje.

Reunião da célula dos Corpos Gerentes do SBSI: sexta-feira, às 9.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário de militantes da freguesia do Campo Grande: sexta-feira às 21.00, no CT da Avenida António Serpa (2º andar).

Lanche-convívio da organização local de Alfama. Entrega dos novos cartões do Partido. Sábado, dia 5, a partir das 17.00, no Centro de Reformados de Alfama (junto à sede do Adicense).

Reunião da Coordenadora Nacional dos Bancários: sábado, 5 de Fevereiro, a partir das 11.00, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes.

Plenário de militantes da Freguesia do Alto do Pina: debate sobre a situação política e entrega dos novos cartões do Partido 94/95: sábado, às 15.00, na sede da UPPSS, Alameda D. Afonso Henriques.

Lanche-convívio da organização da freguesia da Ajuda, com entrega dos novos cartões do Partido e uma intervenção do camarada Arménio Carlos sobre a situação política: sábado, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho da Ajuda.

Plenário da célula da CM de Lisboa, com a participação do camarada José Casanova: terça-feira, dia 8, às 19.00, no CT Vitória.

Reunião plenária dos camaradas da Indústria Farmacêutica: quinta-feira, dia 10, às 19.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário de militantes da célula da Carris: quinta-feira, dia 10, às 18.30, no CT Vitória.

LOURES

Almoço-convívio da organização da freguesia: domingo, dia 6, a partir das 13.00, no Centro de Trabalho. Entrega dos novos cartões do Partido.

MAFRA

Plenário da CDU, para análise dos resultados eleitorais e discussão de linhas de trabalho futuro: sábado, a partir das 16.00, na Casa do Povo da Venda do Pinheiro, com a participação do camarada Jorge Cordeiro.

OLHÃO

«As pescas portuguesas e a CE» - debate com a participação de Rogério de Brito, promovido pela Com. Concelhia de Olhão do PCP em colaboração com o Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu. Sábado, às 16.00, no Bar Jardim Reserva (Av. da República).

OURIQUE

Plenário concelhio de quadros do PCP para discussão da situação política e das tarefas que se colocam ao Partido na actualidade: sábado, dia 5, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação dos camaradas José Moreira Rito e António João.

PAREDE

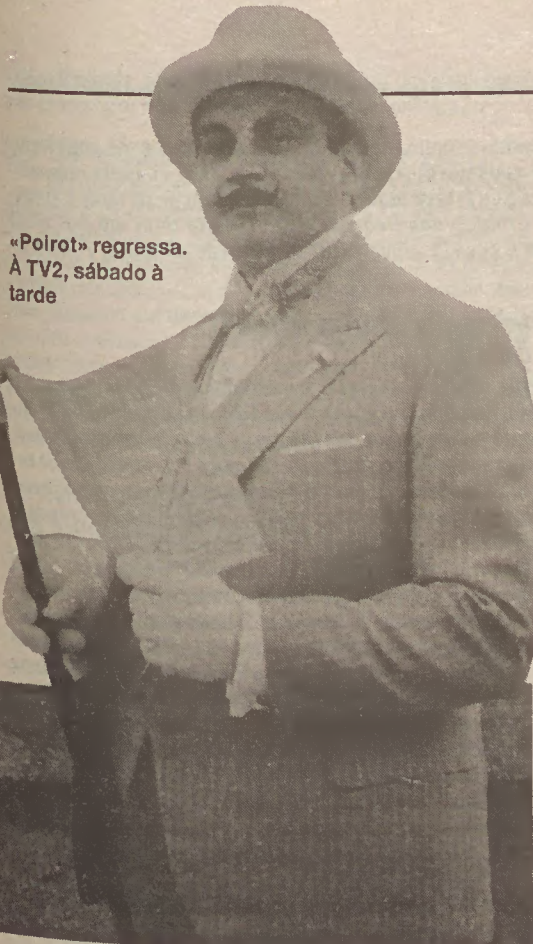
Plenário de militantes do PCP, activistas e candidatos da CDU, para discussão da situação política e entrega dos novos cartões do Partido, antecedido de almoço-convívio: sábado, a partir das 13.00, com a participação do camarada Carlos Grilo.

SINTRA

S. João das Lampas - Plenário de militantes, para discussão da situação política e autárquica e entrega dos novos cartões do 94/95, com a participação do camarada António Cordeiro: sexta-feira, dia 4, às 21.30, no centro de Trabalho de S. João das Lampas.

Plenário de eleitos da CDU em todos os órgãos autárquicos do concelho de Sintra: no Centro de Trabalho de Rio de Mouro, segunda-feira, dia 7, às 21.30

Agenda Televisão



«Políot» regressa. À TV2, sábado à tarde

Sábado, 6



- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Isto É Magia
13.00 Notícias
13.10 Parlamento
14.00 Clube Disney
15.30 Nascimento de Um Império
(ver «Filmes na TV»)
17.30 Emoções Fortes
18.05 Beverly Hills 90210
19.00 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.35 Despedida de Solteiro
21.30 Parabéns
23.15 Dinastia Strauss
00.10 Aventura em Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Documentário
12.25 Bomba e o Elefante
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Homenagem a Edith Piaf
14.35 Eerie Indiana
14.55 Políot
16.00 TV2 Desporto
22.30 Irmãs
23.20 Sexualidades
23.55 Um Casamento na Galileia
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 6



- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.10 Top+
14.00 Domingo Gordo
14.15 Blosson
15.30 Os Três Camaradas
(ver «Filmes na TV»)
19.20 Dinossauros
19.45 Joker
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Despedida de Solteiro
22.50 Os Bonecos da Bola
23.20 Crime em Campo de Cebolas
(ver «Filmes na TV»)
01.25 Clips e Spots



- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 Saudades de Portugal
11.00 Missa
12.00 70 x 7
12.30 Forum Musical
13.30 Regiões
14.30 O Espírito da Cor
15.00 TV2 Desporto
22.55 Artes e Letras: «Grace Kelly»
23.45 Providence
(ver «Filmes na TV»)



- 11.00 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 O Submarino Heróico
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Desporto
16.30 PS: Amo-te
17.10 Biografias
18.00 Grandes Planos
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 Boxe
03.00 MTV



- 10.05 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Informação
13.40 Rosa Baiana
14.50 O Tio Carlos
16.20 Queridos Inimigos
18.00 O Novo Caminho das Estrelas
19.00 Um Dia a Casa Cal
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
21.00 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação
00.30 Taggart

Quinta, 3



- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.30 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.30 A Pregadora no Campo
(ver «Filmes na TV»)
16.30 O Bar do Jack
17.25 Marina, Marina
18.00 Caderno Diário
18.10 Isto É Magia
18.40 Com a Verdade M' Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.45 Despedida de Solteiro
21.15 Mandala
21.45 Isto... Só Vídeo!
22.20 Raios e Coriscos
23.20 2000 Malibu Road
00.10 24 Horas
00.50 Alvo Prioritário
(ver «Filmes na TV»)



- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Forças Especiais
14.15 Sem Legendas
15.10 Força Bruta
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
17.40 Os Jovens Cowboys
18.30 Um, Dó, Lí, Tá
19.30 O Céu Pode Esperar
20.20 Sem Limites
21.15 Desenhos Animados
21.30 TV2 Jornal
22.10 Amazônia
23.00 Remate
23.10 Você é Excepcional
00.10 Tramas de Seda
01.05 Magazine «Teatro»



- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 O Dono da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Minas e Armadilhas
22.40 Casos de Polícia
23.40 Escândalos de Hollywood
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 MTV



- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.25 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Telemotor
22.10 Artur Alabarran
01.00 Ponto Final
01.15 Hunter

Sexta, 4



- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Haydaze
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.30 A Mulher de Palha
(ver «Filmes na TV»)
16.30 O Bar do Jack
18.00 Caderno Diário
18.10 Isto É Magia
18.40 Com a Verdade M' Enganas
19.20 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.45 Os Simpsons
21.15 Despedida de Solteiro
21.45 Mandala
22.45 Polícias da Pesada
(ver «Filmes na TV»)
00.30 24 Horas
01.10 Kronos: Caçador de Vampiros
(ver «Filmes na TV»)



- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Competições Fantásticas
14.20 Sem Legendas
15.10 Vida Animal
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Lí, Tá
19.45 Outras Margens
20.15 Quem Fala Assim...
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
23.00 Remate
23.10 Sinais do Tempo
00.10 Em Busca da Verdade
(ver «Filmes na TV»)



- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 O Dono da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Rugrats
22.10 Chuva de Estrelas
23.10 Na Cama Com...
00.20 Último Jornal
00.45 Os Donos da Bola
00.55 Playboy
01.45 O Estripador de Dublin
(ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.15 Meteorologia
14.20 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Clássicos da Animação
21.10 California Dreams
21.40 Em Nome da Justiça
22.40 Rua Jump, 21
23.20 Ponto Final
23.35 Errando pelo Caminho
(ver «Filmes na TV»)



- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Classe de 96
14.30 O Submarino Heróico
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Desporto
16.30 PS: Amo-te
17.10 Biografias
18.00 Grandes Planos
18.40 Melrose
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Sábado Mágico
00.15 Último Jornal
00.40 Diários Eróticos
01.10 Água na Boca
02.00 Boxe
03.00 MTV



- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Momentos de Glória
13.05 Contra-Ataque
14.35 Animação
15.10 Estrela (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
20.50 O Jogo do Ganso
23.50 Informação
00.05 Lembra-te da Última Noite?
(ver «Filmes na TV»)

Telenovelas, armas de guerra: «Mulheres de Areia» contra «Mandala», «Despedida de Solteiro» contra «Mulheres de Areia»



- 11.00 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 National Geographic
14.30 Ser ou Não Ser
(ver «Filmes na TV»)
16.00 O Santo
16.50 Que Bem se Está no Campo
17.40 Obras em Casa
18.10 Labirinto
18.40 Os Imortais
19.30 Notícias
19.45 Agosto
20.45 Jornal da Noite
21.30 Brannigan
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Conversas Curtas
00.25 Último Jornal
00.50 Espiões
01.20 MTV



- 10.05 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.35 Informação
13.40 Rosa Baiana
14.50 O Tio Carlos
16.20 Queridos Inimigos
18.00 O Novo Caminho das Estrelas
19.00 Um Dia a Casa Cal
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
21.00 Duque de Ouros
22.00 Momentos de Glória
00.15 Informação
00.30 Taggart



- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Os Gloriosos Malucos das Máquinas Voadoras
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Ponto Final
00.40 Hunter

Segunda, 7



- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.20 O Sete de Infantaria
(ver «Filmes na TV»)
16.55 O Bar do Jack
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.30 RTP - Financial Times
20.45 Mandala
21.45 Programa de Variedades
23.15 Uma Fenda na Muralha
00.05 Querido John
00.35 24 Horas
01.15 Ela e os Vagabundos
(ver «Filmes na TV»)



- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 Sobreviver
14.20 Sem Legendas
15.15 A Fama no Séc. XX
16.05 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
17.00 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Lí, Tá
19.50 Os Kennedy
20.40 Desaparecidos
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Ópera: «Lohengrin»
01.50 Magazine «Cineina»



- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 O Dono da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Na Pele de Uma Loira
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Tostões e Milhões
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Três é Companhia



- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Intimos e Estranhos
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Ponto Final
23.55 Desporto
00.35 Forum

Terça, 8



- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Ponto por Ponto
14.45 O Clube de Férias
(ver «Filmes na TV»)
16.15 O Bar do Jack
18.10 Isto É Magia
18.40 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telejornal
20.35 RTP - Financial Times
20.45 Mandala
21.45 Os Inocentes



«Heimat – Terra Mãe», a série tão justamente premiada, às tantas da noite de quarta-feira...

- 22.15 Nico d'Obra
22.45 Lace
23.35 De Caras
00.35 24 Horas
01.15 Garwood, Prisioneiro de Guerra
(ver «Filmes na TV»)



- 12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.45 O Cérebro, Um Universo Misterioso
14.20 Sem Legendas
15.10 Para Além do Ano 2000
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Lí, Tá
19.45 Rotações
20.45 Magazine «Viver Saúde»
21.30 TV2 Jornal
22.00 Financial Times
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Musical: Gala de «A Bola»
00.30 À Volta da Meta-Noite
(ver «Filmes na TV»)



- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 O Dono da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.30 Ora Bolas, Marina
22.10 A Brincar, a Brincar
22.45 Terça à Noite
24.00 Amor e Guerra
00.20 A Bolsa e a Vida
00.35 Último Jornal
01.00 Os Donos da Bola
01.10 Internacional Sic



- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Os Gloriosos Malucos das Máquinas Voadoras
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Ponto Final
00.40 Hunter

Quarta, 9



- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.35 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 O Sexo dos Anjos
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Sarilhos com Elas
14.30 Ponto por Ponto
15.15 Pigmalião
(ver «Filmes na TV»)
16.55 O Bar do Jack
17.50 Caderno Diário
18.00 Marina, Marina
18.10 Isto É Magia
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.15 Verão Quente
20.00 Telejornal



- 20.35 RTP - Financial Times
20.40 Vamos Jogar no Totobola
21.00 Mandala
21.50 Sozinhos em Casa
22.25 Duelo Imortal
(ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
00.55 Risco Total
(ver «Filmes na TV»)



- 11.00 Televidas
12.00 Infantil
12.55 O Apelo da Montanha
13.50 Universidade Aberta
14.20 Sem Legendas
15.10 Um Século de Dança
16.00 Pé Grande e os Amigos
16.30 O Treinador
16.55 Infantil
18.00 Os Jovens Cowboys
18.50 Um, Dó, Lí, Tá
19.50 Arruza
20.15 Realce
21.30 TV2 Jornal
22.10 Amazônia
22.55 Remate
23.05 Ouvir e Falar
00.05 Heimatt II
01.00 Magazine «Ver Artes»



- 12.05 O Resto é Conversa
13.00 Notícias
13.10 Sassá Mutema
14.00 O Dono da Bola
14.15 Agenda
16.30 Notícias
16.40 MTV
17.30 Assuntos de Família
18.00 Notícias
18.10 E o Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 FP25: À Lei da Bomba
23.10 Falas Tu ou Falo Eu
00.10 Histórias Inéditas do FBI
00.40 Último Jornal
01.05 Os Donos da Bola
01.15 MTV



- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
12.00 A Casa do Tio Carlos
12.35 Animação
13.05 A Amiga Olga
13.35 Topázio
14.20 Meteorologia
14.25 Uma Casa na Pradaria
15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Estrela
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Animação
21.10 California Dreams
21.40 Caixa de Perguntas
22.10 Queridos Inimigos
24.00 Ponto Final
00.15 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 3

A Pregadora no Campo

«Angel Baby» (EUA/1960). Real.: Paul Wendkos. Int.: George Hamilton, Mercedes McCambridge, Salomé Jens, Burt Reynolds. P/B, 94 min. Ver Destaque. (14.45, Canal 1)

Alvo Pritirário

«Prime Target» (EUA/1991). Real.: David Heavener. Int.: David Heavener, Tony Curtis, Isaac Hayes, Robert Reed. Cor, 82 min. Policial. (00.50, Canal 1)

SEXTA, 4

A Mulher de Palha

«Woman of Straw» (Gr.Br./1964). Real.: Basil Dearden. Int.: Gina Lollobrigida, Sean Connery, Ralph Richardson, Laurence Hardy. Cor, 113 min. Melodrama Policial. (14.30, Canal 1)

Polícias da Pesada

«Dragnet» (EUA/1987). Real.: Tom Mankiewicz. Int.: Dan Akyroyd, Tom Hanks, Christopher Plummer, Elizabeth Ashley. Cor, 102 min. Ver Destaque. (22.45, Canal 1)

Errando Pelo Caminho

«Baby, The Rain Must Fall» (EUA/1985). Real.: Robert Mulligan. Int.: Lee Remick, Steve McQueen, Don Murray, Paul Fix. Cor, 100 min. Ver Destaque. (23.35, Quatro)

Em Busca da Verdade

«Sasom i en Spegel» (Suécia/1962). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Harriet Anderson, Gunnar Bjornstrand, Max von Sydow. P/B, 89 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

Kronos: Caçador de Vampiros

«Captain Kronos - Vampire Hunter» (Gr.Br./1972). Real.: Brian Clemens. Int.: Horst Janson, John Carson, John Cater. Cor, 88 min. Ver Destaque. (01.10, Canal 1)

O Estripador de Dublin

«The Fantast» (Irlanda/1986). Real.: Robin Hardy. Int.: Christopher Cazenove, Timothy Nottoms, Moira Harris. Cor, 98 min. Terror. (01.45, SIC)

SÁBADO, 5

Bomba e o Elefante

«Lord of the Jungle» (EUA/1955). Real.: Ford Beebe. Int.: Johnny Sheffield, Wayne Morris, Nancy Hale, Paul Picerni. P/B, 69 min. Aventuras. (12.25, TV 2)

O Submarino Heróico

«Crash Dive» (EUA/1943). Real.: Archie Mayo. Int.: Tyrone Power, Anne Baxter, Dana Andrews, James Gleason, Henry Morgan. Cor, 102 min. Guerra. (14.30, SIC)

Nascimento de um Império

«The Big Land» (EUA/1956). Real.: Gordon Douglas. Int.: Alan Ladd, Virginia Mayo, Edmond O'Brien, Julie Bishop. Cor, 88 min. «Western». (15.30, Canal 1)

Um Casamento na Galileia

«Noces en Galilée» (Fr./Bélg./1987). Real.: Michel Khleifi. Int.: Ali Mohammed El-Akili, Buchara Karaman, Makram Khouri. Cor, 112 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

Lembras-te da Última Noite?

«About Last Night...» (EUA/1986). Real.: Edward Zwick. Int.: Rob Lowe, Demi Moore, Jim Belushi, Elizabeth Perkins. Cor, 113 min. Ver Destaque. (00.05, Quatro)

Aventura em Nova Iorque

«I Love N. Y.» (EUA/1987). Real.: Gianni Bozzacchi. Int.: Scott Baio, Christopher Plummer, Kelly Van Der Velden, Jennifer O'Neill, Vima Lisi. Cor, 106 min. Melodrama. (00.10, Canal 1)

DOMINGO, 6

Os Três Camaradas

«The Biscuit Eater» (EUA/1972). Real.: Vincent McEvety. Int.: Earl Holliman, Patricia Crowley, Lew Ayres, Johnny Whitaker. Cor, 87 min. Drama. (a partir das 14.00, Canal 1)

Ser ou Não Ser

«To Be or Not To Be» (EUA/1942). Real.: Ernst Lubitsch. Int.:

Jack Benny, Carole Lombard, Robert Stack, Lionel Atwill, Sig Rumann. P/B, 95 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Brannigan

«Brannigan» (Gr.Br./1975). Real.: Douglas Hickox. Int.: John Wayne, Judy Geeson, Mel Ferrer, Richard Attenborough, Ralph Meeker. Cor, 111 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Crime em Campo de Cebolas

«The Onion Field» (EUA/1979). Real.: Harold Becker. Int.: John Savage, James Woods, Franklyn Seales, Ted Danson. Cor, 121 min. Ver Destaque. (23.20, Canal 1)

Providence

«Providence» (Fr./Suíça/1977). Real.: Alain Resnais. Int.: Dirk Bogard, Ellen Burstyn, David Warner, John Gielgud, Denis Lawson. Cor, 103 min. Ver Destaque. (23.45, TV 2)

SEGUNDA, 7

O 7 de Infantaria

«The Way Ahead» (Gr.Br./1944). Real.: Carol Reed. Int.: David Niven, Raymond Huntley, Billy Hartnell, Stanley Holloway, James Donald. P/B, 111 min. Ver Destaque. (15.20, Canal 1)

Na Pele de Uma Loira

«Switch» (EUA/1992). Real.: Blake Edwards. Int.: Ellen Barkin, Jimmy Smiths, Lorraine Bracco, JoBeth Williams, Tony Roberts. Cor, 114 min. Comédia. (21.30, SIC)

Íntimos e Estranhos

«Intimate Strangers» (EUA/1986). Real.: Robert Ellis Miller. Int.: Teri Garr, Stacy Keach, Cathy Lee Crosby, Priscilla Lopez. Cor, 90 min. Melodrama. (21.40, Quatro)

Ela e os Vagabundos

«Up Your Alley» (EUA/1989). Real.: Bob Logan. Int.: Linda Blair, Murray Langston, Bob Zany, Ruth Buzzi, Johnny Dark. Cor, 86 min. Comédia Dramática. (01.15, Canal 1)

TERÇA, 8

Jack, O Insubmisso

«The Troublemaker» (EUA/1964). Real.: Theodore J. Flicher. Int.: Tom Aldredge, Joan Darlin, James Frawley, Buck Henry. Cor, 79 min. Comédia Policial. (15.15, Canal 1)

Os Gloriosos Malucos das Máquinas Voadoras

«Those Magnificent Men in Their Flying Machines» (Gr.Br./EUA/1965). Real.: Ken Annakin. Int.: Stuart Whitman, Sarah Miles, Terry-Thomas, Robert Morley, James Fox. Cor, 133 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

A Volta da Meia-Noite

«Round Midnight» (EUA/Fr./1986). Real.: Bertrand Tavernier. Int.: Dexter Gordon, François Cluzet, Gabrielle Haker, Sandra Reaves-Phillips. Cor, 126 min. Ver Destaque. (00.30, TV 2)

Garwood - Prisioneiro de Guerra

«Garwood - Prisoner of War» (EUA/1990). Real.: Georg Stanford Brown. Int.: Martin Sheen, Ralph Macchio, Noah Blake. Cor, 104 min. Drama. (01.15, Canal 1)

QUARTA, 9

Pigmalião

«Pygmalion» (Gr.Br./1938). Real.: Anthony Asquith. Int.: Leslie Howard, Wendy Hiller, Wilfred Lawson, Marie Lohr, Scott Sutherland. P/B, 96 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Duelo Imortal

«Highlander» (Gr.Br./1986). Real.: Russell Mulcahy. Int.: Christopher Lambert, Roxanne Hart, Clancy Brown, Sean Connery. Cor, 112 min. Acção-Fantástico. (22.25, Canal 1)

Risco Total

«Total Exposure» (EUA/1991). Real.: John Quinn. Int.: Michael Nouri, Season Hubley, Christian Bocher, Robert Prentiss. Cor, 95 min. Policial. (00.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

A Pregadora no Campo (Quinta, 14.45, Canal 1)

O caso de uma jovem que alegadamente se vê curada pelos poderes misteriosos de um «milagre» é aproveitado, despididamente, por um empresário ganancioso como objecto de exploração de todas as crenças. Um filme sobre os (conhecidos) meandros dos negócios da Fé, competentemente realizado por Paul Wendkos, e que apresenta a curiosidade de constituir a estreia, no cinema, do então secundário Burt Reynolds.

Polícias da Pesada (Sexta, 22.45, Canal 1)

Livremente inspirado (tal como acontecera com outras duas anteriores versões de 1954 e 1969, realizadas e protagonizadas por Jack Webb) numa famosa série da televisão americana (*Dragnet*), *Polícias da Pesada* é, desta vez, uma comédia policial que goza delirantemente com os habituais mecanismos dos



Leslie Howard e Wendy Hiller, o Prof. Higgins e a florista Eliza de «Pigmalião», de Shaw/Asquith

filmes e séries policiais para televisão, para o que naturalmente contribuem o argumento em que colabora um dos seus protagonistas - Dan Akyroyd - e as interpretações e pantomimas deste último em conjunto com Tom Hanks, ambos investigando as actividades de uma organização criminosa satânica chefiada por um «reverendo». Descontando uma lamentável quebra de ritmo na parte final do filme (e passando por cima das cenas de perseguição de carros, mais do que vistas e absolutamente inúteis), este é um filme que cumpre bem a sua única função - divertir, gozando com os *tiques* da ficção televisiva.

Errando Pelo Caminho (Sexta, 23.35, Quatro)

Com argumento adaptado por Horton Foote da sua própria peça teatral *The Travelling Lady*, este filme conta a história de um prisioneiro que, ao fim de expiar uma pena por ter apunhalado um homem, sai em «liberdade condicional» de uma penitenciária e tenta refazer a sua carreira artística tocando em bares dos arredores de Columbus. Mas as interferências de um *sheriff* local na sua vida familiar são mal compreendidas e vêm provocar reacções progressivamente violentas que conduzem a nova série de problemas... Um filme escurto em que, à realização eficaz de Robert Mulligan, não corresponde desta vez a interpretação, um tanto apagada, de Steve McQueen.

Em Busca da Verdade (Sexta, 00.10, TV 2)

Em Busca da Verdade debruça-se sobre a história de quatro personagens (Karin, o seu marido Martin, o seu irmão Frederick e o pai, David) que passam férias numa ilha. Karin sofre de profundas perturbações mentais, as quais, revelando-se incuráveis, a levam, entre outras manifestações de desespero, a cometer incesto com o irmão antes de ser internada. Primeiro de uma série de três filmes excepcionais na carreira de Ingmar Bergman (e que, juntamente com *Luz de Inverno* e *O Silêncio*, correspondem à «trilogia da Fé» e ao período dos chamados «filmes de câmara»), a sua rotação num espaço fechado permite ao realizador, Ingmar Bergman, transmitir com grande dramatismo, não isento de sensibilidade, uma atmosfera de enclausuramento físico e psicológico.

Kronos: Caçador de Vampiros (Sexta, 01.10, Canal 1)

Obra tipicamente britânica - embora ligeiramente escapando aos cânones de produção dos Estúdios Hammer, onde foi realizado - *Kronos* é uma comédia fantástica de horror (um dos melhores exemplares do género, aliás) em que acompanhamos as deambulações de um caçador de vampiros por entre mansões e florestas que despertam no espectador os mais impressionantes calafrios... Para estômagos fortes...

Um Casamento na Galileia (Sábado, 23.55, TV 2)

Apontado pela crítica como um dos mais belos filmes inspirados pelo conflito israelo-palestino, *Um Casamento na Gali-*

leia apresenta-se como uma obra realizada, com forte convicção política e assinalável sentido estético, por um cineasta radicado na Bélgica e cujo testemunho sobre a Intifada, mais tarde expresso em *O Cântico das Pedras*, viria a impor com um dos mais talentosos e convincentes realizadores palestinos. A confirmar.

Lembras-te da Última Noite?!...

(Sábado, 00.05, Quatro)

Comédia romântica surgida a meio dos anos 80, um pouco à revelia dos estafados argumentos dos filmes fantásticos de grande orçamento e fortemente invadidos pelos «efeitos especiais», este filme com argumento inspirado na peça *Perversidade Sexual em Chicago*, escrita por David Mammet, destaca-se no panorama dessa década por ser uma história relativamente branda e «normal» sobre gente de todos os dias. Mas é precisamente na sua aspiração de reproduzir a vida tal como ela é que o filme, segundo uns, falha o seu objectivo, já que nem a vida é como os filmes nem estes podem inteiramente confundir-se com ela... Citada esta ressalva, parece tratar-se de uma simpática primeira experiência do realizador Edward Zwick, em que avultam os diálogos inteligentemente escritos bem como a confirmação do talento histriónico de actores e atrizes como Rob Lowe e Demi Moore, bem acompanhados por Jim Belushi e Elizabeth Perkins.

Ser ou Não Ser (Domingo, 14.30, SIC)

Para além de *Em Busca da Verdade*, de Bergman, esta obra-prima de Ernst Lubitsch é, seguramente, um dos melhores momentos da oferta cinematográfica da semana. Não que a obra tenha escapado - numa América à época recentemente empenhada no esforço aliado da II Grande Guerra - a uma intensa polémica aquando da sua estreia, justamente pelo facto de lidar, em tom de desbragada comédia, com a tragédia do ascenso nazi e dos primeiros tempos da sua expansão e terror - e, em particular, pelo facto de o argumento se situar numa Polónia invadida e martirizada três anos antes. O próprio Lubitsch sentiu a necessidade de dramatizar a sua opção, em artigo publicado no *New York Times*, no qual argumentava «(não rirem) os espectadores americanos (...) dos Nazis por subestimarem a sua ameaça, mas porque se sentem felizes de ver esta nova ordem e a sua ideologia ser ridicularizada.» Pode, de facto, dizer-se que, um pouco como aconteceu com *O Grande Ditador*, de Charlie Chaplin, o grande realizador alemão radicado nos Estados Unidos escolheu os arriscados terrenos da sátira como forma de despertar a consciência crítica, social e política, face ao terror nazifascista, sem deixar de nos proporcionar uma brilhante peça entretenimento num filme excelentemente interpretado, em particular por Carole Lombard, a qual, vítima de um posterior acidente de aviação, jamais voltaria a pisar os *plateaux* dos estúdios de cinema. A não perder.

Brannigan (Domingo, 21.30, SIC)

Sobretudo construído à imagem e semelhança do seu principal protagonista - John Wayne - este filme policial corresponde, na eficácia da realização, às normais exigências de um enredo «de acção», em que um polícia de Chicago vai a Londres dar caça a um criminoso que pretende escapar à extradição.

Crime em Campo de Cebolas (Domingo, 23.20, Canal 1)

Baseado no romance homónimo de Joseph Wambaugh, e adaptado por este para o cinema, este filme conta, num estilo próximo da reportagem jornalística (que faz lembrar *A Sangue Frio*, de Richard Brooks), a reconstrução de um caso real no qual dois polícias são raptados (e um deles morto) por dois marginais que haviam casualmente detido. Brilhantemente interpretado por James Woods, no papel de um dos marginais, o filme é, ainda, uma crítica às limitações e à burocracia da justiça americana.

Providence (Domingo, 23.45, TV 2)

Uma outra obra-prima a destacar-se no conjunto da semana - esta da responsabilidade de um dos grandes cineastas europeus, o francês Alain Resnais. Primeira obra por si realizada totalmente em inglês (com argumento escrito por David Mercer), *Providence* foi considerado, por um júri de críticos internacionais, como o mais importante filme dos anos 70 e debruça-se sobre os mistérios da criação literária, ao abordar esse *puzzle freudiano* em que um escritor doente e moribundo (Sir John Gielgud) projecta a escrita de um novo romance, cujas personagens são os seus familiares e amigos mais próximos. E é precisamente aqui, no constante contraste e interpenetração das personagens do mundo real com as personagens da ficção, que a obra cinematográfica é extremamente bem arquitectada por



Carole Lombard e Jack Benny, Int.

a talhe de FOICE

Elas e eles

Elas são mais em tudo.

Desde logo, são mais em número. Não porque eles não se esforcem por nascer, que até esforcem, mas porque não conseguem nunca batê-las em número, como se a Natureza quisesse desta forma velar pela sobrevivência da espécie.

Depois, são mais persistentes. Na escola da vida, não há ventos nem marés que as demovam das suas intenções. Zunem muito só por desfastio, que enquanto elas baixam as guardas e entregam os pontos a contrariedades um pouco mais avantajadas, elas pelo contrário só fazem retiradas estratégicas, à espera de melhor oportunidade.

Elas são preguiçosos, preferindo ficar à espreita e esperar pelas vítimas. Elas vão à luta, incansáveis, e o seu dia não tem horas marcadas pelo relógio.

Elas são protegidos, mimados, socialmente considerados e reconhecidos como úteis à sociedade.

Elas não. São perseguidas, assediadas, brutalizadas, e não falta quem as considere uma aberração, um desvio da Natureza, uma inutilidade. Séculos de história confirmam esta visão alvitante de que elas são vítimas. Não há seguramente um único pensador que não lhes tenha dedicado um olhar, uma reflexão, um dito, confirmando com a sua sapiência a inferioridade delas. Na melhor das hipóteses, há quem as considere decorativas, objecto de distração e de prazer. Deles, claro.

Ao longo dos tempos, elas evoluíram.

Aperfeiçoaram a visão, a perícia, o bater de asa em voos cada vez mais altos.

Elas estão onde sempre estiveram, no espaço privilegiado de cada casa.

Elas conquistam dia a dia o lugar que ocupam. E a verdade é que não há hoje reduto onde não cheguem, não por serem convidadas a entrar mas porque entram mesmo sem serem convidadas.

Deles se diz serem nobres.

Delas, chatas.

Elas toleram-nas, na antecipação da caça.

Elas, na convicção da igualdade existente no papel - somos todos iguais - de que de algum modo tomaram conhecimento, são caçadas quando menos esperam. Por um gesto mais delicado, quiçá um olhar cúmplice, às vezes até um faz-de-conta-que-nem-te-estou-a-ver ou pelo contrário um súbito festim de iguarias e atenções.

Até quando esta situação humilhante? Como poderá o mundo evoluir se não se reconhecer que elas têm tanto direito a existir como eles, que têm um papel insubstituível a desempenhar no equilíbrio do planeta?

Confesso que já pensei em levar o caso às mais altas instâncias, mas sempre me tolheu o facto de aí os homens serem mais do que as mulheres, o que poderá não contribuir para a minha justa causa.

Como é que um homem - sempre tão comichoso - poderá alguma vez entender que elas não são um subproduto, mas antes um elo indispensável desta cadeia a que todos pertencemos?

Imagino já os seus discursos de retórica sobre a questão enquanto olham disfarçadamente para o relógio, desejosos de chegar a casa, alargar a gravata e de passagem fazer uma festa ao bichano de estimação.

É uma injustiça. Mas por que será que os gatos são privilegiados em relação às moscas?

Sim, porque é deles que tenho estado a falar.

Não pensaram certamente que discorria sobre o parlamento paritário, pois não?

■ AF

Atraso do Governo provoca prejuízos Campanha do leite no fim com quotas de produção por definir

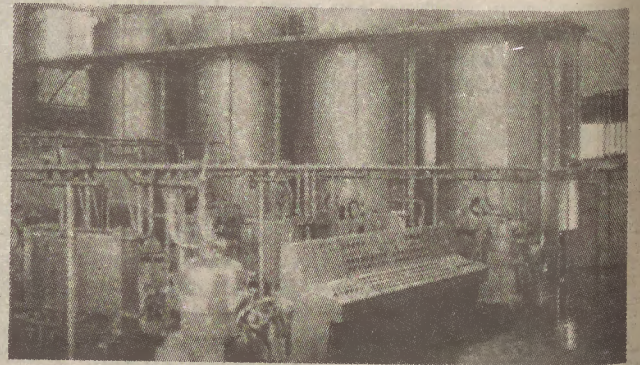
Prejuízos graves e «bastante apreensão» nos agricultores está a causar o facto de a presente campanha de produção leiteira estar a chegar ao fim sem que o Ministério da Agricultura tenha definido o novo sistema de atribuição das quotas leiteiras. A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - refere, em comunicado, que particularmente afectados estão «todos aqueles que se candidataram ao aumento da quota», mas os efeitos negativos desse atraso governamental estendem-se já à própria indústria do leite e lactínicos «que não tem as quantidades de matéria-prima que necessita».

A CNA reclama «uma vez mais» ao Ministério a participação da lavoura e desta confederação «no processo de decisão de reforma do actual

sistema de atribuição de quotas leiteiras, o qual, tanto quanto se sabe, está a ser mal encaminhado, designadamente ao apontar para a concentração da produção em algumas bacias leiteiras do litoral e nas mãos dos maiores produtores».

A CNA lembra que já em 1993, «em virtude das dificuldades económicas sentidas pelos pequenos e médios produtores», muitos viram-se forçados a abandonar a actividade e «a produção nacional teve uma quebra de seis por cento» o que corresponde a cerca de 85 mil toneladas.

«O secretismo e a demora» demonstrados pelo Ministério podem inclusivamente, segundo a CNA, comprometer a parte da quota nacional estabelecida para o nosso país em termos de Comuni-



Agricultores e industriais são afectados pelo atraso do Governo

dade Europeia e que Portugal «ainda não produz e que é cerca de 400 mil toneladas por ano».

A CNA informa também que o diálogo que a confederação tem mantido com o movimento cooperativo do

sector permite que o subsídio de sazonalidade esteja a ser pago, embora a cinco escudos por litro. A CNA diz que, todavia, mantém «a reclamação do aumento de 10 escudos por litro no preço-base do leite à produção».

Sargentos comemoram o 31 de Janeiro

Mais de mil sargentos estiveram em Lisboa, Porto, Chaves, Lamego e Ponta Delgada nos Açores, em iniciativas promovidas pela Associação Nacional de Sargentos, no passado fim de semana, a propósito das comemorações do 31 de Janeiro. Em Lisboa os sargentos juntaram-se na Voz do Operário em sessão que contou com a presença do Presidente da Euromil, Jeans Rotboll, que proferiu uma intervenção acerca dos direitos dos militares, criticando o quadro de restrições de direitos existentes em Portugal. A reunião contou com a presença de associações congéneres nacionais, clu-

bes militares, juristas e outras personalidades da vida nacional.

A Euromil é a Organização Europeia de Associações Militares, tendo assento no Conselho da Europa, OIT e outras instâncias internacionais, à qual a Associação Nacional de Sargentos portuguesa aderiu. Nas comemorações, os Sargentos debateram vários aspectos que consideram lesivos para a sua vida profissional e reafirmaram o seu empenho em prosseguir com a concretização de iniciativas diversas, visando encontrar soluções mais adequadas à resolução dos seus problemas.

Siderurgia esconde acidentes de trabalho

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito do Porto acusou terça-feira a Siderurgia Nacional de «esconder» os acidentes de trabalho que se registam na empresa.

Em comunicado, a estrutura sindical refere que as estatísticas da empresa «continuam a apresentar um valor de zero por cento de acidentes de trabalho», apesar de «estes continuarem a acontecer aos trabalhadores contratados em regime de

subemprego e aos próprios trabalhadores da empresa».

«Os casos de acidente são muitos, mas ou são considerados como acidentes «in itinere» ou quando a perda de capacidade é tal que já não dá para esconder, os trabalhadores ficam incapacitados para exercer as suas funções não podem dar baixa no seu seguro e automaticamente lhes à sugerido o exercício de outras funções», acusa o sindicato.

Quadros do PCP discutem situação no Alentejo

A avaliação da situação no Alentejo e a procura de respostas que permitam melhorar a intervenção dos comunistas, quer a nível partidário quer a nível das diferentes instituições onde o PCP está representado, em defesa dos interesses da região e dos alentejanos, são os objectivos do Encontro de Quadros do PCP dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e quatro concelhos do sul de Setúbal que se realiza no próximo dia 12 de Fevereiro e que contará com a presença e participação de membros da Comissão Política e de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

O Organismo Inter-Regional do Alentejo e o Organismo Intermédio da Direcção do Sul da O.R. Setúbal do PCP, em comunicado à imprensa, sublinham, a propósito desta reunião, os resultados na região das recentes eleições autárquicas, onde a CDU alcançou a maioria em 28 dos 47 concelhos do Alentejo, falando de um «rotundo não do Alentejo à política de direita em curso, causa dos gravíssimos problemas económicos e sociais» que a região enfrenta.

Por outro lado, o comunicado interpreta estes resultados como um «inequívoco apoio da maioria do povo alentejano às propostas e à política do PCP e outros democratas da CDU».

Este será um dos assuntos a abordar no Encontro a par da entrada em vigor de um novo Quadro Comunitário de Apoio e o PDR para o período de 1994 a 96; o arranque, embora «tardio e amputado», do projecto do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo; a inexistência de regiões administrativas e a imposição governamental de uma Comissão de Coordenação Regional do Alentejo «numa verdadeira afronta do Governo à vontade do povo alentejano».

Braga Qual o distrito real?

A União dos Sindicatos de Braga convidou os parlamentares portugueses a deslocar-se «ao distrito real», numa visita guiada pela estrutura a 14 de Março, anunciou a sua comissão executiva.

A estrutura fez este convite a propósito da visita dos deputados do PSD ao Vale do Ave e a anunciada deslocação de parlamentares do PS a mesma região para os dias 7 e 8 deste mês.

Entretanto, a União Sindical deu o seu apoio a uma manifestação distrital a efectuar no próximo dia 26 na cidade braguesa.